



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO



JUSTIFICATIVA DISPENSA IRP

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 001

ASSINATURA

ASSUNTO: Ausência de Intenção de Registro de Preços (IRP) para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA.

Prezados(as),

A Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), no uso de suas atribuições e em conformidade com o parágrafo 1º da do Decreto Municipal nº 001/2025, vem através deste **COMUNICAR**:

1. A dispensa da intenção de realizar o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, considerando que a presente IRP seria apenas no âmbito das unidades administrativas internas, onde o objeto da contratação será de Interesse restrito a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

Sem mais para o momento, antecipamos os mais altos votos de estima, consideração e respeito, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Santa Luzia - MA, 31 de julho de 2025

Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde
Portaria: 006/2025

PUBLICO NO ATRIO DO MUNICIPIO EM:

SEC. MUNICIPAL



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura de Santa Luzia/ Gabinete do Prefeito
CNPJ 08.191.001/0001-47

Av. Nerys Haickel - CEP 65.390-000 - Santa Luzia - Maranhão

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº PL 002
ABRIL 2025
ASSINATURA

PORTARIA Nº 006/2025 – 02 DE JANEIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Estrutura Administrativa do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) **HERIK JAMES SILVA RAMOS**, portador (a) do RG nº 0244616949 GEJUSPC/MA e CPF nº 650.039.003-25, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

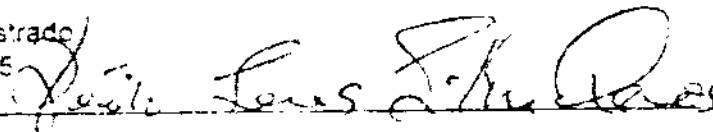
Dê-se ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA,
ESTADO DO MARANHÃO, em 02 de janeiro de 2025.


JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado e registrado
Em 11/01/2025
Ciente: 



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 603
6
ASSINATURA

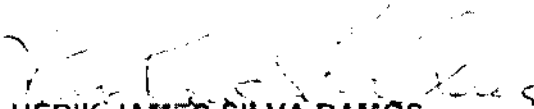
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
GABINETE DO PREFEITO**

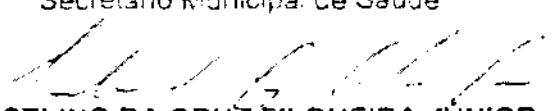
*Av. Nagib Haickel, s/nº - Pça. Três Poderes/ CNPJ: 05.191.001/0001-47
CEP: 65.330-000 Santa Luzia - Maranhão*

TERMO DE POSSE Nº 006/2025

Às 02 dias do mês de janeiro de 2025, compareceu à Solenidade de Posse dos Secretários Municipais desta Prefeitura, o (a) senhor (a) **HERIK JAMES SILVA RAMOS**, brasileiro, portador do CPF/MF: 650.039.003-25, residente e domiciliado na Rua Angelins, Casa 04, QD 05, São Vicente, Santa Luzia, MA, nomeado (a) por ato do Poder Executivo, conforme **Portaria 006/2025**, para tomar posse no cargo de **Secretário Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde**, em face de livre nomeação e exoneração, com lotação no (a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Santa Luzia, MA, 02 de Janeiro de 2025.


HÉRIK JAMES SILVA RAMOS
Secretário Municipal de Saúde


JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Santa Luzia - MA

PORTARIA Nº 005/2025 – 02 DE JANEIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Estrutura Administrativa do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) FELIPE ALVES DE SOUZA, portador (a) do RG nº 0389962220100 SSP/MA e CPF nº 052.155.223-40, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E FINANÇAS – SEMFAZ.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, em 02 de janeiro de 2025.

JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2025 – 02 DE JANEIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Estrutura Administrativa do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) HENRIK JAMES SILVA RAMOS, portador (a) do RG nº 0244616949 GEJUSP/MA e CPF nº 650.039.003-25, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, em 02 de janeiro de 2025.

JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007/2025 – 02 DE JANEIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Estrutura Administrativa do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) CLEIDIMAR SOARES LOPES, portador do RG nº 20489994-4 SSP/MA e CPF nº 746.420.903-63, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E GESTORA DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

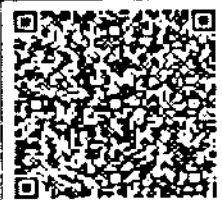
Dê-se ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, em 02 de janeiro de 2025.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTA DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<https://transparencia.santaluzia.ma.gov.br/diario>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 466ea99a55bd4fb4363bf7dba9cb1c4259f5ad3
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 005

Assinatura

Pelo presente instrumento, em atendimento à Lei 14.133/2021, encaminhe-se à consideração do(a) Autoridade Competente da Fundo Municipal de Saúde, Documento de Formalização da Demanda – DFD para análise e adoção das providências necessárias à abertura do processo de contratação.



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Saúde,
Fundo Municipal de Saúde, 11.487.015/0001-42
Herik James Silva Ramos,



Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA

Justificativa da Necessidade

Contratar uma empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos, com fornecimento de peças, oferece diversos benefícios essenciais para atender às necessidades da Secretaria de Saúde de Santa Luzia – MA. Entre as principais razões estão:

Garantia de Qualidade e Segurança: Empresas especializadas possuem profissionais treinados e certificações que garantem a manutenção adequada, aumentando a segurança dos pacientes e a eficiência dos equipamentos.

Prevenção de Paradas e Interrupções: A manutenção preventiva regular reduz o risco de falhas inesperadas, evitando interrupções nos serviços de saúde e garantindo assistência contínua à população.

Economia de Custos a Longo Prazo: A manutenção preventiva preserva a integridade dos equipamentos, prolongando sua vida útil e evitando despesas elevadas com reparos emergenciais ou substituições precoces.

Conformidade com Normas e Regulamentações: Empresas qualificadas asseguram que os procedimentos estejam em conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes, evitando penalidades e problemas legais.

Acesso a Peças de Reposição Genuínas ou Primeira Linha: O fornecimento de peças originais ou primeira linha garante a compatibilidade, segurança e durabilidade dos equipamentos, além de facilitar o rápido retorno à operação do equipamento.

Foco na Gestão de Saúde Pública: Ao terceirizar essa manutenção, a Secretaria de Saúde pode concentrar-se na gestão e prestação de serviços à comunidade, deixando a responsabilidade técnica para especialistas.

Acompanhamento e Relatórios Técnicos: Empresas especializadas fornecem relatórios de manutenção, facilitando o controle, auditoria e tomada de decisão eficiente.

Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada contribui para a melhoria contínua da infraestrutura de saúde, proporcionando segurança, confiabilidade e eficiência no atendimento à população de Santa Luzia – MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 006



Data Prevista da Demanda

A execução do objeto da presente Demanda deverá ser iniciada na data prevista de 01 de Outubro de 2025.



Alinhamento com o Plano de Contratação Anual

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.



Indicação da Equipe de Planejamento

Ângela Caroline Pereira Sousa e Souza
Maria de Lourdes Barroso Barros



Estudo Técnico Preliminar

O presente documento formaliza necessidade fundamentada em Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos do presente procedimento nos termos do inciso I, artigo 18 da Lei 14.133/2021.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unidade	Quant.
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	Serviço	80,00
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	Serviço	65,00
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	Serviço	50,00
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	Serviço	100,00
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	Serviço	100,00
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	Serviço	50,00
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	Serviço	45,00
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	Serviço	50,00
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	Serviço	30,00
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	Serviço	30,00
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	Serviço	3,00
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	Serviço	12,00
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	Serviço	25,00
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	25,00
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	Serviço	30,00
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	30,00
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	Serviço	20,00
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	Serviço	20,00
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	Serviço	30,00
20	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	20,00
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	Serviço	25,00
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	Serviço	10,00
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	Serviço	15,00
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	Serviço	20,00
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	Serviço	20,00
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	Serviço	20,00
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	Serviço	24,00
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	Serviço	10,00
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	Serviço	30,00
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	Serviço	12,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 2007

31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	Serviço	10,00
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	Serviço	40,00
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	Serviço	20,00
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	Serviço	20,00
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	Serviço	12,00
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	Serviço	12,00
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	Serviço	9,00
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	Serviço	15,00
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	Serviço	18,00
40	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	Serviço	12,00
41	KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	KIT	60,00
42	CANETA ULTRASONICA	UND	40,00
43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	UND	80,00
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	UND	40,00
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	80,00
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	UND	50,00
48	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	UND	150,00
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	UND	60,00
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	UND	70,00
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLÓGICO	UND	80,00
52	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	UND	60,00
53	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	UND	60,00
54	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	100,00
55	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	60,00
56	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLÓGICO	UND	100,00
57	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	200,00
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLÓGICA	UND	60,00
59	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLÓGICA	UND	30,00
60	SEPARADOR DE DETRITOS	UND	80,00
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	UND	200,00
62	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	UND	200,00
63	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 10mm - 1mt	UND	200,00
64	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 6mm - 1mt	UND	25,00
65	AMPOLA DE RAO X ODONTOLÓGICO	UND	10,00
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	UND	40,00
67	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	UND	8,00
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	UND	20,00
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	UND	50,00
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	UND	50,00
71	MONOMETRO	UND	80,00
72	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	UND	80,00
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	UND	80,00
74	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	UND	40,00
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	UND	50,00
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	UND	20,00
77	PLACA PARA INALADOR	UND	40,00
78	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00
79	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	UND	30,00

Declaro que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da necessidade do presente documento.

Santa Luzia - MA, 31 de Julho de 2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde
Portaria: 006/2025

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 008

ADMINISTRAÇÃO



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 009

ASSINATURA



Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Saúde,
Fundo Municipal de Saúde, 11.487.015/0001-42



Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento
Ângela Caroline Pereira Sousa e Souza
Maria de Lourdes Barroso Barros



Problema Resumido
A falta de manutenção adequada dos equipamentos hospitalares e odontológicos com fornecimento de peças resulta em falhas operacionais que comprometem a qualidade do atendimento à saúde da população.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia enfrenta uma carência significativa na manutenção adequada dos equipamentos hospitalares e odontológicos, resultando em falhas operacionais que comprometem a qualidade do atendimento à saúde da população. A limitação no funcionamento desses equipamentos é um fator crítico que afeta diretamente a capacidade de prestação de serviços de saúde essenciais, prejudicando tanto diagnósticos quanto tratamentos.

A falta de manutenção regular e o fornecimento inadequado de peças para reparos intensificam este problema, levando a interrupções nos atendimentos e aumentando os riscos à saúde dos usuários. Equipamentos em mau estado podem ocasionar erros clínicos, atrasos nos procedimentos e até mesmo a necessidade de intervenções mais complexas, gerando um custo adicional para o sistema público de saúde e impactando a população que depende desses serviços.

Sob a ótica do interesse público, é imprescindível garantir que os cidadãos de Santa Luzia tenham acesso a um atendimento médico e odontológico de qualidade. A insatisfação com os serviços de saúde pode resultar em consequências adversas, como o aumento da morbidade e mortalidade, além de



gerar desconfiança na gestão pública. Portanto, assegurar que os equipamentos hospitalares e odontológicos operem com segurança e eficiência é fundamental para a promoção da saúde coletiva e a preservação da dignidade da população.

A identificação clara dessa demanda não apenas responde a uma necessidade imediata de funcionalidade dos serviços de saúde, mas também está alinhada com as diretrizes de melhoria contínua na gestão pública. Atender a essa necessidade é um passo essencial para fortalecer a confiança da comunidade nas instituições públicas, proporcionando um ambiente onde a saúde seja priorizada e resguardada.

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de garantir a funcionalidade e a continuidade do atendimento à saúde da população de Santa Luzia, é imprescindível que a Prefeitura Municipal contrate um serviço especializado em manutenção adequada de equipamentos hospitalares e odontológicos. Abaixo, estão os requisitos necessários que a solução contratada deve atender:

1. Capacidade técnica comprovada na manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos, com experiênciano setor.
2. Disponibilidade de equipe técnica qualificada, composta por profissionais habilitados nas respectivas áreas de atuação dos equipamentos manutencionados.
3. Fornecimento garantido de peças originais ou de qualidade equivalente, assegurando a integridade funcional dos equipamentos.
4. Realização de manutenção preventiva periódica nos equipamentos, conforme cronograma estabelecido que deve ser acordado com a Prefeitura, com frequência mínima de uma vez por semestre.
5. Atendimento emergencial para reparos, com tempo máximo de resposta de até 24 horas após a solicitação, incluindo a disponibilização de um número de telefone para contato exclusivo.
6. Elaboração de relatórios técnicos mensais sobre as manutenções realizadas, incluindo informações sobre serviços executados, peças trocadas e recomendações para melhorias.
7. Garantia mínima de 12 meses para todas as peças e serviços realizados, assegurando a proteção contra falhas decorrentes de defeitos de fabricação ou execução inadequada dos serviços.
8. Capacitação contínua da equipe técnica, assegurando atualização com as melhores práticas e inovações tecnológicas no segmento de manutenção de equipamentos de saúde.
9. Compatibilidade dos serviços ofertados com as normas regulatórias e padrões de segurança aplicáveis a equipamentos hospitalares e odontológicos.

Esses requisitos visam assegurar que a contratação atenda plenamente à demanda pela manutenção efetiva dos equipamentos, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento à saúde e evitando interrupções operacionais.



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 011
Assinatura



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções disponíveis para a manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos:

1. Contratação de empresa especializada em manutenção

Vantagens:

- Expertise técnica: Profissionais qualificados com conhecimentos específicos para cada tipo de equipamento.
- Garantia de qualidade: Normalmente, empresas especializadas oferecem garantias sobre os serviços prestados.
- Maior eficiência operacional: Redução do tempo de inatividade dos equipamentos devido à manutenção mais rápida e eficaz.
- Suporte técnico contínuo: Possibilidade de atendimento emergencial ou preventivo conforme necessidade.

Desvantagens:

- Custo elevado: Pode ser significativamente mais caro em comparação a outras soluções, especialmente se contratos de longo prazo forem considerados.
- Dependência externa: O órgão pode ficar dependente da disponibilidade da empresa contratada para manutenção.
- Menor controle sobre processos: A gestão das manutenções pode ser menos flexível e adaptável às necessidades específicas da instituição.

2. Formação de equipe interna de manutenção

Vantagens:

- Controle total: O órgão terá controle total sobre o processo de manutenção e atendimento às suas próprias diretrizes.
- Economia a longo prazo: Embora os custos iniciais sejam elevados (treinamento e contratação), a manutenção futura pode reduzir gastos.
- Flexibilidade: Possibilidade de realizar manutenções preventivas e corretivas conforme a demanda real, aumentando a adaptabilidade.

Desvantagens:

- Custo inicial alto: Investimentos significativos em treinamento e equipamentos necessários para capacitação da equipe.
- Dificuldade de garantir expertise: Forma um risco quanto à atualização das competências da equipe frente a novas tecnologias de equipamentos.
- Demandas administrativas: Carga adicional de gerenciamento de pessoas e processos que pode desviar foco de atividades principais.

3. Contratação de plano de manutenção preventiva e corretiva



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 019

ASSINATURA

Vantagens:

- Planejamento orçamentário: Permite o planejamento financeiro com custos fixos ao longo do tempo.
- Manutenção programada: Reduz o risco de falhas imprevistas, garantindo maior confiança na operação dos equipamentos.
- Atendimento regular: Melhora a eficiência no funcionamento dos equipamentos por meio de verificações regulares.

Desvantagens:

- Custo elevado a longo prazo: Embora possa parecer acessível inicialmente, os custos podem aumentar ao longo do período de contratação.
- Rigidez de cronogramas: Poderá haver dificuldades em realizar adaptações rápidas nas manutenções caso surjam problemas inesperados.
- Menos foco em situações emergenciais: A priorização de manutenções programadas poderá desconsiderar manutenções emergenciais, afetando a operação.

4. Implementação de sistema integrado de gestão de manutenção

Vantagens:

- Monitoramento constante: Softwares proporcionam informações em tempo real sobre o estado dos equipamentos, facilitando o gerenciamento de manutenção.
- Projeção de necessidades: Através de dados coletados, aumenta-se a capacidade de antecipar e planejar as manutenções necessárias.
- Melhoria na eficiência: Processos automatizados podem economizar tempo e recursos.

Desvantagens:

- Alto investimento inicial: Custos significativos com software, hardware e formação profissional são necessários.
- Complexidade de implementação: Pode exigir adaptações nos procedimentos internos, gerando resistência à mudança.
- Necessidade de atualização constante: Os softwares demandam atualizações e manter a equipe capacitada é essencial, o que gera custos adicionais.

Análise comparativa das soluções:

1. Contratação de empresa especializada: Ideal para instituições com limitações de recurso humano e busca imediata de soluções eficientes, ainda que tenha um custo elevado.
2. Formação de equipe interna: Melhor opção para o órgão a longo prazo, proporcionando autonomia e controle, mas trazendo altos custos iniciais e comprometendo tempo de estruturação.
3. Contratação de plano de manutenção preventiva e corretiva: Oferece previsibilidade financeira e atendimento regular, porém a rigidez pode gerar limitações e comprometer emergências não previstas.



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL 013

[Handwritten signature]

4. Implementação de sistema integrado de gestão de manutenção: Traz benefícios significativos em termos de eficiência e monitoramento, mas com custos de implementação e complexidade que necessitam avaliação cuidadosa antes da adoção.

Cada solução apresenta vantagens claras que podem atender às necessidades de manutenção dos equipamentos hospitalares e odontológicos, sendo necessário considerar o perfil organizacional da Prefeitura Municipal de Santa Luzia e seus objetivos específicos na escolha da alternativa mais adequada.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos representa uma solução técnica e economicamente viável para os problemas enfrentados pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia. A escolha desta abordagem se fundamenta em diversos aspectos críticos relacionados ao desempenho, à compatibilidade dos serviços e à facilidade de implementação.

Em termos de desempenho, as empresas especializadas possuem know-how técnico que garante uma avaliação precisa dos equipamentos, identificando falhas potenciais antes que se tornem problemas críticos. Com isso, permite-se a realização de manutenções preventivas regulares que minimizam interrupções no atendimento e garantem o pleno funcionamento dos equipamentos essenciais para a saúde pública. Além disso, esses profissionais estão atualizados sobre as melhores práticas do setor, garantindo que a manutenção siga padrões de qualidade elevados, o que se traduz em maior segurança para os usuários atendidos pelos serviços de saúde.

A compatibilidade da solução escolhida é outro ponto relevante. A empresa contratada poderá adaptar seus serviços às particularidades dos equipamentos existentes no município, assegurando que as intervenções realizadas sejam adequadas e personalizadas. Isso reduz o risco de incompatibilidades que poderiam surgir caso fossem utilizadas soluções genéricas ou não especializadas. Ademais, a facilidade de implementação das atividades de manutenção também deve ser enfatizada, uma vez que a empresa já conta com processos e protocolos definidos para iniciar rapidamente os serviços sem necessitar de readequações significativas na rotina do sistema de saúde.

Os benefícios operacionais gerados por essa contratação são significativos. O apoio contínuo e a possibilidade de escalabilidade dos serviços garantem que a Prefeitura tenha sempre acesso a especialistas prontos para atender demandas emergenciais, além das manutenções programadas. Isso resulta em uma gestão mais eficaz dos recursos de saúde, uma vez que a disponibilidade de equipamentos adequados melhora diretamente a qualidade do atendimento à população e contribui para a redução do tempo de espera nos serviços.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 014

Economicamente, a opção pela contratação de uma empresa especializada apresenta um custo-benefício atraente. Inicialmente, pode parecer um investimento elevado, mas a prevenção de falhas críticas resulta em economia significativa ao evitar gastos com reparos emergenciais ou substituições totais de equipamentos danificados. A continuidade dos serviços de saúde sem interrupções reduzem custos indiretos associados à inatividade dos equipamentos, como as perdas em consultas e os impactos negativos na saúde da população. Portanto, o retorno sobre esse investimento é esperado tanto em termos financeiros quanto em qualidade dos serviços prestados, fortalecendo a confiança da comunidade na capacidade de sua administração pública.

Por fim, a escolha pela contratação de uma empresa especializada alinha-se ao interesse público, pois visa garantir que a população de Santa Luzia tenha acesso a serviços de saúde de qualidade, assegurando a operação eficiente dos equipamentos essenciais para o cuidado à saúde, e contribuindo positivamente para o bem-estar social da comunidade.

QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 00					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	8888 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	Serviço	80,00		
2	8888 - MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	Serviço	65,00		
3	8888 - MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	Serviço	50,00		
4	8888 - MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	Serviço	100,00		
5	8888 - MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	Serviço	100,00		
6	8888 - MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	Serviço	50,00		
7	8888 - MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	Serviço	45,00		
8	8888 - MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	Serviço	50,00		
9	8888 - MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	Serviço	30,00		
10	8888 - MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	Serviço	30,00		
11	8888 - MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	Serviço	3,00		
12	8888 - MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	Serviço	12,00		
13	8888 - MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	Serviço	25,00		
14	8888 - MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	25,00		
15	8888 - MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	Serviço	30,00		
16	8888 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	30,00		
17	8888 - MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	Serviço	20,00		
18	8888 - MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	Serviço	20,00		
19	8888 - MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	Serviço	30,00		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



20	8888 - MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	20,00	PREFEITURA DE SANTA LUZIA Nº FL. 015 ASSINATURA
21	8888 - MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	Serviço	25,00	
22	8888 - MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	Serviço	10,00	
23	8888 - MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	Serviço	15,00	
24	8888 - MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	Serviço	20,00	
25	8888 - MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	Serviço	20,00	
26	8888 - MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	Serviço	20,00	
27	8888 - MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	Serviço	24,00	
28	8888 - MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	Serviço	10,00	
29	8888 - MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	Serviço	30,00	
30	8888 - MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	Serviço	12,00	
31	8888 - MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	Serviço	10,00	
32	8888 - MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	Serviço	40,00	
33	8888 - MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	Serviço	20,00	
34	8888 - MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	Serviço	20,00	
35	8888 - MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	Serviço	12,00	
36	8888 - MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	Serviço	12,00	
37	8888 - MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	Serviço	9,00	
38	8888 - MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	Serviço	15,00	
39	8888 - MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	Serviço	18,00	
40	8888 - MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	Serviço	12,00	
41	8888 - KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	KIT	60,00	
42	8888 - CANETA ULTRASONICA	UND	40,00	
43	8888 - FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	UND	80,00	
44	8888 - RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	UND	40,00	
45	8888 - RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00	
46	8888 - ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO	UND	80,00	
47	8888 - VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	UND	50,00	
48	8888 - BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	UND	150,00	
49	8888 - PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	UND	60,00	
50	8888 - ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	UND	70,00	
51	8888 - PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLOGICO	UND	80,00	
52	8888 - PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	UND	60,00	
53	8888 - PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	UND	60,00	
54	8888 - FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	100,00	
55	8888 - RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	60,00	
56	8888 - LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLOGICO	UND	100,00	
57	8888 - MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	200,00	
58	8888 - RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	UND	60,00	
59	8888 - PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLOGICA	UND	30,00	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



60	8888 - SEPARADOR DE DETRITOS	UND	80,00	PREFEITURA DE SANTA LUZIA	
61	8888 - MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	UND	200,00	Nº FL. <u>C/E</u>	
62	8888 - MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	UND	200,00	<u>K</u>	
63	8888 - MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 10mm - 1mt	UND	200,00		
64	8888 - MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt	UND	25,00		
65	8888 - AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	UND	10,00		
66	8888 - RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	UND	40,00		
67	8888 - CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	UND	8,00		
68	8888 - PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	UND	20,00		
69	8888 - GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00		
70	8888 - GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	UND	50,00		
71	8888 - MONOMETRO	UND	80,00		
72	8888 - REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	UND	80,00		
73	8888 - REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	UND	80,00		
74	8888 - TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	UND	40,00		
75	8888 - PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	UND	50,00		
76	8888 - VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	UND	20,00		
77	8888 - PLACA PARA INALADOR	UND	40,00		
78	8888 - VALVULA DE PONTAS	UND	35,00		
79	8888 - VALVULA DE PONTAS	UND	35,00		
80	8888 - PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	UND	30,00		
Valor Total					

636 PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação não será parcelada em razão da natureza contínua e interdependente dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos. Esses serviços necessitam de um planejamento integrado, que garanta a eficiência e a eficácia das intervenções. A fragmentação do objeto contratual poderia resultar na desarticulação dos serviços prestados, comprometendo a qualidade e a prontidão do atendimento à saúde da população de Santa Luzia, uma vez que a manutenção inadequada pode levar a interrupções significativas nas operações diárias das unidades de saúde.

Além disso, o parcelamento dificultaria a gestão contratual, uma vez que cada parte do serviço exigiria monitoramento e supervisão separados, possivelmente gerando lacunas no acompanhamento da execução e na responsabilização por eventuais falhas. Um contrato único permitiria a escolha de um fornecedor que compreenda todas as necessidades envolvidas, garantindo que as peças e a mão de obra estejam disponíveis de maneira coordenada, promovendo a consistência e a continuidade dos cuidados de saúde.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 017

Por fim, a solução escolhida deve atender ao interesse público de forma integral e eficiente. O não parcelamento da contratação assegura que a empresa prestadora tenha um compromisso claro e uniforme com os objetivos do Município, minimizando riscos operacionais e maximizando a utilização adequada dos recursos públicos. Assim, a integridade do processo de manutenção garantirá uma resposta mais ágil e confiável às demandas do setor de saúde, preservando a qualidade do atendimento oferecido à população.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de uma empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos, com fornecimento de peças, proporcionará significativos resultados em termos de economicidade para a Prefeitura Municipal de Santa Luzia. Primeiramente, ao garantir a manutenção adequada dos equipamentos, o município evitará desperdícios financeiros decorrentes de falhas operacionais que levam a paradas irregulares e a necessidade de reparos emergenciais, geralmente mais onerosos. A prevenção é sempre menos custosa do que a correção de problemas já instalados, resultando em um melhor custo-benefício.

Além disso, a solução proposta maximiza o aproveitamento dos recursos disponíveis. Com a manutenção regular, os equipamentos terão uma vida útil prolongada, reduzindo a necessidade de aquisições frequentes de novas máquinas. Isso não só diminui os gastos com aquisição de novos equipamentos, mas também assegura que as unidades de saúde possam operar com os recursos que já possuem, otimizando a utilização dos bens materiais existentes.

No que tange aos recursos humanos, ao contratar uma empresa especializada, a Prefeitura pode realocar seus profissionais para outras atividades prioritárias, evitando a sobrecarga das equipes internas. Isso resulta em um melhor uso do capital humano, permitindo que os servidores públicos se dediquem a funções que demandam maior interação com os usuários de saúde, thus enhancing the overall service quality provided to the population.

Em resumo, a solução de contratar serviços especializados gera economia direta e indireta, otimiza o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros, além de garantir um atendimento à saúde da população com qualidade e eficiência. Dessa forma, a expectativa é que a contratação leve a um ciclo virtuoso de melhoria contínua nos serviços de saúde de Santa Luzia.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a implementação eficaz da solução de contratação de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos, são necessárias algumas providências operacionais e estruturais que possam garantir a efetividade do serviço prestado e



contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento à saúde na Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

Primeiramente, é fundamental realizar um levantamento detalhado do inventário de equipamentos existentes nos hospitais e unidades de saúde, incluindo suas condições atuais de funcionamento e necessidades específicas de manutenção. Essa análise permitirá a identificação precisa dos serviços a serem contratados, assim como a priorização das intervenções necessárias. Além disso, deve ser estabelecido um cronograma de manutenções preventivas a serem realizadas, baseado na criticidade de cada equipamento e no histórico de falhas registradas.

Outra providência importante é a definição de indicadores de desempenho específicos que possibilitem monitorar a eficácia dos serviços prestados após a contratação. Esses indicadores devem incluir métricas relacionadas à disponibilidade dos equipamentos, tempo médio para a realização de manutenções corretivas, e satisfação dos usuários com o atendimento. A gestão de dados por meio de um sistema informatizado pode ser considerado, facilitando o acompanhamento e a transparência na execução do contrato.

Com relação às capacidades técnicas da equipe de gestão e fiscalização do contrato, é recomendável a capacitação dos servidores envolvidos, focando especialmente nas especificidades dos serviços de manutenção de equipamentos médicos. Essa capacitação permitirá à administração pública melhorar sua atuação na supervisão dos serviços contratados, garantindo que os parâmetros técnicos sejam adequadamente cumpridos e que a qualidade do atendimento à população seja mantida.

Adicionalmente, é pertinente considerar a previsão de contratações adicionais de serviços complementares, como consultoria técnica especializada, que possam auxiliar na definição de melhores práticas de manutenção e na atualização das normativas relacionadas aos equipamentos utilizados. Tal apoio poderá otimizar os processos de decisão e aumentar a eficiência dos contratos firmados.

Por fim, é essencial desenvolver uma estratégia de comunicação clara entre a empresa contratada, a administração pública e a comunidade, visando informar sobre as ações de manutenção realizadas e os benefícios trazidos à saúde pública local. Esta transparência ajudará a engajar a população, além de fomentar a accountability e a confiança nas ações do governo municipal.

Essas providências contribuirão não apenas para a resolução imediata do problema identificado, mas também para a construção de um sistema de saúde mais eficiente e responsável em Santa Luzia.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução proposta, que é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 019
ASSINATURA

corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos, indica que as necessidades estão essencialmente atendidas pela própria solução.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva abrangem a totalidade das ações necessárias para garantir o funcionamento eficaz dos equipamentos, incluindo o fornecimento das peças que possam ser requisitadas durante o serviço. Dessa forma, não há uma dependência técnica importante que exija a realização prévia de outras contratações. A escolha de uma empresa especializada supõe que esta já possui todos os insumos e capacitações necessárias para atender às demandas específicas relacionadas à manutenção dos equipamentos.

Adicionalmente, pode-se considerar que não existem adequações prediais diretas que precisem ser prioritariamente realizadas para permitir a implementação da solução escolhida. A estrutura física existente nos hospitais e unidades odontológicas do Município de Santa Luzia deve estar adequada para receber esses serviços técnicos, e se houver alguma irregularidade, essa é uma questão que pode ser gerida pela administração do local, sem impedir a realização dos serviços de manutenção.

Portanto, diante do exposto, conclui-se que não há contratações correlatas e/ou interdependentes que devam ser realizadas antes da contratação da solução escolhida, pois esta abrange todas as necessidades técnicas e operacionais para a manutenção adequada dos equipamentos de saúde.



IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos para o Município de Santa Luzia pode gerar diversos impactos ambientais, os quais necessitam ser identificados e mitigados. Primeiramente, a operação dos equipamentos pode resultar em consumo significativo de energia elétrica. Para mitigar esse impacto, é recomendável que a empresa contratada utilize equipamentos eficientes, que atendam aos padrões de eficiência energética e promovam o uso racional da eletricidade. A implementação de tecnologia LED nas áreas de iluminação e a adoção de sistemas que utilizem energia renovável, como solar ou eólica, podem ser consideradas.

Outro impacto ambiental potencial está relacionado ao descarte inadequado de resíduos gerados durante a manutenção, como peças danificadas e materiais de limpeza. As medidas mitigadoras incluem a criação de um plano de gestão de resíduos sólidos, orientando a separação e destinação correta desses materiais. A empresa deve seguir diretrizes que assegurem o tratamento e a disposição final adequada, priorizando a reciclagem sempre que possível.

Além disso, a logística reversa se torna um aspecto relevante, principalmente na substituição de componentes e peças dos equipamentos. A contratação deve incluir a obrigatoriedade da empresa de coletar e devolver ao fabricante ou a pontos de coleta apropriados as peças substituídas, garantindo assim uma redução no volume de resíduos encaminhados para aterros sanitários. Essa iniciativa pode



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Nº FL. 226
ASSINATURA

proporcionar um ciclo de vida mais sustentável para produtos, minimizando os impactos ambientais associados ao seu descarte.

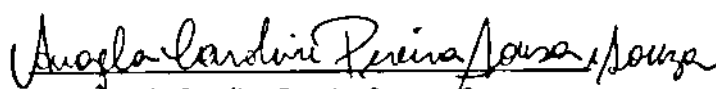
Ainda, é importante promover treinamentos para a equipe técnica responsável pelo uso e manutenções dos equipamentos, visando à conscientização sobre práticas sustentáveis e ao uso consciente dos recursos. Essas ações podem contribuir não apenas para a preservação do meio ambiente, mas também para a eficiência operacional, resultando em melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população de Santa Luzia.

Por fim, todas essas medidas devem ser incorporadas ao contrato e monitoradas através de indicadores de desempenho ambiental, assegurando a transparência e eficácia das ações implementadas para minimizar os impactos ambientais decorrentes da atividade de manutenção dos equipamentos.

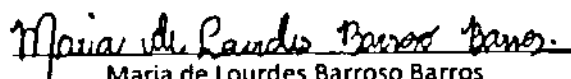
 **CONCLUSÃO**

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Santa Luzia - MA, 1 de Agosto de 2025



Ângela Caroline Pereira Sousa e Souza
Chefe do Setor de Apoio Administrativo
071/2025



Maria de Lourdes Barroso Barros
Assessora Técnica Administrativo
Portaria: 112/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



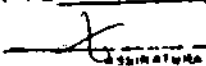
APROVO O PRESENTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 021
f ASSINATURA

Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde
Portaria: 006/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
CNPJ/MF nº 06.191.001/0001-47
GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 022

ASSINATURA

PORTARIA Nº 112/2025 – GAB/P, DE 17 DE JANEIRO DE 2025.

“Dispõe sobre a nomeação do (a) ASSESSOR
(A) TÉCNICO, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, pela presente.

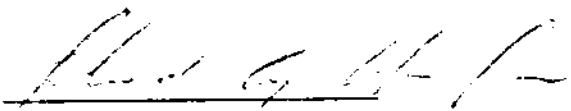
RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) MARIA DE LOURDES BARROSO BARROS, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 101670298-9 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 020.307.573-06, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR (A) TÉCNICO, com denominação DAS, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 17 DE JANEIRO DE 2025.


Juscelino da Cruz Filgueira Junior
Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

PORTARIA Nº 671/2025 – GAB/P, DE 07 DE MAIO DE 2025.

"Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e,

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) **ÂNGELA CAROLINE PEREIRA SOUSA E SOUZA**, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 028539592004-4 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 027.954.323-90, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO**, com denominação **DANS**, junto a Secretaria Municipal de Governo e Gestão.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de maio de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE MAIO DE 2025.

Juscelino da Cruz Figueira Junior
Prefeito Municipal de Santa Luzia-MA

Juscelino da Cruz Figueira Junior
Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA



Gabinete do Prefeito

PORTARIA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 024

ASSINATURA

PORTARIA Nº 671/2025 – GAB/P, DE 07 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA Nº 671/2025 – GAB/P, DE 07 DE MAIO DE 2025. “Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, e dá outras providências”. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e, CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025; RESOLVE: Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) ÂNGELA CAROLINE PEREIRA SOUSA E SOUZA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 028539592004-4 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 027.954.323-90, para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, com denominação DANS, junto a Secretaria Municipal de Governo e Gestão. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de maio de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE MAIO DE 2025.

Juscelino da Cruz Filgueira Junior Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

Publicado por: JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JUNIOR

Código identificador: bxj0fu0h6kh20250507190551

PORTARIA Nº 670/2025 – GAB/P, DE 07 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA Nº 670/2025 – GAB/P, DE 07 DE MAIO DE 2025. “Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR (A) DO DEP. DE REGISTRO CADASTRAL, e dá outras providências”. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e, CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025; RESOLVE: Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) JOEL MOREIRA CHAVES, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 073244002020-3 SSP/MA, inscrito (a) no CPF sob o nº 452.655.343-34, para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO CADASTRAL, com denominação DANS, junto a Secretaria Municipal de Governo e Gestão. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de maio de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE MAIO DE 2025.

Juscelino da Cruz Filgueira Junior Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

Publicado por: JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JUNIOR

Código identificador: dbrn4mbhbe20250507190502


PORTARIA Nº 672/2025 – GAB/P, DE 07 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA Nº 672/2025 – GAB/P, DE 07 DE MAIO DE 2025. “Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, e dá outras providências”. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso art. 3 da Lei 172/199 com alteração na Lei 195/2000 que trata da composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, no município de Santa Luzia; RESOLVE: Art. 1º. Nomear, para o quadriênio de 2024-2028, os membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE de Santa Luzia - MA, conforme segue: § 1º Representantes do Poder Executivo: Titular: Bruna Yokoono Jorge Neves Andrade, CPF: 017.490.983-77 Suplente: Liane Nascimento dos Santos, CPF: 030.847.483-06 § 2º Representantes do Segmento dos Profissionais da Área da Educação (Professores): Titular: Antonivan Marciel Pereira, CPF: 965.576.483-49 Titular: Maria da

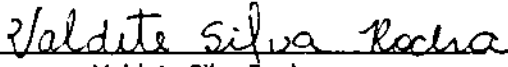




AUTUAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 025

ASSINATURA

No uso de minhas atribuições, autuo o presente **Processo Administrativo sob o nº 112/2025**, no dia **5 de Agosto de 2025** que tem por finalidade contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA.


Valdete Silva Rocha
Diretora da Divisão de Protocolo
032/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
CNPJ nº 06.181.001/0001-47
GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 026

ASSINATURA

PORTARIA Nº 032/2025 – GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

“Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR
(A) DA DIVISÃO DE PROTOCOLO, e dá
outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, pela presente.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) VALDETE SILVA ROCHA, portador (a) da Cédula de Identidade RG/CPF sob o nº 637.278.893-49 SSP/MA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR (A) DA DIVISÃO DE PROTOCOLO, com denominação DAS, junto à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Trânsito e Mobilidade Urbana.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO
MARANHÃO, EM 07 DE JANEIRO DE 2025.

Juacellino da Cruz Filgueira Junior
Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA



SUMÁRIO

PORTARIA Nº 032/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025	1
PORTARIA Nº 033/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025	2
PORTARIA Nº 034/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025	3
PORTARIA Nº 035/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025	4
PORTARIA Nº 036/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025	5
PORTARIA Nº 037/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025	6
PORTARIA Nº 038/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025	7

PORTARIA Nº 032/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

"Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR (A) DA DIVISÃO DE PROTOCOLO, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, pela presente:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) VALDETE SILVA ROCHA, portador (a) da Cédula de Identidade RG/CPF sob o nº 617.278.893-49 SSP/MA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR (A) DA DIVISÃO DE PROTOCOLO, com denominação DAS, junto à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Trânsito e Mobilidade Urbana.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE JANEIRO DE 2025.

Juscélino da Cruz Filgueira Junior

Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

PORTARIA Nº 033/2025 - GAB/P, DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

"Dispõe sobre a nomeação do (a) ASSESSOR (A) ESPECIAL, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, pela presente:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) ARTHUR CONDINHO DE ALENCAR, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 829408302005-5 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 853.485.093-61, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR (A) ESPECIAL, com denominação DANI, junto à Secretaria Municipal de Juventude.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE JANEIRO DE 2025.

Juscélino da Cruz Filgueira Junior

Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTA DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<https://transparencia.santaluzia.ma.gov.br/diario>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 6ab5e0777fe83647a148e2507c0a6c7c1401451
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



DESPACHO PARA COTAÇÃO DE PREÇOS

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 028

ASSINATURA

Ao
Departamento de Cotação de Preços
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE
MERCADO COM VISTAS AO ESTABELECIMENTO DE PREÇOS DE
REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO AO INCISO IV DO ARTIGO 18
DA LEI 14.133/2021.

Prezados,

Solicitamos que seja realizado estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, nos termos do inciso IV, artigo 18 da Lei 14.133/2021, respeitando-se os critérios estabelecidos no Termo de Referência encaminhado junto com o Documento de Formalização de Demanda pelo Setor Requisitante.

O procedimento de levantamento de preços de mercado deverá respeitar os critérios do art. 23 da Lei 14.133/2021 e no regulamento deste órgão.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	Serviço	80,00		
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	Serviço	65,00		
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	Serviço	50,00		
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	Serviço	100,00		
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	Serviço	100,00		
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	Serviço	50,00		
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	Serviço	45,00		
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	Serviço	50,00		
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	Serviço	30,00		
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	Serviço	30,00		
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	Serviço	3,00		
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	Serviço	12,00		
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	Serviço	25,00		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 029

14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	25,00		
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	Serviço	30,00		
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	30,00		
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	Serviço	20,00		
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	Serviço	20,00		
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	Serviço	30,00		
20	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	20,00		
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	Serviço	25,00		
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	Serviço	10,00		
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	Serviço	15,00		
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	Serviço	20,00		
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	Serviço	20,00		
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	Serviço	20,00		
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	Serviço	24,00		
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	Serviço	10,00		
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	Serviço	30,00		
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	Serviço	12,00		
31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	Serviço	10,00		
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	Serviço	40,00		
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	Serviço	20,00		
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	Serviço	20,00		
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	Serviço	12,00		
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	Serviço	12,00		
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	Serviço	9,00		
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	Serviço	15,00		
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	Serviço	18,00		
40	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	Serviço	12,00		
41	KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	KIT	60,00		
42	CANETA ULTRASONICA	UND	40,00		
43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	UND	80,00		
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	UND	40,00		
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00		
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	80,00		
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	UND	50,00		
48	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	UND	150,00		
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	UND	60,00		
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	UND	70,00		
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLÓGICO	UND	80,00		
52	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	UND	60,00		
53	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	UND	60,00		
54	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	100,00		
55	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	60,00		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

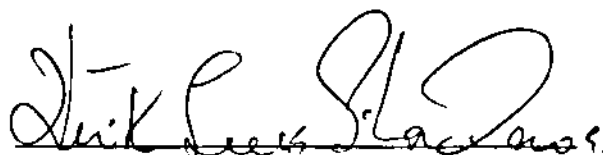


PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 030

56	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLÓGICO	UND	100,00		
57	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	200,00		
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLÓGICA	UND	60,00		
59	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLÓGICA	UND	30,00		
60	SEPARADOR DE DETRITOS	UND	80,00		
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	UND	200,00		
62	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	UND	200,00		
63	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 10mm - 1mt	UND	200,00		
64	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 6mm - 1mt	UND	25,00		
65	AMPOLA DE RAIOS X ODONTOLÓGICO	UND	10,00		
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRÚRGICO	UND	40,00		
67	CABO DE ALTA TENSÃO PARA AMPOLA DO RAIOS X	UND	8,00		
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDÍACO	UND	20,00		
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00		
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	UND	50,00		
71	MONOMETRO	UND	80,00		
72	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	UND	80,00		
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE ÁGUA E ÓLEO	UND	80,00		
74	TECLADO PARA MONITOR CARDÍACO	UND	40,00		
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	UND	50,00		
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	UND	20,00		
77	PLACA PARA INALADOR	UND	40,00		
78	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00		
79	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00		
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAIOS X	UND	30,00		
Valor Total					

Concluído as solicitações acima, devolva-se os autos para análise e providências necessárias ao devido andamento do Processo.

Santa Luzia - MA, 11 de Agosto de 2025


Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde
Portaria: 006/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Unidade Requisitante
Fundo Municipal de Saúde, 11487015000142

Responsável pelo Levantamento
Maria Lygia Lima da Silva Pereira

Objeto
contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia - MA.

Para definição do preço estimado dos itens, foi adotada a média aritmética simples dos valores válidos coletados, conforme previsto no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Foram desconsiderados eventuais valores considerados excessivos ou inexequíveis, com base em análise de coerência técnica e comercial.

Todos os preços utilizados foram extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo a veracidade e atualidade das informações, conforme exigido pela legislação vigente.

Total de itens: 80

Valor total: R\$ 981.047,66



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



00 - Lote 00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
1	MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	80 Serviço	R\$ 366,67	R\$ 29.333,60
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	65 Serviço	R\$ 243,33	R\$ 15.816,45
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	50 Serviço	R\$ 343,33	R\$ 17.166,50
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	100 Serviço	R\$ 93,33	R\$ 9.333,00
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	100 Serviço	R\$ 103,00	R\$ 10.300,00
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCIOM	50 Serviço	R\$ 366,67	R\$ 18.333,50
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	45 Serviço	R\$ 270,00	R\$ 12.150,00
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	50 Serviço	R\$ 266,67	R\$ 13.333,50
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	30 Serviço	R\$ 223,33	R\$ 6.699,90
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	30 Serviço	R\$ 133,33	R\$ 3.999,90
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	3 Serviço	R\$ 233,33	R\$ 699,99
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	12 Serviço	R\$ 106,67	R\$ 1.280,04
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	25 Serviço	R\$ 289,33	R\$ 7.233,25



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



00 - Lote 00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 611,67	R\$ 15.291,75
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	30 Serviço	R\$ 610,00	R\$ 18.300,00
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	30 Serviço	R\$ 610,00	R\$ 18.300,00
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	20 Serviço	R\$ 426,67	R\$ 8.533,40
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 109,00	R\$ 2.180,00
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	30 Serviço	R\$ 216,67	R\$ 6.500,10
20	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	20 Serviço	R\$ 616,67	R\$ 12.333,40
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 406,67	R\$ 10.166,75
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	10 Serviço	R\$ 545,00	R\$ 5.450,00
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	15 Serviço	R\$ 312,67	R\$ 4.690,05
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 409,33	R\$ 8.186,60
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 486,67	R\$ 9.733,40
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 399,33	R\$ 7.986,60



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



00 - Lote 00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	24 Serviço	R\$ 312,67	R\$ 7.504,08
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	10 Serviço	R\$ 410,00	R\$ 4.100,00
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	30 Serviço	R\$ 256,67	R\$ 7.700,10
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	12 Serviço	R\$ 209,33	R\$ 2.511,96
31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	10 Serviço	R\$ 590,89	R\$ 5.908,90
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	40 Serviço	R\$ 295,00	R\$ 11.800,00
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	20 Serviço	R\$ 305,00	R\$ 6.100,00
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	20 Serviço	R\$ 481,89	R\$ 9.637,80
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	12 Serviço	R\$ 485,67	R\$ 5.828,04
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	12 Serviço	R\$ 506,67	R\$ 6.080,04
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	9 Serviço	R\$ 301,67	R\$ 2.715,03
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	15 Serviço	R\$ 389,22	R\$ 5.838,30
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	18 Serviço	R\$ 130,11	R\$ 2.341,98

Nº FL 034
ASSINATURA
LÍGIA LIMA DA SILVA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



00 - Lote 00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
40	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	12 Serviço	R\$ 136,67	R\$ 1.640,04
41	KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	60 KIT	R\$ 393,33	R\$ 23.599,80
42	CANETA ULTRASONICA	40 UND	R\$ 685,00	R\$ 27.400,00
43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	80 UND	R\$ 73,33	R\$ 5.866,40
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	40 UND	R\$ 286,67	R\$ 11.466,80
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	50 UND	R\$ 327,67	R\$ 16.383,50
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	80 UND	R\$ 71,63	R\$ 5.730,40
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	50 UND	R\$ 320,00	R\$ 16.000,00
48	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	150 UND	R\$ 117,00	R\$ 17.550,00
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	60 UND	R\$ 803,33	R\$ 48.199,80
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	70 UND	R\$ 239,33	R\$ 16.753,10
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLÓGICO	80 UND	R\$ 226,33	R\$ 18.106,40
52	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	60 UND	R\$ 11,33	R\$ 679,80

ASSINATURA
035
...E SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Período IP: 177.74.105.41



00 - Lote 00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
53	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	60 UND	R\$ 13,67	R\$ 820,20
54	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	100 UND	R\$ 65,67	R\$ 6.567,00
55	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	60 UND	R\$ 406,67	R\$ 24.400,20
56	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLOGICO	100 UND	R\$ 51,00	R\$ 5.100,00
57	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	200 UND	R\$ 68,00	R\$ 13.600,00
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	60 UND	R\$ 376,67	R\$ 22.600,20
59	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLOGICA	30 UND	R\$ 930,00	R\$ 27.900,00
60	SEPARADOR DE DETRITOS	80 UND	R\$ 91,00	R\$ 7.280,00
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	200 UND	R\$ 47,67	R\$ 9.534,00
62	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	200 UND	R\$ 31,67	R\$ 6.334,00
63	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 10mm - 1mt	200 UND	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
64	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt	25 UND	R\$ 7,87	R\$ 196,75
65	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	10 UND	R\$ 6.933,33	R\$ 69.333,30

27/08/2025
M. FL. 036
M. L. LIMA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Período IP: 177.74.105.41



00 - Lote 00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	40 UND	R\$ 1.023,33	R\$ 40.933,20
67	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	8 UND	R\$ 1.676,67	R\$ 13.413,36
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	20 UND	R\$ 1.086,67	R\$ 21.733,40
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	50 UND	R\$ 206,33	R\$ 10.316,50
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	50 UND	R\$ 169,33	R\$ 8.466,50
71	MONOMETRO	80 UND	R\$ 53,33	R\$ 4.266,40
72	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	80 UND	R\$ 136,67	R\$ 10.933,60
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	80 UND	R\$ 184,33	R\$ 14.746,40
74	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	40 UND	R\$ 296,00	R\$ 11.840,00
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	50 UND	R\$ 339,67	R\$ 16.983,50
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	20 UND	R\$ 886,67	R\$ 17.733,40
77	PLACA PARA INALADOR	40 UND	R\$ 316,00	R\$ 12.640,00
78	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 112,67	R\$ 3.943,45



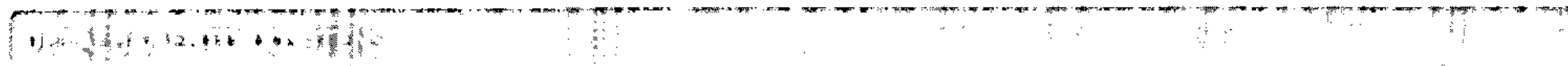
ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



00 - Lote 00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
79	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 127,67	R\$ 4.468,45
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	30 UND	R\$ 1.066,33	R\$ 31.989,90



#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
1	MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	80 Serviço	R\$ 366,67	R\$ 29.333,60

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
--------------	-----------	------------	-------

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	80 Serviço	R\$ 450,00
---	------------	------------

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	80 Serviço	R\$ 340,00
---	------------	------------

27/08/2025

Página 8 de 88

generated by StarGo

Nº FL. 03
SECRETARIA DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	80 Serviço	R\$ 310,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	65 Serviço	R\$ 243,33	R\$ 15.816,45

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	65 Serviço	R\$ 320,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	65 Serviço	R\$ 210,00
---	----------------------------	------------	------------

Assinatura
039
Maria Lygia Lima da Silva



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	65 Serviço	R\$ 200,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	50 Serviço	R\$ 343,33	R\$ 17.166,50

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	50 Serviço	R\$ 430,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	50 Serviço	R\$ 310,00
---	--	------------	------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 0410
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	50 Serviço	R\$ 290,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	100 Serviço	R\$ 93,33	R\$ 9.333,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	100 Serviço	R\$ 110,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	100 Serviço	R\$ 90,00
---	---	-------------	-----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Período IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	100 Serviço	R\$ 80,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	100 Serviço	R\$ 103,00	R\$ 10.300,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	100 Serviço	R\$ 130,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	100 Serviço	R\$ 99,00
---	--	-------------	-----------

ASSINATURA
Nº FL. 049
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	100 Serviço	R\$ 80,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	50 Serviço	R\$ 366,67	R\$ 18.333,50

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	50 Serviço	R\$ 430,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	50 Serviço	R\$ 350,00
---	--	------------	------------

ASSINATURA
Nº FL 0643
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	50 Serviço	R\$ 320,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	45 Serviço	R\$ 270,00	R\$ 12.150,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	45 Serviço	R\$ 390,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	45 Serviço	R\$ 220,00
---	---	------------	------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 044
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	45 Serviço	R\$ 200,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	50 Serviço	R\$ 266,67	R\$ 13.333,50

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	50 Serviço	R\$ 350,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	50 Serviço	R\$ 210,00
---	--	------------	------------

ASSINATURA
Nº FL 045



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT

50 Serviço

R\$ 240,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

9 MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY

30 Serviço

R\$ 223,33

R\$ 6.699,90

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY

30 Serviço

R\$ 260,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY

30 Serviço

R\$ 200,00

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 045
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	30 Serviço	R\$ 210,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	30 Serviço	R\$ 133,33	R\$ 3.999,90

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	30 Serviço	R\$ 160,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	30 Serviço	R\$ 71,00
---	------------------------------------	------------	-----------

Assinatura
R\$ 71,00
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
27/08/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175066000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	30 Serviço	R\$ 130,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	3 Serviço	R\$ 233,33	R\$ 699,99

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	3 Serviço	R\$ 260,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	3 Serviço	R\$ 200,00
---	---	-----------	------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
MPL
24/8
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	3 Serviço	R\$ 240,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	12 Serviço	R\$ 106,67	R\$ 1.280,04

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	12 Serviço	R\$ 130,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	12 Serviço	R\$ 90,00
---	---	------------	-----------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 044
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	12 Serviço	R\$ 100,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	25 Serviço	R\$ 289,33	R\$ 7.233,25

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	25 Serviço	R\$ 318,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	25 Serviço	R\$ 290,00
---	---------------------------------	------------	------------

SANTIA LUZIA
OSG
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	25 Serviço	R\$ 260,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 611,67	R\$ 15.291,75

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 650,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 600,00
---	---	------------	------------

ASSINATURA
Nº FL. 051
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Mana Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 585,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	30 Serviço	R\$ 610,00	R\$ 18.300,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	30 Serviço	R\$ 650,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	30 Serviço	R\$ 600,00
---	---	------------	------------

ASSINATURA
MANA LYGIA LIMA DA SILVA
27/08/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	30 Serviço	R\$ 580,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	30 Serviço	R\$ 610,00	R\$ 18.300,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	30 Serviço	R\$ 650,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	30 Serviço	R\$ 600,00

ASSINATURA
Nº FL. 053
SECRETARIA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ

30 Serviço

R\$ 580,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

17 MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ

20 Serviço

R\$ 426,67

R\$ 8.533,40

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ

20 Serviço

R\$ 470,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ

20 Serviço

R\$ 410,00

ASSINATURA
M. L. C. DO N. PINHEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	20 Serviço	R\$ 400,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 109,00	R\$ 2.180,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 140,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 100,00
---	--	------------	------------

27/08/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Assinatura: [Handwritten Signature]
R\$ 100,00



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177,74,105,41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 87,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	30 Serviço	R\$ 216,67	R\$ 6.500,10

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	30 Serviço	R\$ 300,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	30 Serviço	R\$ 190,00
---	--	------------	------------

ASSINATURA
Nº FL 056
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	30 Serviço	R\$ 160,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
20	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	20 Serviço	R\$ 616,67	R\$ 12.333,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	20 Serviço	R\$ 650,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	20 Serviço	R\$ 600,00
---	---	------------	------------

ASSINATURA
Nº FL. 054
CUNHA DE SANTA LUZIA
Sistema Gov



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	20 Serviço	R\$ 600,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 406,67	R\$ 10.166,75

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 450,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	25 Serviço	R\$ 400,00
---	---	------------	------------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Perceira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED

25 Serviço

R\$ 370,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

22 MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM

10 Serviço

R\$ 545,00

R\$ 5.450,00

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM

10 Serviço

R\$ 650,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM

10 Serviço

R\$ 500,00



Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
<p>Órgão:</p> <p>Modalidade: nº /</p> <p>Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)</p> <p>Código PNCP:</p> <p>Data de Publicação: __/__/__</p> <p>Data de Proposta: __/__/__</p>	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	10 Serviço	R\$ 485,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	15 Serviço	R\$ 312,67	R\$ 4.690,05

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/__ Data de Proposta: __/__/__	MANUTENÇÃO CADOVERSOR - COMEM	15 Serviço	R\$ 350,00

<p>Órgão:</p> <p>Modalidade: nº /</p> <p>Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)</p> <p>Código PNCP:</p> <p>Data de Publicação: __/__/__</p> <p>Data de Proposta: __/__/__</p>	<p>MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM</p>	<p>15 Serviço</p>	<p>R\$ 300,00</p>
--	---------------------------------------	-------------------	-------------------

27/08/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	15 Serviço	R\$ 288,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 409,33	R\$ 8.186,60

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 450,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 400,00
---	---	------------	------------

Assinatura
Nº FL 051
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia
Fundo Municipal de Saúde

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 378,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 486,67	R\$ 9.733,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 550,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 500,00

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 069
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	20 Serviço	R\$ 410,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 399,33	R\$ 7.986,60

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 420,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 400,00
---	---	------------	------------

ASSINATURA
M. L. C. DO N. PINHEIRO
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	20 Serviço	R\$ 378,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	24 Serviço	R\$ 312,67	R\$ 7.504,08

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	24 Serviço	R\$ 350,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	24 Serviço	R\$ 300,00
---	---	------------	------------

Assinatura
R\$ 300,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
ER DE SOUZA FILHO
664



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (53175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	24 Serviço	R\$ 288,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	10 Serviço	R\$ 410,00	R\$ 4.100,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	10 Serviço	R\$ 450,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	10 Serviço	R\$ 400,00
---	------------------------------------	------------	------------

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
27/08/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF

10 Serviço

R\$ 380,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

29 | MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED

30 Serviço

R\$ 256,67

R\$ 7.700,10

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED

30 Serviço

R\$ 230,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED

30 Serviço

R\$ 290,00



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED

30 Serviço

R\$ 250,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

30 MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX

12 Serviço

R\$ 209,33

R\$ 2.511,96

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX

12 Serviço

R\$ 230,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX

12 Serviço

R\$ 200,00



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	12 Serviço	R\$ 198,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	10 Serviço	R\$ 590,89	R\$ 5.908,90

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	10 Serviço	R\$ 802,67

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	10 Serviço	R\$ 500,00
---	---	------------	------------

Assinatura
Nº FL 068
PREFEITA MUNICIPAL
SANTA LUZIA
MA
27/08/2025
generated by SINTHIA V



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM

10 Serviço

R\$ 470,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

32 MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR

40 Serviço

R\$ 295,00

R\$ 11.800,00

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR

40 Serviço

R\$ 320,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR

40 Serviço

R\$ 298,00

Assinatura
M. L. C. DO N. PINHEIRO
PREFEITA MUNICIPAL
SANTA LUZIA



Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	40 Serviço	R\$ 275,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FARMED	20 Serviço	R\$ 305,00	R\$ 6.100,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/__ Data de Proposta: __/__/__	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	20 Serviço	R\$ 350,00

Órgão:			
Modalidade: nº /			
Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	20 Serviço	R\$ 290,00
Código PNCP:			
Data de Publicação: __/__/__			
Data de Proposta: __/__/__			

COLLEZIONE DE SANTELUCA
N° FL. 0905
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	20 Serviço	R\$ 275,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	20 Serviço	R\$ 481,89	R\$ 9.637,80

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	20 Serviço	R\$ 625,67

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	20 Serviço	R\$ 420,00
---	----------------------------------	------------	------------

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 001/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	20 Serviço	R\$ 400,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	12 Serviço	R\$ 485,67	R\$ 5.828,04

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	12 Serviço	R\$ 647,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	12 Serviço	R\$ 410,00
---	-----------------------------------	------------	------------

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
27/08/2025



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	12 Serviço	R\$ 400,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	12 Serviço	R\$ 506,67	R\$ 6.080,04

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	12 Serviço	R\$ 552,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	12 Serviço	R\$ 490,00
---	--	------------	------------

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 013



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	12 Serviço	R\$ 478,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	9 Serviço	R\$ 301,67	R\$ 2.715,03

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	9 Serviço	R\$ 320,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	9 Serviço	R\$ 295,00
---	---	-----------	------------

ASSINATURA
M. L. C. DO N. PINHEIRO
SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	9 Serviço	R\$ 290,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	15 Serviço	R\$ 389,22	R\$ 5.838,30

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	15 Serviço	R\$ 417,67

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	15 Serviço	R\$ 390,00
---	--------------------------------	------------	------------

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 0155



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	15 Serviço	R\$ 360,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	18 Serviço	R\$ 130,11	R\$ 2.341,98

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	18 Serviço	R\$ 170,33

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	18 Serviço	R\$ 110,00
---	------------------------------------	------------	------------

ASSINATURA
Nº FL 016
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	18 Serviço	R\$ 110,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
40	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	12 Serviço	R\$ 136,67	R\$ 1.640,04

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	12 Serviço	R\$ 180,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	12 Serviço	R\$ 120,00
---	--------------------------------------	------------	------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 014
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175266000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS

12 Serviço

R\$ 110,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

41 KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO

60 KIT

R\$ 393,33

R\$ 23.599,80

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO

60 KIT

R\$ 430,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO

60 KIT

R\$ 400,00

ASSINATURA
M. L. C. DO N. PINHEIRO
27/08/2025
M. L. C. DO N. PINHEIRO



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO

60 KIT

R\$ 350,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

42 CANETA ULTRASONICA

40 UND

R\$ 685,00

R\$ 27.400,00

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

CANETA ULTRASONICA

40 UND

R\$ 760,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

CANETA ULTRASONICA

40 UND

R\$ 695,00



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	CANETA ULTRASONICA	40 UND	R\$ 600,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSORODONTOLÓGICO COMPLETO	80 UND	R\$ 73,33	R\$ 5.866,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	FILTRO DE AR PARA COMPRESSORODONTOLÓGICO COMPLETO	80 UND	R\$ 85,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	FILTRO DE AR PARA COMPRESSORODONTOLÓGICO COMPLETO	80 UND	R\$ 60,00
---	---	--------	-----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	FILTRO DE AR PARA COMPRESSORODONTOLÓGICO COMPLETO	80 UND	R\$ 75,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	40 UND	R\$ 286,67	R\$ 11.466,80

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	40 UND	R\$ 320,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	40 UND	R\$ 290,00



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	40 UND	R\$ 250,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	50 UND	R\$ 327,67	R\$ 16.383,50

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	50 UND	R\$ 398,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	50 UND	R\$ 295,00
---	--------------------------------	--------	------------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	50 UND	R\$ 290,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO	80 UND	R\$ 71,63	R\$ 5.730,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO	80 UND	R\$ 89,90

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO	80 UND	R\$ 65,00
---	--	--------	-----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Período IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLOGICO	80 UND	R\$ 60,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	50 UND	R\$ 320,00	R\$ 16.000,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	50 UND	R\$ 380,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	50 UND	R\$ 300,00
---	--------------------------------------	--------	------------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	50 UND	R\$ 280,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
48	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	150 UND	R\$ 117,00	R\$ 17.550,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	150 UND	R\$ 150,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	150 UND	R\$ 101,00
---	----------------------------	---------	------------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	150 UND	R\$ 100,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	60 UND	R\$ 803,33	R\$ 48.199,80

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	60 UND	R\$ 850,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	60 UND	R\$ 800,00
---	--	--------	------------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L

60 UND

R\$ 760,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

50 ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE

70 UND

R\$ 239,33

R\$ 16.753,10

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE

70 UND

R\$ 298,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE

70 UND

R\$ 220,00

ASSINATURA
Nº FL. 684
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	70 UND	R\$ 200,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLOGICO	80 UND	R\$ 226,33	R\$ 18.106,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLOGICO	80 UND	R\$ 269,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLOGICO	80 UND	R\$ 210,00
---	-------------------------------------	--------	------------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLOGICO	80 UND	R\$ 200,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
52	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	60 UND	R\$ 11,33	R\$ 679,80

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	60 UND	R\$ 14,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	60 UND	R\$ 10,00
---	--------------------------	--------	-----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia
Fundo Municipal de Saúde

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	60 UND	R\$ 10,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
53	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	60 UND	R\$ 13,67	R\$ 820,20

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	60 UND	R\$ 16,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	60 UND	R\$ 12,00



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	60 UND	R\$ 13,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
54	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	100 UND	R\$ 65,67	R\$ 6.567,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	100 UND	R\$ 42,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	100 UND	R\$ 85,00
---	------------------------------------	---------	-----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	100 UND	R\$ 70,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
55	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	60 UND	R\$ 406,67	R\$ 24.400,20

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	60 UND	R\$ 450,00
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	60 UND	R\$ 400,00



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	60 UND	R\$ 370,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
56	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLOGICO	100 UND	R\$ 51,00	R\$ 5.100,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLOGICO	100 UND	R\$ 68,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLOGICO	100 UND	R\$ 45,00
---	---	---------	-----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLOGICO	100 UND	R\$ 40,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
57	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	200 UND	R\$ 68,00	R\$ 13.600,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	200 UND	R\$ 72,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	200 UND	R\$ 65,00
---	-------------------------	---------	-----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	200 UND	R\$ 67,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	60 UND	R\$ 376,67	R\$ 22.600,20

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	60 UND	R\$ 450,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	60 UND	R\$ 350,00
---	--------------------------------------	--------	------------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	60 UND	R\$ 330,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
59	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLOGICA	30 UND	R\$ 930,00	R\$ 27.900,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLOGICA	30 UND	R\$ 1.100,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLOGICA	30 UND	R\$ 800,00
---	---------------------------------------	--------	------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 096
ASSINATURA





ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	SEPARADOR DE DETRITOS	80 UND	R\$ 88,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	200 UND	R\$ 47,67	R\$ 9.534,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23449721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	200 UND	R\$ 58,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	200 UND	R\$ 45,00
---	------------------------------	---------	-----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	200 UND	R\$ 40,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
62	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	200 UND	R\$ 31,67	R\$ 6.334,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	200 UND	R\$ 45,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	200 UND	R\$ 25,00
---	---------------------------------	---------	-----------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 049
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	200 UND	R\$ 25,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
63	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 10mm - 1mt	200 UND	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 10mm - 1mt	200 UND	R\$ 15,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 10mm - 1mt	200 UND	R\$ 9,00
---	--------------------------------------	---------	----------



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Período IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 10mm - 1mt

200 UND

R\$ 9,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

64 MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt

25 UND

R\$ 7,87

R\$ 196,75

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt

25 UND

R\$ 9,90

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt

25 UND

R\$ 6,70

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 101
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Período IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt	25 UND	R\$ 7,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
65	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	10 UND	R\$ 6.933,33	R\$ 69.333,30

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	10 UND	R\$ 8.000,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	10 UND	R\$ 6.500,00
---	------------------------------	--------	--------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 102
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	10 UND	R\$ 6.300,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	40 UND	R\$ 1.023,33	R\$ 40.933,20

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	40 UND	R\$ 1.300,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	40 UND	R\$ 900,00
---	--	--------	------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 103
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	40 UND	R\$ 870,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
67	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	8 UND	R\$ 1.676,67	R\$ 13.413,36

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	8 UND	R\$ 1.980,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	8 UND	R\$ 1.550,00
---	--	-------	--------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 104
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	8 UND	R\$ 1.500,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	20 UND	R\$ 1.086,67	R\$ 21.733,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	20 UND	R\$ 1.250,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	20 UND	R\$ 1.010,00
---	---------------------------------	--------	--------------

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
M. L. C. DO N. PINHEIRO
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	20 UND	R\$ 1.000,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	50 UND	R\$ 206,33	R\$ 10.316,50

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	50 UND	R\$ 220,00
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	50 UND	R\$ 199,00



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	50 UND	R\$ 200,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	50 UND	R\$ 169,33	R\$ 8.466,50

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	50 UND	R\$ 198,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	50 UND	R\$ 169,33
---	------------------------------	--------	------------

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	50 UND	R\$ 150,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
71	MONOMETRO	80 UND	R\$ 53,33	R\$ 4.266,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MONOMETRO	80 UND	R\$ 65,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	MONOMETRO	80 UND	R\$ 45,00
---	-----------	--------	-----------

Assinatura
Nº 108
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

MONOMETRO

80 UND

R\$ 50,00

Descrição

Quantidade

Média

R\$ Total

72 REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES

80 UND

R\$ 136,67

R\$ 10.933,60

Procedimento

Descrição

Quantidade

Preço

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES

80 UND

R\$ 160,00

Órgão:

Modalidade: nº /

Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101)

Código PNCP:

Data de Publicação: __/__/__

Data de Proposta: __/__/__

REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES

80 UND

R\$ 120,00

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 100
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	80 UND	R\$ 130,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	80 UND	R\$ 184,33	R\$ 14.746,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	80 UND	R\$ 198,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	80 UND	R\$ 175,00
---	---	--------	------------

PREFETURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 110
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	80 UND	R\$ 180,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
74	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	40 UND	R\$ 296,00	R\$ 11.840,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	40 UND	R\$ 320,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	40 UND	R\$ 298,00
---	-------------------------------	--------	------------

ASSINATURA
Nº FL
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	40 UND	R\$ 270,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	50 UND	R\$ 339,67	R\$ 16.983,50

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	50 UND	R\$ 399,00
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	50 UND	R\$ 326,00

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	50 UND	R\$ 300,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	20 UND	R\$ 886,67	R\$ 17.733,40

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	20 UND	R\$ 980,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	20 UND	R\$ 886,67
---	-----------------------------------	--------	------------

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
nº FL 13



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Perexa IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	20 UND	R\$ 800,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
77	PLACA PARA INALADOR	40 UND	R\$ 316,00	R\$ 12.640,00

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA PARA INALADOR	40 UND	R\$ 398,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA PARA INALADOR	40 UND	R\$ 280,00
---	---------------------	--------	------------

ASSINATURA
Nº FL. 114
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia
Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA PARA INALADOR	40 UND	R\$ 270,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
78	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 112,67	R\$ 3.943,45

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 128,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 110,00
---	-------------------	--------	------------

PREFETURA DE SANTA LUZIA
Nº 115
ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 100,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
79	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 127,67	R\$ 4.468,45

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 148,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 125,00
---	-------------------	--------	------------

ASSINATURA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 116



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	VALVULA DE PONTAS	35 UND	R\$ 110,00

#	Descrição	Quantidade	Média	R\$ Total
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	30 UND	R\$ 1.066,33	R\$ 31.989,90

Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: E R DE SOUZA FILHO (23448721000164) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	30 UND	R\$ 1.200,00

Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: A S OLIVEIRA COMERCIO LTDA (26766991000101) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	30 UND	R\$ 899,00
---	--	--------	------------

Assinatura
PREFEITURA DE SANTA LUZIA



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Fundo Municipal de Saúde
Iniciado em: 11/08/2025 15:31:06 | Finalizado em: 27/08/2025 14:51:02
Gerado em: 27/08/2025 14:52:12 | Responsável: Maria Lygia Lima da Silva
Pereira IP: 177.74.105.41



Procedimento	Descrição	Quantidade	Preço
Órgão: Modalidade: nº / Fornecedor: M L C DO N PINHEIRO LTDA (58175866000113) Código PNCP: Data de Publicação: __/__/____ Data de Proposta: __/__/____	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	30 UND	R\$ 1.000,00

PORTARIA Nº 662/2025 – GAB/P, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

**"Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR
(A) DE COMPRAS, e dá outras providências".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e,

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) MARIA LYGIA LIMA DA SILVA PEREIRA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 022209642002-0 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 047.399.763-07, para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR (A) DE COMPRAS, com denominação DANS, junto a Secretaria Municipal de Governo e Gestão.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de abril de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 28 DE ABRIL DE 2025.


Juscelino da Cruz Filgueira Junior
Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA



2º. O poder executivo municipal poderá apoiar a realização desse evento, fornecendo infraestrutura, logística, financeiro, de acordo com a disponibilidade orçamentária, visando à valorização e fortalecimento da festividade. **PREFEITURA DE SANTA LUZIA**
lei entra em vigor na data de sua publicação. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO**
MARANHÃO, EM 24 DE ABRIL DE 2025. JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JÚNIOR Prefeito de Santa Luzia **MA**

Publicado por: JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JÚNIOR

Código identificador: kw6wvwpue20250430170437

LEI Nº 618/2025, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

LEI Nº 618/2025, DE 24 DE ABRIL DE 2025. Declara Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, GONÇALO UCHÔA - ACEASGU/SL NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica Declarado Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, GONÇALO UCHÔA - ACEASGU/SL NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MARANHÃO, inscrita no CNPJ 54.199.398/0001-66, com sede na Rua do Poço, S/N - Bairro Abdom Braide Município de Santa Luzia - MA. Parágrafo Único - A entidade beneficiada fica assegurada as prerrogativas e vantagens decorrentes da legislação vigente. Art. 2º. A entidade referida no art. 1º deverá apresentar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente. Parágrafo único. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de seu recebimento, cópia do relatório circunstanciado. Art. 3º. Será objeto de Lei revogar os efeitos da declaração de Utilidade Pública concedida à entidade, quando: I - deixar de cumprir a exigência do art. 2º desta Lei; II - substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos ou quando solicitados pela municipalidade, salvo este último por justo motivo; III - alterar sua denominação e, dentro de 30 (trinta) dias contados da averbação no Registro Público, deixar de enviar a mesma à Câmara Municipal para tornar-se objeto de nova lei; IV - eleger nova diretoria após esta declaração de utilidade pública e deixar de comprovar a idoneidade moral de seus novos diretores. Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 24 DE ABRIL DE 2025. JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JÚNIOR** Prefeito de Santa Luzia - MA

Publicado por: JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JÚNIOR

Código identificador: velpf2c19j20250430170419

PORTARIA

PORTARIA Nº 662/2025 – GAB/P, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 662/2025 – GAB/P, DE 28 DE ABRIL DE 2025. “Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR (A) DE COMPRAS, e dá outras providências”. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e, CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025; RESOLVE: Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) MARIA LYGIA LIMA DA SILVA PEREIRA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 022209642002-0 SSP MA, inscrito (a) no CPF ME sob o nº 047.399.763-07, para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR (A) DE COMPRAS, com denominação DANS, junto a Secretaria Municipal de Governo e Gestão. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de abril de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 28 DE ABRIL DE 2025. JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JÚNIOR**





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



DESPACHO

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 121

[Assinatura]
ASSINATURA

A Secretaria Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde
Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde

Em atenção a vossa Solicitação para realização de Pesquisa de Preços de Mercado, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, informo que todas as solicitações foram devidamente atendidas.

Em observância ao que estabelece a Lei 14.133/2021, em seu art. 23, § 1º, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública, informa-se que os procedimentos de pesquisa de preços foram realizados na seguinte conformidade:

FONTES UTILIZADAS (Art. 23, §1º, Lei 14.133/21)	
X	I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no Painel para Consulta de Preços ou no Banco de Preços em Saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
	II - Contratações Similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
	III - utilização de dados de pesquisa publicada em Mídia Especializada , de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
	IV - Pesquisa Direta com no mínimo 3 (três) Fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES:
	V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 192

O valor previamente estimado da presente contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados as fontes pesquisadas e as quantidades a serem contratadas, na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	Serviço	80,00	R\$ 366,67	R\$ 29.333,60
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	Serviço	65,00	R\$ 243,33	R\$ 15.816,45
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	Serviço	50,00	R\$ 343,33	R\$ 17.166,50
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	Serviço	100,00	R\$ 93,33	R\$ 9.333,00
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	Serviço	100,00	R\$ 103,00	R\$ 10.300,00
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	Serviço	50,00	R\$ 366,67	R\$ 18.333,50
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	Serviço	45,00	R\$ 270,00	R\$ 12.150,00
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	Serviço	50,00	R\$ 266,67	R\$ 13.333,50
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	Serviço	30,00	R\$ 223,33	R\$ 6.699,90
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	Serviço	30,00	R\$ 133,33	R\$ 3.999,90
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	Serviço	3,00	R\$ 233,33	R\$ 699,99
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	Serviço	12,00	R\$ 106,67	R\$ 1.280,04
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	Serviço	25,00	R\$ 289,33	R\$ 7.233,25
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	25,00	R\$ 611,67	R\$ 15.291,75
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	Serviço	30,00	R\$ 610,00	R\$ 18.300,00
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	30,00	R\$ 610,00	R\$ 18.300,00
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	Serviço	20,00	R\$ 426,67	R\$ 8.533,40
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	Serviço	20,00	R\$ 109,00	R\$ 2.180,00
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	Serviço	30,00	R\$ 216,67	R\$ 6.500,10
20	MANUTENÇÃO CENTRÍFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	20,00	R\$ 616,67	R\$ 12.333,40
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	Serviço	25,00	R\$ 406,67	R\$ 10.166,75
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	Serviço	10,00	R\$ 545,00	R\$ 5.450,00
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	Serviço	15,00	R\$ 312,67	R\$ 4.690,05
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	Serviço	20,00	R\$ 409,33	R\$ 8.186,60
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	Serviço	20,00	R\$ 486,67	R\$ 9.733,40
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	Serviço	20,00	R\$ 399,33	R\$ 7.986,60
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	Serviço	24,00	R\$ 312,67	R\$ 7.504,08
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	Serviço	10,00	R\$ 410,00	R\$ 4.100,00
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	Serviço	30,00	R\$ 256,67	R\$ 7.700,10
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	Serviço	12,00	R\$ 209,33	R\$ 2.511,96
31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	Serviço	10,00	R\$ 590,89	R\$ 5.908,90
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	Serviço	40,00	R\$ 295,00	R\$ 11.800,00
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	Serviço	20,00	R\$ 305,00	R\$ 6.100,00
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	Serviço	20,00	R\$ 481,89	R\$ 9.637,80
35	MANUTENÇÃO DE CENTRÍFUGA - OLEMAN	Serviço	12,00	R\$ 485,67	R\$ 5.828,04
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	Serviço	12,00	R\$ 506,67	R\$ 6.080,04
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	Serviço	9,00	R\$ 301,67	R\$ 2.715,03
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	Serviço	15,00	R\$ 389,22	R\$ 5.838,30
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	Serviço	18,00	R\$ 130,11	R\$ 2.341,98
40	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	Serviço	12,00	R\$ 136,67	R\$ 1.640,04
41	KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	KIT	60,00	R\$ 393,33	R\$ 23.599,80
42	CANETA ULTRASONICA	UND	40,00	R\$ 685,00	R\$ 27.400,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 193
ASSINATURA

43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	UND	80,00	R\$ 73,33	R\$ 5.866,40
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	UND	40,00	R\$ 286,67	R\$ 11.466,80
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00	R\$ 327,67	R\$ 16.383,50
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	80,00	R\$ 71,63	R\$ 5.730,40
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	UND	50,00	R\$ 320,00	R\$ 16.000,00
48	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	UND	150,00	R\$ 117,00	R\$ 17.550,00
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	UND	60,00	R\$ 803,33	R\$ 48.199,80
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	UND	70,00	R\$ 239,33	R\$ 16.753,10
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLÓGICO	UND	80,00	R\$ 226,33	R\$ 18.106,40
52	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	UND	60,00	R\$ 11,33	R\$ 679,80
53	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	UND	60,00	R\$ 13,67	R\$ 820,20
54	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	100,00	R\$ 65,67	R\$ 6.567,00
55	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	60,00	R\$ 406,67	R\$ 24.400,20
56	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLÓGICO	UND	100,00	R\$ 51,00	R\$ 5.100,00
57	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	200,00	R\$ 68,00	R\$ 13.600,00
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLÓGICA	UND	60,00	R\$ 376,67	R\$ 22.600,20
59	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLÓGICA	UND	30,00	R\$ 930,00	R\$ 27.900,00
60	SEPARADOR DE DETRITOS	UND	80,00	R\$ 91,00	R\$ 7.280,00
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	UND	200,00	R\$ 47,67	R\$ 9.534,00
62	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	UND	200,00	R\$ 31,67	R\$ 6.334,00
63	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 10mm - 1mt	UND	200,00	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
64	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 6mm - 1mt	UND	25,00	R\$ 7,87	R\$ 196,75
65	AMPOLA DE RAO X ODONTOLÓGICO	UND	10,00	R\$ 6.933,33	R\$ 69.333,30
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	UND	40,00	R\$ 1.023,33	R\$ 40.933,20
67	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	UND	8,00	R\$ 1.676,67	R\$ 13.413,36
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	UND	20,00	R\$ 1.086,67	R\$ 21.733,40
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00	R\$ 206,33	R\$ 10.316,50
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	UND	50,00	R\$ 169,33	R\$ 8.466,50
71	MONOMETRO	UND	80,00	R\$ 53,33	R\$ 4.266,40
72	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	UND	80,00	R\$ 136,67	R\$ 10.933,60
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	UND	80,00	R\$ 184,33	R\$ 14.746,40
74	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	UND	40,00	R\$ 296,00	R\$ 11.840,00
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	UND	50,00	R\$ 339,67	R\$ 16.983,50
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	UND	20,00	R\$ 886,67	R\$ 17.733,40
77	PLACA PARA INALADOR	UND	40,00	R\$ 316,00	R\$ 12.640,00
78	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00	R\$ 112,67	R\$ 3.943,45
79	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00	R\$ 127,67	R\$ 4.468,45
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	UND	30,00	R\$ 1.066,33	R\$ 31.989,90
Valor Total					R\$ 981.047,66

Santa Luzia - MA, 28 de Agosto de 2025



Maria Lygia Lima da Silva Pereira
Diretora de Compras
024/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 124

ASSINATURA

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS COMUNS, LEI 14.233/2021.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante neste termo.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	Serviço	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	Serviço	65,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 65,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	Serviço	100,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	Serviço	100,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCIOM	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	Serviço	45,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 45,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
Cidade Promissora e Educadora de Santa Luzia
Nº FL 125

ASSINATURA

11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	Serviço	3,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 3,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
20	MANUTENÇÃO CENTRÍFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
23	MANUTENÇÃO CADIORSOR - COMEM	Serviço	15,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 15,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	Serviço	24,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 24,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 126

ASSINATURA

	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	Serviço	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	Serviço	9,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 9,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	Serviço	15,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 15,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	Serviço	18,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 18,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
40	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
41	KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	KIT	60,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
42	CANETA ULTRASONICA	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 124

	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	UND	150,00	Sigiloso	Sigiloso
48	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 150,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
49	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	UND	70,00	Sigiloso	Sigiloso
50	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 70,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLOGICO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
51	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
52	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
53	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	100,00	Sigiloso	Sigiloso
54	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
55	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLOGICO	UND	100,00	Sigiloso	Sigiloso
56	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
57	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
58	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLOGICA	UND	30,00	Sigiloso	Sigiloso
59	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	SEPARADOR DE DETRITOS	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
60	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
61	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
62	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 10mm - 1mt	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
63	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt	UND	25,00	Sigiloso	Sigiloso
64	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	UND	10,00	Sigiloso	Sigiloso
65	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 128

	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
67	CABO DE ALTA TENSÃO PARA AMPOLA DO RAO X QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 8,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	8,00	Sigiloso	Sigiloso
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	20,00	Sigiloso	Sigiloso
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
71	MONOMETRO QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
72	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
74	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	20,00	Sigiloso	Sigiloso
77	PLACA PARA INALADOR QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
78	VALVULA DE PONTAS QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 35,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	35,00	Sigiloso	Sigiloso
79	VALVULA DE PONTAS QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 35,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	35,00	Sigiloso	Sigiloso
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso	UND	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	Valor Total				Sigiloso

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Contratar uma empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos, com fornecimento de peças, oferece diversos benefícios essenciais para atender às necessidades da Secretaria de Saúde de Santa Luzia – MA. Entre as principais razões estão:



Garantia de Qualidade e Segurança: Empresas especializadas possuem profissionais treinados e certificações que garantem a manutenção adequada, aumentando a segurança dos pacientes e a eficiência dos equipamentos.

Prevenção de Paradas e Interrupções: A manutenção preventiva regular reduz o risco de falhas inesperadas, evitando interrupções nos serviços de saúde e garantindo assistência contínua à população.

Economia de Custos a Longo Prazo: A manutenção preventiva preserva a integridade dos equipamentos, prolongando sua vida útil e evitando despesas elevadas com reparos emergenciais ou substituições precoces.

Conformidade com Normas e Regulamentações: Empresas qualificadas asseguram que os procedimentos estejam em conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes, evitando penalidades e problemas legais.

Acesso a Peças de Reposição Genuínas ou Primeira Linha: O fornecimento de peças originais ou primeira linha garante a compatibilidade, segurança e durabilidade dos equipamentos, além de facilitar o rápido retorno à operação do equipamento.

Foco na Gestão de Saúde Pública: Ao terceirizar essa manutenção, a Secretaria de Saúde pode concentrar-se na gestão e prestação de serviços à comunidade, deixando a responsabilidade técnica para especialistas.

Acompanhamento e Relatórios Técnicos: Empresas especializadas fornecem relatórios de manutenção, facilitando o controle, auditoria e tomada de decisão eficiente.

Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada contribui para a melhoria contínua da infraestrutura de saúde, proporcionando segurança, confiabilidade e eficiência no atendimento à população de Santa Luzia – MA

3.2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 3.2.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.3.1. A utilização de sistema de registro de preços, por se tratar de contratação de itens que a demanda pode sofrer variações que dificultam sua precisão. Logo, há necessidade de contratação permanente; aquisição de serviços com previsão de execução parcelada, e pela natureza do objeto, não foi possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.4. VALOR SIGILOSO

- 3.4.1. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...” Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da execução, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória. Além disso, nesse mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Dessa



forma, nas situações descritas anteriormente, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa.

A licitação do tipo menor preço com valor sigiloso foi adotado por uma série de razões práticas e legais. O valor sigiloso, nesse caso, busca proteger a competitividade do processo licitatório, de modo a evitar a combinação de preços, se o valor da licitação for revelado de antemão, pode ocorrer uma combinação de preços entre os fornecedores, o que prejudicaria a competição e levaria a um valor final mais alto do que o que quiser. O sigilo pode ajudar a impedir que os licitantes se alinhem para estabelecer um preço mais alto do que o competitivo.

- 3.5. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DA VISTORIA

- 7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00hrs horas às 18:00hrs.
- 7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 7.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 8.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO



Nº FL. 131
ASSINATURA

9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá, conforme o caso:

11.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.

12.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

12.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO na modalidade [PREGÃO ELETRÔNICO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de execução

13.2. O serviço objeto será CONTINUADO.



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 132

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.
- 14.3. Como critério para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração para o item.
- 14.4. Nos descontos maiores ou iguais à 25% sobre o valor máximo aceitável de cada item, deverá apresentar a planilha de composição de custos unitários acompanhado das notas fiscais de entrada junto a proposta readequada, sob pena de desclassificação da proposta.
- 14.5. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante de menor preço, por meio de diligência, após o encerramento do envio de lances, para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 14.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se a composição de custos unitários acompanhado das notas fiscais de entrada, catálogos, folhetos, certificados de garantia, contratos, manuais de instruções, fichas técnicas, laudos técnicos.
 - 14.5.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que o preço final não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo). Ou seja, não comprovou através de documentos idôneos que seu preço ofertado é viável para o perfeito fornecimento/execução.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
 - 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
 - 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº PL 133

- 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 15.1.9. Os Atos Constitutivos acima descritos, deverão estar acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva e da **Certidão Específica e Simplificada da Junta Comercial**, conforme a Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital/Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. Para verificação de eventuais alterações, no intuito de certificação dos respectivos atos de arquivamento na Junta Comercial.
- 15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.
- 15.2.2. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Nº FL 134

e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

- 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
PREFEITURA MUNICIPAL

Nº FL. 135

Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de Índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 15.4. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 136

15.4.2. **Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou serviços compatíveis com o objeto deste Pregão. Os atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado deverão ser impressos em papel timbrado constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretor(es), administrador(es), procurador(es), gerente(s) ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;**

15.4.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão comprovar que a empresa, executou, satisfatoriamente, objeto compatível com o da presente licitação, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto licitado e o executado pela licitante.

15.4.2.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.4.2.3 Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.

15.4.2.4 Os atestados ou certidões que não possuem as informações mínimas para a sua análise poderão ser objeto de diligência.

15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

15.6. Os documentos que não possuem prazo de validade expresso em seu corpo, só serão aceitos aqueles emitidos em até 30 (trinta) dias da data estabelecida para a licitação. Sujeito a inabilitação.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

16.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 134
Assinatura

- 16.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;
- 16.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 16.1.2.1. As marcas dos equipamentos que integram o presente Termo, estão relacionados na especificação dos itens e compreendem os aparelhos da Unidade Requisitante atualmente. Todavia, essa listagem poderá ser alterada durante a vigência do contrato, sendo acrescentado a ela novos aparelhos, ou suprimidos aqueles que tornarem-se obsoletos ou inutilizáveis.
 - 16.1.2.2. O fornecimento de peças para a manutenção corretiva dos equipamentos, se for o caso, poderá englobar peças/materiais não especificados neste Termo.
 - 16.1.2.3. A aprovação para despesas com fornecimento de peças e materiais para manutenção corretiva do equipamento está condicionada à apresentação pela Contratada:
 - 16.1.2.4. Do relatório com o descritivo dos procedimentos necessários à manutenção do item;
 - 16.1.2.5. Especificação da(s) peça(s) e/ou materiais necessários e;
 - 16.1.2.6. As documentações acima deverão ser apresentadas acompanhadas de, no mínimo, 2 (dois) orçamentos comparativos, os quais serão submetidos à análise do departamento de compras.
 - 16.1.2.7. Caso os valores apresentados pela contratada se mostrarem desvantajosos, poderá a Administração recusá-los, e fornecer as peças necessárias para a contratada realizar apenas com a manutenção.
 - 16.1.2.8. As ferramentas e insumos básicos rotineiros e de valor irrisório, como parafusos, colas, fitas isolantes, entre outros, estão inclusos no valor mensal da prestação de serviço.
 - 16.1.2.9. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 16.1.2.10. Início da execução do objeto:
 - 16.1.2.11. Manutenção preventiva: Semanalmente, após a assinatura do contrato.
 - 16.1.2.12. Manutenção corretiva: 02 dias após a ordem de serviço.
 - 16.1.2.13. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários, como a revisão, a limpeza, os testes, a recarga, a calibração, a lubrificação e a conservação dos equipamentos.
 - 16.1.2.14. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer equipamentos, aparelhos e ferramentas que se fizerem necessários a perfeita execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.
 - 16.1.2.15. A Contratada deverá manter os instrumentos e as ferramentas utilizadas para a execução dos serviços em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados a produtividade compatível com as respectivas especificações



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº 138
13/09/2021

técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

- 16.1.2.16. A Contratada deve garantir que os instrumentos e as ferramentas utilizadas para a execução dos serviços sejam de boa qualidade, ou seja, de primeira linha.
- 16.1.2.17. Todos os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.
- 16.1.2.18. A Contratada é responsável pela destinação e descarte de peças ou equipamentos que forem substituídos, desde que não sejam itens com tombamento (patrimônio), obedecendo a normas e legislação ambiental vigentes, o qual ocorrerá por solicitação da Fiscalização e mediante autorização expressa desta. Para bens patrimoniados, o descarte será de responsabilidade da Contratante.
- 16.1.2.19. Contratante reserva-se no direito de adquirir peças/materiais de outros fornecedores, com recursos próprios quando necessário e/ou vantajoso para a Prefeitura Municipal, caso exista Sistema Registro de Preço (SRP)/Contrato distinto vigente.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

- 16.2. Os serviços serão prestados no Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde, na sede ou no interior em horários de funcionamento do órgão.

Materiais a serem disponibilizados

- 16.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 16.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 139

fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 17.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 17.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período vigência do contrato.
- 17.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 17.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 17.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
 - 17.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 17.10.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 17.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 17.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
 - 17.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 17.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 17.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 140
[Assinatura]
[Assinatura]

competência;

Gestor do Contrato

- 17.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Luzia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta,



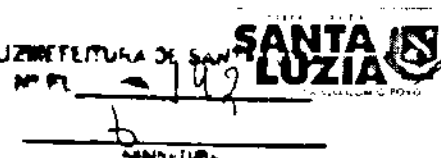
- devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 20.2.1. o prazo de validade;
 - 20.2.2. a data da emissão;
 - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 20.2.5. o valor a pagar; e
 - 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Santa Luzia - MA, 29 de agosto de 2025.

Angela Caroline Pereira Sousa e Souza
Chefe do Setor de Apoio Administrativo
071/2025

Maria de Lourdes Barroso Barros
Assessora Técnica Administrativo
Portaria: 112/2025

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde
Portaria: 006/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
Nº 143

INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A(o) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MA.

Em resposta a vossa solicitação, conforme encaminhamento a este departamento, informamos que nos termos da legislação vigente, a Indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente uma vez que a presente contratação visa apenas o Registro de Preços.

Remetam-se os autos à Secretaria Requisitante.

Santa Luzia - MA, 1 de Setembro de 2025

Uriel Mac Gosmish Avelar
Diretor Geral de Contabilidade
614/2025

PORTARIA Nº 041/2025 – GAB/P, DE 08 DE JANEIRO DE 2025.

**"Dispõe sobre a nomeação do (a)
COORDENADOR (A) DO DEPARTAMENTO
DE CONTABILIDADE, e dá outras
providências".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, pela presente.

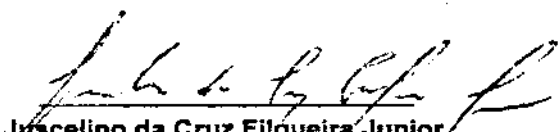
RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) **URIEL MAC GOMISH AVELAR**, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **036581482009-9 SSP/MA**, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº **051.755.613-83**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **COORDENADOR (A) DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**, com denominação **DANS**, junto à Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025**, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE JANEIRO DE 2025.


Juscélino da Cruz Filgueira Junior
Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA



SUMÁRIO

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº 041/2025

PORTARIA Nº 041/2025 - GAB/P, DE 08 DE JANEIRO DE 2025

PORTARIA Nº 041/2025 - GAB/P, DE 08 DE JANEIRO DE 2025.

"Dispõe sobre a nomeação do (a) COORDENADOR (A) DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, pela presente.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) URIEL MAC GOMISH AVELAR, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 036561482009-9 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 051.755.613-83, para ocupar o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR (A) DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, com denominação DANS, junto à Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO. EM 08 DE JANEIRO DE 2025.

Juscilino da Cruz Figueira Junior

Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIOS, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<https://transparencia.santaluzia.ma.gov.br/diario>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 01c338dad12373f986c6aafb7b2e7688ce202b27
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO



MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 041/2025

Processo Administrativo Nº 112/2025

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 146

Assinatura

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.



ÓRGÃO GERENCIADOR
Fundo Municipal de Saúde

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)



OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA



VALOR TOTAL ESTIMADO

Sigiloso



PORTAL UTILIZADO: Licita Santa Luzia

ENDEREÇO DO PORTAL: <https://www.licitasantaluziama.com.br/>

DATA: ____ de ____ de ____

HORÁRIO: ____:____ (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

E-MAIL: licitasantaluzia@gmail.com



AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Jarbas Costa Pereira

AUTORIDADE COMPETENTE

Herik James Silva Ramos

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº PL 147

[Assinatura]
Assinatura

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	POR ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO ENTRE OS LANCES	R\$ 1,00 (um real)
REGIME DE EXECUÇÃO	FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	SIM
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO	NÃO
PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	NÃO
HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?	NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	90 (noventa) DIAS

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	SIM
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 748

ADMINISTRATIVA

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Processo de Contratação e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1. Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento de contratação as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema "LICITA SANTA LUZIA" através do site <https://www.licitasantaluziamma.com.br/>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este procedimento.

3.1.4. Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.

3.2. Conforme definido nos Critérios Gerais da Contratação, no preâmbulo deste edital, os itens ou lotes, conforme o critério de adjudicação, com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), são de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 149

contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Ficam impedidos de participar desta licitação:

- 3.3.1. Aquele que não atenderem às condições deste edital;
- 3.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.4. Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;
 - 3.3.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
- 3.3.5. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.3.5.1. O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.3.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.3.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.3.9.1. A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 150

especializado ou funcionário ou representante de empresa ~~que~~ preste assessoria técnica.

- 3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3.12. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.5. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. No preâmbulo deste edital está definido se a fase de habilitação poderá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.1.1. Caso a fase de habilitação NÃO anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 157

- 4.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.11. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, com todos os dados exigidos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

MINUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Assinatura

- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contados da data de abertura da sessão pública.
- 5.8.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.
- 6.5. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretroatáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 7.1.1. Também será desclassificada a proposta preenchida e que identifique o licitante.
- 7.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.
- 7.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.
- 7.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertada e registrado no sistema
- 8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.
- 8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.7. O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, que será avaliado pelo Agente de Contratação.
- 8.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexequível.
- 8.9. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Processo de Contratação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.11. **No preâmbulo deste edital está definida o modo de disputa deste certame, que poderá ser:**
 - 8.11.1. **Modo de Disputa Aberto:**
 - 8.11.1.1. No modo de disputa “aberto”, a apresentação de lances públicos é de forma sucessiva, com prorrogações.
 - 8.11.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 8.11.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 8.11.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
 - 8.11.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
 - 8.11.2. **Modo de Disputa Aberto-Fechado:**

ASSINATURA

- 8.11.2.1. No modo de disputa “aberto e fechado”, é quando os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.11.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após isso, transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.11.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 8.11.2.3.1. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por oferecer melhor lance.
 - 8.11.2.3.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11.2.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 - 8.11.2.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.11.3. Modo de Disputa Fechado-Aberto:**
 - 8.11.3.1. Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
 - 8.11.3.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
 - 8.11.3.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 8.11.3.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 155
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.12.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.12.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.12.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.12.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.12.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.12.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.12.2.2. empresas brasileiras;

8.12.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.12.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

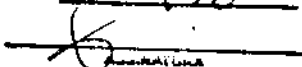
9. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

9.1. O licitante que deixar de assinalar o campo da "Declaração de ME/EPP" não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

9.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.

9.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 156


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

- 9.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.
- 9.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 9.3.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 9.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- 9.4. No preâmbulo do presente instrumento constam todos os benefícios específicos que serão aplicados às microempresas e empresas de pequeno porte, e conforme cada benefício seguirão regras específicas, conforme estabelecido nos itens subsequentes.
- 9.5. Quando aplicado o benefício de itens/lotos destinados à participação exclusiva para MEI/ME/EPP, com valores totais até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proceder-se-á da seguinte forma:
 - 9.5.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.6. Quando aplicado o benefício de Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP?, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 9.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão divididos em cotas para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme percentual estabelecido no preâmbulo deste instrumento.
 - 9.6.2. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, para cada item/lote, conforme itens relacionados no Termo de Referência.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 154

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 9.6.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.
- 9.6.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação se dará pelo menor preço ofertado.
- 9.7. Quando aplicado o benefício de prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno sediada no âmbito local ou regional, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, será dada PRIORIDADE de contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, com a declaração de vencedor do item.
- 9.7.2. No preâmbulo deste instrumento convocatório está definido se o presente benefício será aplicado somente em âmbito local ou regional.
- 9.8. A participação nos itens/lotos expressamente reservados às microempresas e empresas de pequeno porte, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.2. O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 10.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 10.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 10.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 10.5. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de 2h (duas horas), acompanhada, se for o caso, dos

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 158
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.

10.5.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.6. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

11.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 159
[assinatura]
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 11.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 11.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 11.8. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta
- 11.8.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 11.8.3. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 11.8.4. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).
- 11.9. Será desclassificada a proposta que:
- 11.9.1. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;
- 11.9.2. contiver vícios insanáveis;
- 11.9.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 11.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.9.5. com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis
- 11.9.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 11.9.5.2. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 160



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 160
ASSINATURA

- Prefeitura Municipal de Santa Luzia – MA | CNPJ: 06.191.001/0001-47
NAGIB HAICKEL, nº S/N, CENTRO, Santa Luzia, Maranhão, Brasil
www.transparencia.santaluzia.ma.gov.br

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 161
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. A regra para o momento de envio dos documentos de habilitação é aquela definida no preâmbulo deste edital, podendo ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 12.3.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 12.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.
- 12.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
 - 12.5.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço indicado no rodapé deste edital.
- 12.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)
 - 12.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 12.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 12.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 12.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 12.11.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.12. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 12.12.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 12.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 12.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 12.14.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 12.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a Inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 12.15.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 12.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma

- 12.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 12.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 12.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DA AMOSTRA

- 13.1. As regras relacionadas a apresentação de amostras são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Edital.

14. DA VISITA TÉCNICA

- 14.1. As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 15.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 15.2.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 15.3. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 15.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

- 15.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de Intimação da ata de julgamento.
- 15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente
- 15.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

16. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. O órgão gerenciador pela presente contratação é aquele informado no preâmbulo do presente edital e é responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 16.2. São órgãos participantes os órgãos ou entidades da administração pública que participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a Ata de Registro de Preços.
- 16.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão, respeitando-se os limites estabelecidos na legislação vigente.
- 16.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias.
- 16.4.1. O órgão gerenciador poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.
- 16.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 16.6. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.6.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 105

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 16.6.2. A assinatura deverá ser feita, preferencialmente, pessoalmente pelo representante legal da licitante na sede da Prefeitura Municipal.
- 16.6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer à Prefeitura Municipal para a assinatura, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura via endereço eletrônico de e-mail, que deverá ser devolvida em original, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) para o endereço constante do rodapé do presente.
- 16.6.2.2. Considerar-se-á, para fins de contagem do prazo da assinatura, a data da postagem da Ata de Registro de preço.
- 16.6.2.3. Poderá ainda ser assinada eletronicamente através de certificado digital, por processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 16.6.3. É facultada ao órgão gerenciador, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.
- 16.7. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo assinalado no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 16.8. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 16.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 16.10. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 16.11. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.
- 16.12. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizada durante sua vigência.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 17.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 17.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 17.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 17.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 166

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 17.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 17.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 17.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 17.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 17.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 17.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 17.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 17.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
 - 18.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 18.1.5. fraudar a licitação

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 167
[assinatura]
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 18.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1. advertência;
 - 18.2.2. multa;
 - 18.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 18.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 168
Assessoria

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.
- 18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 19.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.
- 19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 19.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 19.4. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.
- 19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 169

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 19.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 19.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço <https://www.licitasantaluziama.com.br/> e vincularão os participantes e a Administração.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.2. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 20.2.1. A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.
- 20.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 20.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.
- 20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.
- 20.5. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.
- 20.6. As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 20.8. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:
- 20.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 20.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 20.8.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, será priorizado de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 170
Dr
Assentura

**SANTA
LUZIA**

21. ANEXOS

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Minuta do Termo de Contrato

Santa Luzia – MA, _____ de _____ de _____

Prefeitura Municipal de Santa Luzia – MA | CNPJ: 06.191.001/0001-47
NAGIB HAICKEL, nº S/N, CENTRO, Santa Luzia, Maranhão, Brasil
www.transparencia.santaluzia.ma.gov.br

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 111
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante neste termo.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	80,00	Sigiloso	Sigiloso
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 65,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	65,00	Sigiloso	Sigiloso
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	100,00	Sigiloso	Sigiloso
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	100,00	Sigiloso	Sigiloso
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCIOM QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 45,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	45,00	Sigiloso	Sigiloso
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	Serviço	3,00	Sigiloso	Sigiloso

QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 3,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
20	MANUTENÇÃO CENTRÍFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	Serviço	15,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 15,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	Serviço	24,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 24,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					

	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	Serviço	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
35	MANUTENÇÃO DE CENTRÍFUGA - OLEMAN	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	Serviço	9,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 9,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	Serviço	15,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 15,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	Serviço	18,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 18,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
40	MANUTENÇÃO DE HOMOGENIZADOR - INBRAS	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
41	KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	KIT	60,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
42	CANETA ULTRASONICA	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso

QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
48	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	UND	150,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 150,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	UND	70,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 70,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLÓGICO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
52	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
53	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
54	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	100,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
55	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
56	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLÓGICO	UND	100,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
57	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLÓGICA	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
59	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLÓGICA	UND	30,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
60	SEPARADOR DE DETRITOS	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
62	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
63	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 10mm - 1mt	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
64	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 6mm - 1mt	UND	25,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso					
65	AMPOLA DE RAIOS X ODONTOLÓGICO	UND	10,00	Sigiloso	Sigiloso
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					

SANTA LUZIA

	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
67	CABO DE ALTA TENSÃO PARA AMPOLA DO RAO X	UND	8,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 8,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	UND	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
71	MONOMETRO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
72	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
74	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	UND	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
77	PLACA PARA INALADOR	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
78	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 35,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
79	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 35,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	UND	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	Valor Total				Sigiloso

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Contratar uma empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos, com fornecimento de peças, oferece diversos

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 126


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



benefícios essenciais para atender às necessidades da Secretaria de Saúde de Santa Luzia – MA. Entre as principais razões estão:

Garantia de Qualidade e Segurança: Empresas especializadas possuem profissionais treinados e certificações que garantem a manutenção adequada, aumentando a segurança dos pacientes e a eficiência dos equipamentos.

Prevenção de Paradas e Interrupções: A manutenção preventiva regular reduz o risco de falhas inesperadas, evitando interrupções nos serviços de saúde e garantindo assistência contínua à população.

Economia de Custos a Longo Prazo: A manutenção preventiva preserva a integridade dos equipamentos, prolongando sua vida útil e evitando despesas elevadas com reparos emergenciais ou substituições precoces.

Conformidade com Normas e Regulamentações: Empresas qualificadas asseguram que os procedimentos estejam em conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes, evitando penalidades e problemas legais.

Acesso a Peças de Reposição Genuínas ou Primeira Linha: O fornecimento de peças originais ou primeira linha garante a compatibilidade, segurança e durabilidade dos equipamentos, além de facilitar o rápido retorno à operação do equipamento.

Foco na Gestão de Saúde Pública: Ao terceirizar essa manutenção, a Secretaria de Saúde pode concentrar-se na gestão e prestação de serviços à comunidade, deixando a responsabilidade técnica para especialistas.

Acompanhamento e Relatórios Técnicos: Empresas especializadas fornecem relatórios de manutenção, facilitando o controle, auditoria e tomada de decisão eficiente.

Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada contribui para a melhoria contínua da infraestrutura de saúde, proporcionando segurança, confiabilidade e eficiência no atendimento à população de Santa Luzia – MA

3.2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 3.2.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.3.1. A utilização de sistema de registro de preços, por se tratar de contratação de itens que a demanda pode sofrer variações que dificultam sua precisão. Logo, há necessidade de contratação permanente; aquisição de serviços com previsão de execução parcelada, e pela natureza do objeto, não foi possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.4. VALOR SIGILOSO

- 3.4.1. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...” Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da execução, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 117

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ASSINATURA

assumidos na fase licitatória. Além disso, nesse mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Dessa forma, nas situações descritas anteriormente, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa.

A licitação do tipo menor preço com valor sigiloso foi adotado por uma série de razões práticas e legais. O valor sigiloso, nesse caso, busca proteger a competitividade do processo licitatório, de modo a evitar a combinação de preços, se o valor da licitação for revelado de antemão, pode ocorrer uma combinação de preços entre os fornecedores, o que prejudicaria a competição e levaria a um valor final mais alto do que quiser. O sigilo pode ajudar a impedir que os licitantes se alinhem para estabelecer um preço mais alto do que o competitivo.

- 3.5. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

DA VISTORIA

- 7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00hrs horas às 18:00hrs.
- 7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 7.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 198
AUTENTICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



8.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá, conforme o caso:

11.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.

12.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

12.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 179
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO na modalidade [PREGÃO ELETRÔNICO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de execução

- 13.2. O serviço objeto será CONTINUADO.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.
- 14.3. Como critério para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração para o item.
- 14.4. Nos descontos maiores ou iguais à 25% sobre o valor máximo aceitável de cada item, deverá apresentar a planilha de composição de custos unitários acompanhado das notas fiscais de entrada junto a proposta readequada, sob pena de desclassificação da proposta.
- 14.5. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante de menor preço, por meio de diligência, após o encerramento do envio de lances, para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se a composição de custos unitários acompanhado das notas fiscais de entrada, catálogos, folhetos, certificados de garantia, contratos, manuais de instruções, fichas técnicas, laudos técnicos.
- 14.5.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que o preço final não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo). Ou seja, não comprovou através de documentos idôneos que seu preço ofertado é viável para o perfeito fornecimento/execução.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 180

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 15.1.9. Os Atos Constitutivos acima descritos, deverão estar acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva e da Certidão Específica e Simplificada da Junta Comercial, conforme a Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital/Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. Para verificação de eventuais alterações, no intuito de certificação dos respectivos atos de arquivamento na Junta Comercial.
- 15.2. A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 15.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.
 - 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
 - 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos

e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

- 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
 - 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
 - 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
 - 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 189

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 183

S. NUNATUNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- 15.4.2. **Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado**, comprovando que a licitante prestou serviços compatíveis com o objeto deste Pregão. Os atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado deverão ser impressos em papel timbrado constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretor(es), administrador(es), procurador(es), gerente(s) ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;
- 15.4.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão comprovar que a empresa, executou, satisfatoriamente, objeto compatível com o da presente licitação, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto licitado e o executado pela licitante.
- 15.4.2.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 15.4.2.3 Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- 15.4.2.4 Os atestados ou certidões que não possuírem as informações mínimas para a sua análise poderão ser objeto de diligência.
- 15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 184
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

15.6. Os documentos que não possuírem prazo de validade expresso em seu corpo, só serão aceitos aqueles emitidos em até 30 (trinta) dias da data estabelecida para a licitação. Sujeito a inabilitação.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

16.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

16.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;

16.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

16.1.2.1. As marcas dos equipamentos que integram o presente Termo, estão relacionados na especificação dos itens e compreendem os aparelhos da Unidade Requisitante atualmente. Todavia, essa listagem poderá ser alterada durante a vigência do contrato, sendo acrescentado a ela novos aparelhos, ou suprimidos aqueles que tornarem-se obsoletos ou inutilizáveis.

16.1.2.2. O fornecimento de peças para a manutenção corretiva dos equipamentos, se for o caso, poderá englobar peças/materiais não especificados neste Termo.

16.1.2.3. A aprovação para despesas com fornecimento de peças e materiais para manutenção corretiva do equipamento está condicionada à apresentação pela Contratada:

16.1.2.4. Do relatório com o descritivo dos procedimentos necessários à manutenção do item;

16.1.2.5. Especificação da(s) peça(s) e/ou materiais necessários e;

16.1.2.6. As documentações acima deverão ser apresentadas acompanhadas de, no mínimo, 2 (dois) orçamentos comparativos, os quais serão submetidos à análise do departamento de compras.

16.1.2.7. Caso os valores apresentados pela contratada se mostrarem desvantajosos, poderá a Administração recusá-los, e fornecer as peças necessárias para a contratada realizar apenas com a manutenção.

16.1.2.8. As ferramentas e insumos básicos rotineiros e de valor irrisório, como parafusos, colas, fitas isolantes, entre outros, estão inclusos no valor mensal da prestação de serviço.

16.1.2.9. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

16.1.2.10. Início da execução do objeto:

16.1.2.11. Manutenção preventiva: Semanalmente, após a assinatura do contrato.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 185
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 16.1.2.12. Manutenção corretiva: 02 dias após a ordem de serviço.
- 16.1.2.13. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários, como a revisão, a limpeza, os testes, a recarga, a calibração, a lubrificação e a conservação dos equipamentos.
- 16.1.2.14. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer equipamentos, aparelhos e ferramentas que se fizerem necessários a perfeita execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.
- 16.1.2.15. A Contratada deverá manter os instrumentos e as ferramentas utilizadas para a execução dos serviços em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados a produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 16.1.2.16. A Contratada deve garantir que os instrumentos e as ferramentas utilizadas para a execução dos serviços sejam de boa qualidade, ou seja, de primeira linha.
- 16.1.2.17. Todos os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.
- 16.1.2.18. A Contratada é responsável pela destinação e descarte de peças ou equipamentos que forem substituídos, desde que não sejam itens com tombamento (patrimônio), obedecendo a normas e legislação ambiental vigentes, o qual ocorrerá por solicitação da Fiscalização e mediante autorização expressa desta. Para bens patrimoniados, o descarte será de responsabilidade da Contratante.
- 16.1.2.19. Contratante reserva-se no direito de adquirir peças/materiais de outros fornecedores, com recursos próprios quando necessário e/ou vantajoso para a Prefeitura Municipal, caso exista Sistema Registro de Preço (SRP)/Contrato distinto vigente.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

- 16.2. Os serviços serão prestados no Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde, na sede ou no interior em horários de funcionamento do órgão.

Materiais a serem disponibilizados

- 16.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, Inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 16.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 17.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 17.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período vigência do contrato.
- 17.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 17.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 17.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 17.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.10.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 188
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Luzia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 20.2.1. o prazo de validade;
 - 20.2.2. a data da emissão;
 - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 184
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 20.2.5. o valor a pagar; e
- 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 190
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$ ____ (POR EXTENSO)					

2. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...

CNPJ: ...

ENDEREÇO: ...

TELEFONE: ...

FAX: ...

E-MAIL: ...

3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO

NOME: ...

CPF: ...

RG: ...

NACIONALIDADE: ...

ESTADO CIVIL: ...

PROFISSÃO: ...

ENDEREÇO COMPLETO: ...

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...

5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 041/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 112/2025



OBJETO

contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 0,00 (valor por extenso)



VIGÊNCIAS

INICIAL: ____ de ____ de ____
FINAL: ____ de ____ de ____



ÓRGÃO GERENCIADOR

Fundo Municipal de Saúde



ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)



DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____
Logradouro..., Número..., Bairro..., Cidade..., Estado...
Nome Responsável Contratado..., CPF nº ____/____/____

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Prefeitura Municipal de Santa Luzia – MA, através da Unidade Gerenciadora ____, inscrita no CNPJ nº ____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico N°{numero_processo_contratacao}, que tem como objeto ____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do Termo de Referência/Projeto Básico do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo

estabelecidas, constituindo-se esta ATA em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, especificado no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 041/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 – Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1 – Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.

2.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5 – O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9 – Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10 – A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 194
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ASSINATURA



do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 195

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 6.4.1 – Por razão de interesse público;
6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Santa Luzia - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 192

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

Santa Luzia – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 197
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº 041/2025, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS ITENS

Santa Luzia – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 199

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____/____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: ____/____



OBJETO CONTRATUAL

.....



VALOR CONTRATUAL

R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº ____/____/____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº ____/____/____



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ____/____/____



FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Razão Social Contratante.... – UF.., através da Unidade Adminsitrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº ____/____/____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência/Projeto Básico e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total						R\$

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência/Projeto Básico,

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 201

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



anexo

a

este

Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O CONTRATADO deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 202


ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Luzia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE:

CLASSIFICAÇÃO:

NATUREZA DA DESPESA:

FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

MINUTA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 203

ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência/Projeto Básico, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
- 10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
- 10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, Inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa de:**

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
 - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Luzia – MA, ____ de ____ de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:



DESPACHO PARA PARECER DE MINUTA

ASSINATURA

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	112/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	041/2025
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO
ÓRGÃO GERENCIADOR:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MA
VALOR ESTIMADO:	R\$ 981.047,66 (novecentos e oitenta e um mil, quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos)

Encaminhando em anexo a essa egrégia Assessoria Jurídica os autos do processo administrativo em epígrafe, para o controle prévio de legalidade nos termos do Art. 53, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Santa Luzia - MA, 3 de Setembro de 2025

Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde
Portaria: 006/2025



PARECER JURÍDICO Nº 063.4/2025

Processo de Pregão Eletrônico nº 041/2025

Processo Administrativo nº 112/2025

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 209
ASSINATURA

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA.

EMENTA: Manutenção Preventiva e Corretiva. Equipamentos Hospitalares. Licitação. Pregão Eletrônico. Lei 14.133/2021. Registro de Preços. Parecer Favorável.

I - DO RELATÓRIO

Foram encaminhados a esta assessoria jurídica os autos do processo administrativo nº 112/2025, para que seja feita a análise quanto as formalidades legais do procedimento que se encontra em sua fase interna. Os autos chegaram a esta assessoria jurídica constituídos dos seguintes documentos: (i) Documento de Formalização de Demanda (DFD) acompanhado de quantitativo, tendo como setor requisitante a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia/MA, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia/MA; (ii) Estudo Técnico Preliminar (ETP), de 01/08/2025, indicando necessidade e requisitos da contratação; (iii) Autuação do procedimento sob o nº 112/2025, em 05/08/2025; (iv) Foi



juntado pelo Departamento de Compras, mapa comparativo de preços; (v) Despacho do Departamento de Compras ao setor demandante informando da realização da pesquisa nos moldes do artigo 23 da Lei 14.133/21; (vi) Termo de Referência com descrição e quantitativo dos itens; (vii) Declaração do setor de contabilidade sobre a não necessidade de dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil; (viii) Minuta do Edital de Licitação; (xix) Despacho da Secretaria de Saúde em 03/09/2025, encaminhando os presentes autos para análise e elaboração de parecer preliminar.

Este é o relatório dos principais documentos constantes nos autos, pelo que se prossegue a análise quanto aos requisitos formais legais necessários do ato.

II - DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

Antes de adentrar na fundamentação relacionada ao objeto em tela, é importante destacar que a corrente exposição jurídica objetiva prestar a devida assistência à autoridade solicitante na análise proemial da legalidade, apartando pontos de caráter técnico, econômico e/ou discricionário, avaliação fora da competência dessa assessoria jurídica.

Nestes termos, o Art. 53, §1º, incisos I e II, da Lei 14.133/2021, norteia a análise jurídica da seguinte forma:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal acima, o controle prévio de legalidade ocorre em razão do desempenho da competência da análise jurídica de vinda



Em vista disso, o registro de preços apresenta-se como uma ferramenta ideal para a administração pública, pois atende a economicidade e não vincula o ente público à aquisição da totalidade do quantitativo apresentado.

Entretanto, é importante evidenciar que o licitante vencedor da disputa, depois de concluído o procedimento, é convocado pela Administração para assinar a Ata de Registro de Preços, que terá validade de 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo período, fato que o vincula à obrigatoriedade em fornecer os bens solicitados pelo ente público.

Pelo exposto, verifica-se que os requisitos para a escolha da modalidade encontram-se em consonância com os preceitos legais aqui mencionados.

III.II DA FASE DE PLANEJAMENTO

Inicialmente, é importante registrar que a Lei nº 14.133/2021 trouxe à baila a necessidade de os órgãos e entidades implementarem ações de governança e gestão de riscos, nos moldes do Art. 11, Parágrafo Único:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

(...)

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Nesta esteira, é cediço que a Nova Lei de Licitações tem o condão de empreender medidas, instrumentos, de programação e gestão de riscos para as contratações realizadas pela Administração.

Ademais, a Nova Lei preocupou-se também com o planejamento específico de cada contratação a ser realizada, com o intuito de manter um alinhamento com o programa de contratações e orçamento do ponto de vista macro.



In verbis, a Lei nº 14.133/2021, elenca elementos centrais da fase de planejamento, necessários à instrução do processo licitatório quais sejam: Documento de Formalização de Demanda, Estudos Técnicos Preliminares, Mapa de Gerenciamento de Riscos, Termo de Referência, Edital e Minuta de Contrato.

III.III - DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

É o ponto primordial para a aquisição de produtos ou serviços. É a partir desse documento que o órgão poderá indicar quais suas necessidades para que, em seguida seja realizado o estudo daquela demanda conforme os critérios elencados na NLL.

Deve ser preenchido pela unidade requisitante com os seguintes elementos: (i) justificativa da necessidade da contratação; (ii) quantidade de serviço ou produtos a ser adquirido; (iii) previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou recebimento dos produtos; (iv) indicação do setor demandante e do departamento que irá elaborar os Estudos Preliminares; e (v) indicação do servidor responsável por eventuais pedidos de esclarecimento.

Pelo que se observa dos autos do processo em epígrafe, os requisitos elencados acima foram atendidos.

III.IV - DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP)

O ETP é peça cujo objetivo é evidenciar o problema a ser resolvido e a solução mais adequada, com o corresponde valor estimado, acompanhado de montantes unitários, memórias de cálculo e documentos de suporte.

Faz parte da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas e resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.



Tem previsão expressa em vários trechos da NLL, mas é no Art. 18, § 1º que estão os itens indispensáveis ao seu preenchimento. Vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;



XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Nesta senda, a elaboração do ETP deve contemplar os elementos constantes acima, sendo os incisos I, IV, VI, VIII e XIII itens obrigatórios à formulação do documento, conforme § 2º do Art. 18, da Lei de Licitações.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Isto posto, extrai-se dos autos da instrução que o ETP contempla as exigências mínimas contidas na Nova Lei de Licitações.

III.V - DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

O Termo de Referência, nos termos Art. 6º, inciso XXIII, da Nova Lei de Licitações, é o "documento necessário para a contratação de bens e serviços".

Conforme se verifica, o Termo de Referência é um documento que serve de fonte para o fornecimento de informações necessárias ao conhecimento do objeto que se pretende adquirir.

Outrossim, o novo regramento licitatório trouxe em seu bojo (Art. 6º, XXIII), informações importantes à sua elaboração. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;



- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

Diante do exposto e compulsando os autos do processo ora em análise, verifica-se que o Termo de Referência ostenta condições mínimas de detalhamento do objeto pleiteado, apresentando um "norte" a ser seguido pelos potenciais fornecedores em relação à documentação necessária à participação no certame, assim como as obrigações do contratante e do contratado durante a fase de execução do contrato, possíveis penalidades, entre outros.

III.VI - DA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços é um procedimento indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Além disso, é utilizada para confrontar e examinar as propostas dos licitantes e nortear o preço que a Administração está disposta a contratar.

É por meio da pesquisa de preços que se constata o preço justo, a existência de recursos suficientes para adquirir os bens ou serviços, a definição da modalidade licitatória, a identificação de sobrepreços e de propostas inexequíveis e a garantia da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Seguindo estes parâmetros, a pesquisa de preços deve atender alguns requisitos, os quais estão presentes na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o



procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

O artigo 5º da IN SEGES nº 65/2021 assim norteia a pesquisa de preços:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Pelo que se extrai dos autos, a pesquisa de preços foi realizada com base no inciso I acima citado, estando em conformidade com as regras estabelecidas pela IN SEGES nº 65/2021.



III.VII - DA MINUTA DO EDITAL E CONTRATO

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 25, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital. Vejamos:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Nestes termos, a minuta do edital foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

Na minuta do contrato verifico que os requisitos do art. 55 do Estatuto das Licitações, contém as cláusulas necessárias e indispensáveis à sua formalização, senão vejamos:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I- o objeto e seus elementos característicos;
- II- o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III- o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V- o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI- as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII- os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII- os casos de rescisão;
- IX- o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X- as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI- a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII- a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;



XIII- a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

(...)

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

(...)

Dessa forma, analisando o contrato, verifica as seguintes cláusulas e elementos:

(i) objeto e vinculação; (ii) preço; (iii) prazo e vigência do contrato; (iv) modelos de execução e gestão contratuais; (v) condições de pagamento; (vi) reajuste; (vii) obrigações pertinentes à LGPD; (viii) dotação orçamentária; (xix) obrigações do contratante; (xx) obrigações do contratado; (xxi) extinção contratual; (xxii) infrações e sanções administrativas; (xxiii) garantia de execução; (xiv) alterações; (xv) casos omissos; (xvi) subcontratação, (xvii) disposições finais.

Assim, esta Assessoria Jurídica entende que os requisitos estão todos apostos.

III.VIII - DO VALOR SIGILOSO

No contexto do pregão eletrônico, o sigilo do valor das propostas é uma prática prevista na Lei nº 14.133/21, especificamente no artigo 24, que exige que o valor das propostas seja mantido em sigilo até a fase da abertura das propostas. O sigilo tem como objetivo assegurar a isonomia e a competitividade do certame, evitando que licitantes ajustem suas ofertas com base no conhecimento prévio dos valores apresentados pelos concorrentes.

A Lei nº 14.133/21, em seu artigo 24, exige que o sigilo do valor das propostas seja devidamente justificado pela administração pública. Ou seja, não basta a simples adoção do sigilo, é necessário que a autoridade responsável pela licitação apresente uma justificativa fundamentada e registrada no processo, demonstrando que a adoção do sigilo é imprescindível para garantir a competitividade e a integridade do processo licitatório.

No caso em questão, a administração pública justificou adequadamente o sigilo do valor das propostas. A justificativa foi registrada no ETP, de acordo com o que prevê a



legislação. Essa justificativa pode ter envolvido, por exemplo, a necessidade de evitar a manipulação das propostas ou a proteção das informações estratégicas dos licitantes, preservando, assim, o caráter competitivo e imparcial do certame. A formalização dessa justificativa é fundamental para a regularidade do processo, pois assegura que o sigilo foi adotado com base em razões legítimas e alinhadas com os princípios da Lei nº 14.133/21.

Portanto, uma vez que a administração pública apresentou a justificativa de maneira adequada, conforme exige a legislação, o processo licitatório se mantém regular. A inclusão dessa justificativa no processo atesta a conformidade com a exigência legal e garante que o sigilo foi implementado de forma transparente, respeitando os princípios da legalidade e da moralidade administrativa.

Em conclusão, considerando que a administração pública justificou corretamente o sigilo do valor das propostas, conforme disposto no artigo 24 da Lei nº 14.133/21, o processo licitatório está em conformidade com os requisitos legais. Não há, portanto, qualquer irregularidade em relação ao sigilo adotado, uma vez que a justificativa foi devidamente registrada e fundamentada, assegurando a legalidade e a transparência do certame.

IV - CONCLUSÃO

Ante o exposto, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise desse Jurídico, essa assessoria manifesta-se FAVORAVEL AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025, podendo o processo de contratação produzir os efeitos jurídicos pretendidos, com fundamento na praxe e regras vigentes.

É o parecer.

Santa Luzia/MA, 05/09/2025.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



FILipe RAMOS SOUSA

OAB/MA-21910

FILipe RAMOS SOUSA

Assessor Jurídico - Portaria 660/2025

OAB/MA 21910

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL

227

ASSINATURA

PORTARIA Nº 660/2025 – GAB/P, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre a nomeação do (a) PARECISTA DE LICITAÇÕES, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e,

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025;

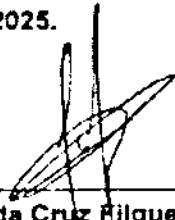
RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) FILIPE RAMOS SOUSA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 041312232010-2 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 607.268.823-30, para ocupar o cargo de provimento em comissão de PARECISTA DE LICITAÇÕES, com denominação DANS, junto a Secretaria Municipal de Governo e Gestão.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de abril de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 28 DE ABRIL DE 2025.


Juscelino da Cruz Filgueira Junior
Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA



Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 223

ASSINATURA

Publicado por:

Código identificador: 4pyqkn0y920250430170407

PORTARIA Nº 661/2025 – GAB/P, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 661/2025 – GAB/P, DE 28 DE ABRIL DE 2025. “Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR (A) DO DEP. DE REGISTRO CADASTRAL, e dá outras providências”. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e, CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025, RESOLVE: Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) ÂNGELA CAROLINE PEREIRA SOUSA E SOUZA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 028539592004-4 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 027.954.323-90, para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO CADASTRAL, com denominação DANS, junto a Secretaria Municipal de Governo e Gestão. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de abril de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 28 DE ABRIL DE 2025. _____ Juscelino da Cruz Filgueira Junior Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

Publicado por: JUSCELYNO DA CRUZ FILGUEIRA JÚNIOR

Código identificador: pojfhaghdhs20250430170419

PORTARIA Nº 660/2025 – GAB/P, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 660/2025 – GAB/P, DE 28 DE ABRIL DE 2025. “Dispõe sobre a nomeação do (a) PARECISTA DE LICITAÇÕES, e dá outras providências”. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e, CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025; RESOLVE: Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) FILIPE RAMOS SOUSA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 041312232010-2 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 607.268.823-30, para ocupar o cargo de provimento em comissão de PARECISTA DE LICITAÇÕES, com denominação DANS, junto a Secretaria Municipal de Governo e Gestão. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de abril de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, ESTADO DO MARANHÃO, EM 28 DE ABRIL DE 2025. _____ Juscelino da Cruz Filgueira Junior Prefeito Municipal de Santa Luzia/MA

Publicado por: JUSCELYNO DA CRUZ FILGUEIRA JÚNIOR

Código identificador: czwksnesy20250430170416

PORTARIA Nº 635/2025 – GAB/P, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 635/2025 – GAB/P, DE 16 DE ABRIL DE 2025. “Dispõe sobre a nomeação do (a) DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE, e dá outras providências”. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais e dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal de 26 de novembro de 1998, especificamente o art. 52, V, e, CONSIDERANDO a reestruturação administrativa instituída pela Lei nº 614/2025; RESOLVE: Art. 1º. Nomear o (a) Senhor (a) URIEL MAC GOMISH AVELAR, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 036561482009-9 SSP/MA, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 051.755.613-83, para ocupar o cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE, com denominação DANS, junto a Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças. Art. 2º. Esta portaria





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DO EDITAL

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 224

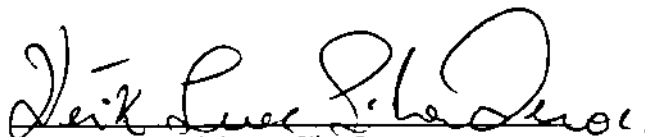

ASSINATURA

Prezado(a),

Em atendimento ao previsto no § 3º do art. 53 da Lei 14.133/21, estando devidamente cumpridas as formalidades legais sob os aspectos técnico e jurídicos, **AUTORIZO** a divulgação do Edital de Licitação objetivando contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, no valor R\$ 981.047,66 (novecentos e oitenta e um mil, quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos), conforme disposto no art. 54 do mesmo dispositivo legal, para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

Remeta-se ao Departamento de Contratação para o devido processamento.

Santa Luzia - MA, 5 de Setembro de 2025



Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde
Portaria: 006/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



TERMO DE AUTUAÇÃO
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 275
[Assinatura]
ASSINATURA

No uso de minhas atribuições, em 8 de Setembro de 2025, autuo o presente Processo de Contratação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o número 041/2025, originário do Processo Administrativo nº 112/2025, que tem por finalidade contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, com valor total estimado em R\$ 981.047,66 (novecentos e oitenta e um mil, quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos), e para constar, lavro e assino o presente Termo de Autuação.

RESUMO DOS DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	112/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	041/2025
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MA
VALOR ESTIMADO:	R\$ 981.047,66 (novecentos e oitenta e um mil, quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos)
FUNDAMENTAÇÃO:	Lei 14.133/2021, Art. 28, I - Pregão Eletrônico

Santa Luzia - MA, 8 de Setembro de 2025

[Assinatura]
Jarbas Costa Pereira
Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria 023/2025



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL 226

[assinatura]
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO

Prefeitura de Santa Luzia/ Gabinete do Prefeito

CNPJ: 06.191.001/0001-47

Av. Nagib Haickel / CEP: 65.390-000 / Santa Luzia – Maranhão

PORTARIA Nº 023/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER PELA FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DECRETO MUNICIPAL N.º 001/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MA, em pleno exercício do cargo e usando de suas atribuições e prerrogativas legais atribuídas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o Sr. **JARBAS COSTA PEREIRA** portadora CPF nº **449.785.453-15**, para responder, servidor efetivo, qualificado, inscrito na matrícula n.º 203609, pela função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A)** do Município de Santa Luzia/MA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo Único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Artigo 2º - O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, deverá:

- I-** tomar decisões acerca do procedimento licitatório;
- II-** acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde a fase preparatória;
- III-** dar impulso ao procedimento licitatório, em ambas as suas fases e em observância ao princípio da celeridade; e
- IV-** executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Artigo 3º - O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, em especial:

- I-** acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação, de, seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial

na confecção dos seguintes artefatos:

- a) estudos técnicos preliminares;
- b) anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;
- c) pesquisa de preços; e
- d) minuta do edital e do instrumento do contrato.

II- conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

- a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- b) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- c) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- d) verificar e julgar as condições de habilitação;
- e) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;
- g) indicar o vencedor do certame;
- h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, de que trata o artigo 3º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos artefatos arrolados no inciso I do **caput**.

Artigo 4º - O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da

assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Artigo 5º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o **Agente de Contratação / Pregoeiro(a)**, na condução dos processos licitatórios:

Sra. Rebeca da Silva Lima Gondinho – Membro CPF 612.837.813-79

Sra. Ângela Caroline Pereira Sousa e Souza – Membro CPF 027.954.323-90

Artigo 6º - Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação nas etapas do processo licitatório, de que trata o inciso II do artigo 3º.

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Artigo 7º - É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II- estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III- opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou

após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

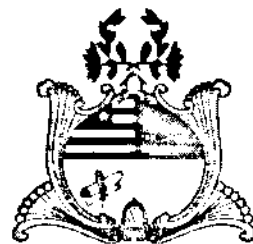
§2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, 06 de janeiro de 2025.


JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal



SUMÁRIO

PORTARIA Nº 023/2025

PORTARIA Nº 023/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER PELA FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DECRETO MUNICIPAL N.º 001/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MA, em pleno exercício do cargo e usando de suas atribuições e prerrogativas legais e atribuídas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar o Sr. **JARBAS COSTA PEREIRA** portadora CPF nº 449.785.453-15, para responder, servidor efetivo, qualificado, inscrito na matrícula n.º 203609, pela função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A)** do Município de Santa Luzia/MA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo Único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Artigo 2º - O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, deverá:

I- tomar decisões acerca do procedimento licitatório;

II- acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde a fase preparatória;

III- dar impulso ao procedimento licitatório, em ambas as suas fases e em observância ao princípio da celeridade; e

IV- executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Artigo 3º - O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, em especial:

I- acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação, de, seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial na confecção dos seguintes artefatos:

- a) estudos técnicos preliminares;
- b) anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;
- c) pesquisa de preços; e
- d) minuta do edital e do instrumento do contrato.

II- conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

- a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;



- b) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- c) coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- d) verificar e julgar as condições de habilitação;
- e) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, de que trata o artigo 3º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos artefatos arrolados no inciso I do caput.

Artigo 4º - O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Artigo 5º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o **Agente de Contratação / Pregoeiro(a)**, na condução dos processos licitatórios:

Sra. Rebeca da Silva Lima Gondinho –
Membro CPF 612.837.813-79

Sra. Ângela Caroline Pereira Sousa e Souza
– Membro CPF 027.954.323-90

Artigo 6º - Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação nas etapas do processo licitatório, de que trata o inciso II do artigo 3º.

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Artigo 7º - É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processolicitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;



II- estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III- opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE.**

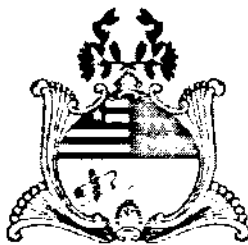
Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, 06 de janeiro de 2025.

[Assinatura manuscrita]

JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 939
[Assinatura]





PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 235
[Assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MA

DIÁRIO OFICIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - AV. NAGIB HAICKEL,, CENTRO -
SANTA LUZIA - MA, CEP: 65390-000
Email: diario@santaluzia.ma.gov.br
Telefone: (98)70250-048

JUSCELINO DA CRUZ FILGUEIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIOS, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<https://transparencia.santaluzia.ma.gov.br/diario>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 1893e9c61f68d140b910430f1eed65e311cd5299
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO



EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 041/2025

Processo Administrativo Nº 112/2025

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 234

ASSINATURA

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.



ÓRGÃO GERENCIADOR
Fundo Municipal de Saúde

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)



OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA



VALOR TOTAL ESTIMADO
Sigiloso



PORTAL UTILIZADO: Licita Santa Luzia

ENDEREÇO DO PORTAL: <https://www.licitasantaluziama.com.br/>

DATA: 24 de setembro de 2025

HORÁRIO: 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

E-MAIL: licitasantaluzia@gmail.com



AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Jarbas Costa Pereira

AUTORIDADE COMPETENTE
Herik James Silva Ramos

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 235

ASSINATURA

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	POR ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO ENTRE OS LANCES	R\$ 1,00 (um real)
REGIME DE EXECUÇÃO	FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	SIM
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO	NÃO
PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	NÃO
HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?	NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	90 (noventa) DIAS

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	SIM
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
Cidade - Maranhão

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Processo de Contratação e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1. Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento de contratação as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema "LICITA SANTA LUZIA" através do site <https://www.licitasantaluziama.com.br/>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

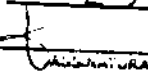
3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este procedimento.

3.1.4. Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.

3.2. Conforme definido nos Critérios Gerais da Contratação, no preâmbulo deste edital, os itens ou lotes, conforme o critério de adjudicação, com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), são de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de

**EDITAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Ficam impedidos de participar desta licitação:

- 3.3.1. Aquele que não atenderem às condições deste edital;
- 3.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.4. Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;
 - 3.3.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
- 3.3.5. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.3.5.1. O Impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.3.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.3.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.3.9.1. A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

- 3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3.12. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.5. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. No preâmbulo deste edital está definido se a fase de habilitação poderá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.1.1. Caso a fase de habilitação NÃO anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDESANTA LUZIA
MA

- 4.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.11. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, com todos os dados exigidos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 240

ASSINATURA

SANTA LUZIA
MARANHÃO

- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contados da data de abertura da sessão pública.
- 5.8.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.
- 6.5. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretiráveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 7.1.1. Também será desclassificada a proposta preenchida e que identifique o licitante.
- 7.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.
- 7.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.
- 7.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 247

ASSINATURA
SANTA LUZIA
Luzia, Maranhão, 2024

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema
- 8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.
- 8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.7. O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, que será avaliado pelo Agente de Contratação.
- 8.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexequível.
- 8.9. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Processo de Contratação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.11. No preâmbulo deste edital está definida o modo de disputa deste certame, que poderá ser:
 - 8.11.1. Modo de Disputa Aberto:
 - 8.11.1.1. No modo de disputa "aberto", a apresentação de lances públicos é de forma sucessiva, com prorrogações.
 - 8.11.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 8.11.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 8.11.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
 - 8.11.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.11.2. Modo de Disputa Aberto-Fechado:

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 242

ASSINATURA
SANTA LUZIA

- 8.11.2.1. No modo de disputa "aberto e fechado", é quando os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.11.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após isso, transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.11.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 8.11.2.3.1. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por oferecer melhor lance.
 - 8.11.2.3.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11.2.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 - 8.11.2.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.11.3. **Modo de Disputa Fechado-Aberto:**
 - 8.11.3.1. Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
 - 8.11.3.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
 - 8.11.3.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 8.11.3.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ASSINATURA

enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos Itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.12.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.12.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.12.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.12.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.12.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de Integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.12.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.12.2.2. empresas brasileiras;

8.12.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.12.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

9.1. O licitante que deixar de assinalar o campo da "Declaração de ME/EPP" não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

9.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.

9.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
MA

pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

- 9.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.
- 9.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 9.3.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 9.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- 9.4. **No preâmbulo do presente instrumento constam todos os benefícios específicos que serão aplicados às microempresas e empresas de pequeno porte, e conforme cada benefício seguirão regras específicas, conforme estabelecido nos itens subsequentes.**
- 9.5. Quando aplicado o benefício de itens/lotos destinados à participação exclusiva para MEI/ME/EPP, com valores totais até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proceder-se-á da seguinte forma:
 - 9.5.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.6. Quando aplicado o benefício de Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP?, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 9.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão divididos em cotas para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme percentual estabelecido no preâmbulo deste instrumento.
 - 9.6.2. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, para cada item/lote, conforme itens relacionados no Termo de Referência.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
MARANHÃO

- 9.6.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.
- 9.6.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação se dará pelo menor preço ofertado.
- 9.7. Quando aplicado o benefício de prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno sediada no âmbito local ou regional, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, será dada PRIORIDADE de contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, com a declaração de vencedor do item.
- 9.7.2. No preâmbulo deste Instrumento convocatório está definido se o presente benefício será aplicado somente em âmbito local ou regional.
- 9.8. A participação nos itens/lotos expressamente reservados às microempresas e empresas de pequeno porte, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.2. O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 10.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 10.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 10.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 10.5. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de 2h (duas horas), acompanhada, se for o caso, dos

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

- 10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.
- 10.5.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 10.6. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 11.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;
 - 11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
 - 11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992
- 11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 11.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 11.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.
- 11.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 11.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 11.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 11.8. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.8.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 11.8.3. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 11.8.4. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).
- 11.9. Será desclassificada a proposta que:
- 11.9.1. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;
- 11.9.2. contiver vícios insanáveis;
- 11.9.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 11.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.9.5. com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis
- 11.9.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 11.9.5.2. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis)

- 11.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital do valor orçado pela Administração.
- 11.10.1. Inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 11.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.10.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 11.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 11.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de Impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 11.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 11.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 11.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 11.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no
- | | | | |
|-------|----|--------------------|---------|
| Termo | de | Referência/Projeto | Básico. |
|-------|----|--------------------|---------|

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. A regra para o momento de envio dos documentos de habilitação é aquela definida no preâmbulo deste edital, podendo ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 12.3.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 12.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.
- 12.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
 - 12.5.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço indicado no rodapé deste edital.
- 12.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)
 - 12.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 12.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SANTA LUZIA
Cidade e Cultura

- 12.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 12.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 12.11.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.12. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 12.12.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 12.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 12.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 12.14.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 12.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 12.15.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 12.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 12.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 12.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 12.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DA AMOSTRA

- 13.1. As regras relacionadas a apresentação de amostras são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Edital.

14. DA VISITA TÉCNICA

- 14.1. As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 15.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 15.2.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 15.3. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 15.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 15.3.2. Na hipótese de adoção da Inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de Intimação da ata de julgamento.
- 15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente
- 15.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

16. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. O órgão gerenciador pela presente contratação é aquele informado no preâmbulo do presente edital e é responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 16.2. São órgãos participantes os órgãos ou entidades da administração pública que participam dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integram a Ata de Registro de Preços.
- 16.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão, respeitando-se os limites estabelecidos na legislação vigente.
- 16.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias.
- 16.4.1. O órgão gerenciador poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.
- 16.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 16.6. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.6.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL 254

SANTA LUZIA
MARANHÃO

- 16.6.2. A assinatura deverá ser feita, preferencialmente, pessoalmente pelo representante legal da licitante na sede da Prefeitura Municipal.
- 16.6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer à Prefeitura Municipal para a assinatura, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura via endereço eletrônico de e-mail, que deverá ser devolvida em original, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) para o endereço constante do rodapé do presente.
- 16.6.2.2. Considerar-se-á, para fins de contagem do prazo da assinatura, a data da postagem da Ata de Registro de preço.
- 16.6.2.3. Poderá ainda ser assinada eletronicamente através de certificado digital, por processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 16.6.3. É facultada ao órgão gerenciador, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.
- 16.7. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo assinalado no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 16.8. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 16.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 16.10. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 16.11. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.
- 16.12. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizada durante sua vigência.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 17.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 17.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 17.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 17.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 17.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 17.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 17.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 17.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 17.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 17.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 17.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 17.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
 - 18.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 18.1.5. fraudar a licitação

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 256

ASSINATURA
SANTA LUZIA
PREFEITURA MUNICIPAL

- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 18.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1. advertência;
 - 18.2.2. multa;
 - 18.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 18.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**SANTA LUZIA**
Município do Estado do Maranhão

- licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.
- 18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 19.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.
- 19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 19.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 19.4. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.
- 19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 19.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 19.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço <https://www.licitasantaluziam.ma.com.br/> e vincularão os participantes e a Administração.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.2. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 20.2.1. A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.
- 20.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 20.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.
- 20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.
- 20.5. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.
- 20.6. As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 20.8. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:
- 20.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 20.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 20.8.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, será priorizado de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

- 20.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 20.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.
- 20.11. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
- 20.12. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.
- 20.13. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia - MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 20.14. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios <https://www.licitasantaluziamma.com.br/> e www.transparencia.santaluzia.ma.gov.br.
- 20.15. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

21. ANEXOS

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Minuta do Termo de Contrato

Santa Luzia – MA, 08 de setembro de 2025.

Herik James Silva Ramos
Secretário Municipal de Saúde
Portaria: 006/2025

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante neste termo.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	Serviço	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	Serviço	65,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 65,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	Serviço	100,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	Serviço	100,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCIOM	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	Serviço	45,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 45,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	Serviço	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	Serviço	3,00	Sigiloso	Sigiloso

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 3,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
20	MANUTENÇÃO CENTRÍFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	Serviço	25,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
23	MANUTENÇÃO CADIORSOR - COMEM	Serviço	15,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 15,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	Serviço	24,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 24,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	Serviço	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSINATURA

SANTA LUZIA

	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	Serviço	10,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	Serviço	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	Serviço	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	Serviço	9,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 9,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	Serviço	15,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 15,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	Serviço	18,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 18,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
40	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	Serviço	12,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 12,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
41	KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	KIT	60,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
42	CANETA ULTRASONICA	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	BOBINA SELENOIDE DE ALIVIO	UND	150,00	Sigiloso	Sigiloso
48	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 150,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
49	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	UND	70,00	Sigiloso	Sigiloso
50	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 70,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLOGICO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
51	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
52	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
53	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	100,00	Sigiloso	Sigiloso
54	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
55	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLOGICO	UND	100,00	Sigiloso	Sigiloso
56	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 100,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
57	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	UND	60,00	Sigiloso	Sigiloso
58	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 60,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLOGICA	UND	30,00	Sigiloso	Sigiloso
59	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	SEPARADOR DE DETRITOS	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
60	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
61	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
62	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 10mm - 1mt	UND	200,00	Sigiloso	Sigiloso
63	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 200,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt	UND	25,00	Sigiloso	Sigiloso
64	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	UND	10,00	Sigiloso	Sigiloso
65	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 10,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
67	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	UND	8,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 8,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	UND	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 21L	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
71	MONOMETRO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
72	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	UND	80,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 80,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
74	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	UND	50,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 50,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	UND	20,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
77	PLACA PARA INALADOR	UND	40,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
78	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 35,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
79	VALVULA DE PONTAS	UND	35,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 35,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	UND	30,00	Sigiloso	Sigiloso
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				
	Fundo Municipal de Saúde Quantidade: 30,00 Valor Total R\$ Sigiloso				
	Valor Total				Sigiloso

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Contratar uma empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares e odontológicos, com fornecimento de peças, oferece diversos benefícios essenciais para atender às necessidades da Secretaria de Saúde de Santa Luzia – MA. Entre as principais razões estão:

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Garantia de Qualidade e Segurança: Empresas especializadas possuem profissionais treinados e certificações que garantem a manutenção adequada, aumentando a segurança dos pacientes e a eficiência dos equipamentos.

Prevenção de Paradas e Interrupções: A manutenção preventiva regular reduz o risco de falhas inesperadas, evitando interrupções nos serviços de saúde e garantindo assistência contínua à população.

Economia de Custos a Longo Prazo: A manutenção preventiva preserva a integridade dos equipamentos, prolongando sua vida útil e evitando despesas elevadas com reparos emergenciais ou substituições precoces.

Conformidade com Normas e Regulamentações: Empresas qualificadas asseguram que os procedimentos estejam em conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes, evitando penalidades e problemas legais.

Acesso a Peças de Reposição Genuínas ou Primeira Linha: O fornecimento de peças originais ou primeira linha garante a compatibilidade, segurança e durabilidade dos equipamentos, além de facilitar o rápido retorno à operação do equipamento.

Foco na Gestão de Saúde Pública: Ao terceirizar essa manutenção, a Secretaria de Saúde pode concentrar-se na gestão e prestação de serviços à comunidade, deixando a responsabilidade técnica para especialistas.

Acompanhamento e Relatórios Técnicos: Empresas especializadas fornecem relatórios de manutenção, facilitando o controle, auditoria e tomada de decisão eficiente.

Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada contribui para a melhoria contínua da infraestrutura de saúde, proporcionando segurança, confiabilidade e eficiência no atendimento à população de Santa Luzia – MA

3.2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 3.2.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.3.1. A utilização de sistema de registro de preços, por se tratar de contratação de itens que a demanda pode sofrer variações que dificultam sua precisão. Logo, há necessidade de contratação permanente; aquisição de serviços com previsão de execução parcelada, e pela natureza do objeto, não foi possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.4. VALOR SIGILOSO

- 3.4.1. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...” Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da execução, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória. Além disso, nesse mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Dessa forma, nas situações descritas anteriormente, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (Interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa.

A licitação do tipo menor preço com valor sigiloso foi adotado por uma série de razões práticas e legais. O valor sigiloso, nesse caso, busca proteger a competitividade do processo licitatório, de modo a evitar a combinação de preços, se o valor da licitação for revelado de antemão, pode ocorrer uma combinação de preços entre os fornecedores, o que prejudicaria a competição e levaria a um valor final mais alto do que o que se quer. O sigilo pode ajudar a impedir que os licitantes se alinhem para estabelecer um preço mais alto do que o competitivo.

- 3.5. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DA VISTORIA

- 7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00hrs horas às 18:00hrs.
- 7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 7.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 8.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá, conforme o caso:
- 11.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;
 - 11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.
 - 11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;
 - 11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no **ÂMBITO LOCAL** ou **REGIONAL**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.
 - 12.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 12.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO** na modalidade **[PREGÃO ELETRÔNICO]** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de execução

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 268

ASSINATURA

13.2. O serviço objeto será CONTINUADO.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.
- 14.3. Como critério para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração para o item.
- 14.4. Nos descontos maiores ou iguais à 25% sobre o valor máximo aceitável de cada item, deverá apresentar a planilha de composição de custos unitários acompanhado das notas fiscais de entrada junto a proposta readequada, sob pena de desclassificação da proposta.
- 14.5. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante de menor preço, por meio de diligência, após o encerramento do envio de lances, para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 14.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se a composição de custos unitários acompanhado das notas fiscais de entrada, catálogos, folhetos, certificados de garantia, contratos, manuais de instruções, fichas técnicas, laudos técnicos.
 - 14.5.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que o preço final não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo). Ou seja, não comprovou através de documentos idôneos que seu preço ofertado é viável para o perfeito fornecimento/execução.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
 - 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 15.1.9. Os Atos Constitutivos acima descritos, deverão estar acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva e da Certidão Específica e Simplificada da Junta Comercial, conforme a Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital/Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. Para verificação de eventuais alterações, no intuito de certificação dos respectivos atos de arquivamento na Junta Comercial.
- 15.2. A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.2.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.
- 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDEASSINATURA
SANTA LUZIA

- 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Balanco Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

$$\text{Índice de Liquidez Geral } (\geq 1,00):$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 15.4. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- 15.4.2. **Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou serviços compatíveis com o objeto deste Pregão. Os atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado deverão ser impressos em papel timbrado constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretor(es), administrador(es), procurador(es), gerente(s) ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;**
- 15.4.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão comprovar que a empresa, executou, satisfatoriamente, objeto compatível com o da presente licitação, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto licitado e o executado pela licitante.
- 15.4.2.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 15.4.2.3 Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- 15.4.2.4 Os atestados ou certidões que não possuírem as informações mínimas para a sua análise poderão ser objeto de diligência.
- 15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 15.6. Os documentos que não possuírem prazo de validade expresse em seu corpo, só serão aceitos aqueles emitidos em até 30 (trinta) dias da data estabelecida para a licitação. Sujeito a inabilitação.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de Execução**

- 16.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 16.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;
 - 16.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
 - 16.1.2.1. As marcas dos equipamentos que integram o presente Termo, estão relacionados na especificação dos itens e compreendem os aparelhos da Unidade Requisitante atualmente. Todavia, essa listagem poderá ser alterada durante a vigência do contrato, sendo acrescentado a ela novos aparelhos, ou suprimidos aqueles que tornarem-se obsoletos ou inutilizáveis.
 - 16.1.2.2. O fornecimento de peças para a manutenção corretiva dos equipamentos, se for o caso, poderá englobar peças/materiais não especificados neste Termo.
 - 16.1.2.3. A aprovação para despesas com fornecimento de peças e materiais para manutenção corretiva do equipamento está condicionada à apresentação pela Contratada:
 - 16.1.2.4. Do relatório com o descritivo dos procedimentos necessários à manutenção do item;
 - 16.1.2.5. Especificação da(s) peça(s) e/ou materiais necessários e;
 - 16.1.2.6. As documentações acima deverão ser apresentadas acompanhadas de, no mínimo, 2 (dois) orçamentos comparativos, os quais serão submetidos à análise do departamento de compras.
 - 16.1.2.7. Caso os valores apresentados pela contratada se mostrarem desvantajosos, poderá a Administração recusá-los, e fornecer as peças necessárias para a contratada realizar apenas com a manutenção.
 - 16.1.2.8. As ferramentas e insumos básicos rotineiros e de valor írisório, como parafusos, colas, fitas isolantes, entre outros, estão inclusos no valor mensal da prestação de serviço.
 - 16.1.2.9. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 16.1.2.10. Início da execução do objeto:
 - 16.1.2.11. Manutenção preventiva: Semanalmente, após a assinatura do contrato.
 - 16.1.2.12. Manutenção corretiva: 02 dias após a ordem de serviço.
 - 16.1.2.13. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os insumos necessários, como a revisão, a limpeza, os testes, a recarga, a calibração, a lubrificação e a conservação dos equipamentos.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 16.1.2.14. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer equipamentos, aparelhos e ferramentas que se fizerem necessários a perfeita execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.
- 16.1.2.15. A Contratada deverá manter os instrumentos e as ferramentas utilizadas para a execução dos serviços em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados a produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 16.1.2.16. A Contratada deve garantir que os instrumentos e as ferramentas utilizadas para a execução dos serviços sejam de boa qualidade, ou seja, de primeira linha.
- 16.1.2.17. Todos os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.
- 16.1.2.18. A Contratada é responsável pela destinação e descarte de peças ou equipamentos que forem substituídos, desde que não sejam itens com tombamento (patrimônio), obedecendo a normas e legislação ambiental vigentes, o qual ocorrerá por solicitação da Fiscalização e mediante autorização expressa desta. Para bens patrimoniados, o descarte será de responsabilidade da Contratante.
- 16.1.2.19. Contratante reserva-se no direito de adquirir peças/materiais de outros fornecedores, com recursos próprios quando necessário e/ou vantajoso para a Prefeitura Municipal, caso exista Sistema Registro de Preço (SRP)/Contrato distinto vigente.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

- 16.2. Os serviços serão prestados no Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde, na sede ou no interior em horários de funcionamento do órgão.

Materiais a serem disponibilizados

- 16.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 16.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 17.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 17.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período vigência do contrato.
- 17.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 17.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 17.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
 - 17.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 17.10.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 17.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 17.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
 - 17.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

prorrogação

contratual.

Fiscalização Administrativa

- 17.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 17.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 17.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, Informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos Indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Luzia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 247

ASSINATURA

SANTA LUZIA
MARANHÃO

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou Instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 20.2.1. o prazo de validade;
 - 20.2.2. a data da emissão;
 - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 20.2.5. o valor a pagar; e
 - 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDEPREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 249

ASSINATURA

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025**

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$ ____ (POR EXTENSO)					

2. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...

CNPJ: ...

ENDEREÇO: ...

TELEFONE: ...

FAX: ...

E-MAIL: ...

3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO

NOME: ...

CPF: ...

RG: ...

NACIONALIDADE: ...

ESTADO CIVIL: ...

PROFISSÃO: ...

ENDEREÇO COMPLETO: ...

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...**5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...**

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa

(Nº da identidade do declarante)

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/_____/_____

LEI 14.133/2021

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 280
ASSINATURA _____



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 041/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 112/2025



OBJETO

contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 0,00 (valor por extenso)



VIGÊNCIAS

INICIAL: ____ de ____ de ____

FINAL: ____ de ____ de ____



ÓRGÃO GERENCIADOR

Fundo Municipal de Saúde

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)



DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____

Logradouro____, Número____, Bairro____, Cidade____, Estado____

Nome Responsavel Contratado____, CPF nº ____-____-____

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Prefeitura Municipal de Santa Luzia – MA, através da Unidade Gerenciadora _____, inscrita no CNPJ nº _____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico N°{numero_processo_contratacao}, que tem como objeto _____, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do Termo de Referência/Projeto Básico do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 281

SANTA LUZIA
MARANHÃO

estabelecidas, constituindo-se esta ATA em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, especificado no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 041/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio Instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 – Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1 – Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.

2.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5 – O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



2.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9 – Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10 – A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no Item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 273

SIGNATURA

SANTA LUZIA
Cidade do Amanhã

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do Inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 6.4.1 – Por razão de interesse público;
- 6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Santa Luzia - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDEPREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 286

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do Instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Santa Luzia – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº 041/2025, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS ITENS

Santa Luzia – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº _____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____



OBJETO CONTRATUAL

.....



VALOR CONTRATUAL
R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº ____/____/____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº ____-____-____



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ____-____-____



FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Razão Social Contratante... – UF.., através da Unidade Admsintrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº ____/____/____-____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência/Projeto Básico e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total						R\$

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este Instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____ na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, Independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantagem da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência/Projeto Básico,

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



anexo

a

este

Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O CONTRATADO deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste Instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Luzia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE:
CLASSIFICAÇÃO:
NATUREZA DA DESPESA:
FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência/Projeto Básico, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
- 10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
- 10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa de:**

- i) **Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;**
- ii) **Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.**
 - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.**
- iv) **Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.**

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, parte integrante a este Contrato.

EDITALPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Luzia – MA, ____ de ____ de ____

ASSINATURAS**PELA CONTRATANTE****PELA CONTRATADA****TESTEMUNHAS**

NOME:

NOME:

São Luís, quarta-feira, 10 de setembro de 2025

SEMIFINAIS

Com acesso garantido, Macão espera o Santa

O Demolidor de Cartazes agora vai enfrentar o Tricolor do Arruda e já se prepara para mais um desafio. A intenção é chegar à final e conquistar o título máximo da Série D

NERES PINTO

Depois da vitória sobre o ASA, em Arapiraca-AL, por 3 a 0, no último sábado, placar que garantiu o acesso à Série C do Campeonato Brasileiro em 2026, o Maranhão voltou ommem à tarde às suas atividades no Parque Valeiro Monteiro. O Demolidor de Cartazes agora vai encarar o Santa Cruz PE, que também garantiu a vaga nas semifinais após o empate por 1 a 1 com o América-RN, em Natal. Até o início da tarde de ontem a CBF ainda não havia respondido a solicitação da diretoria alciniana para que o primeiro jogo seja disputado no domingo, às 16h, no Castelão. A justificativa é que devido às comemorações, os atletas ficaram com pouco tempo para os treinamentos.

A grande banca do Quadrangular foi o zagueiro Iulio Naveirante, que deixou o campo lesionado e chegou com suspeita de fratura no pé direito. Caso



MARANHÃO COMEMORA O ACESSO À SÉRIE C DO BRASILEIRO

ele não tenha condições de atuar. Fernando deverá ocupar a posição.

O clima foi de muita festa por parte dos torcedores, que compareceram em grande número ao aeroporto de São Luís na manhã do domingo (7) para receber os jogadores pelo feito

inedito. Uniformizados, exibindo faixas e cartazes, eles cantaram o hino oficial do clube, cumprimentaram os atletas e fizeram muitas selfies. Todos foram bastante cumprimentados, principalmente o goleiro Jean, o meia Vagabundo e o atacante Ryan.

Conheça a trajetória do atacante Ryan

Autor de dois gols decisivos para o acesso do Maranhão à Série C, do Campeonato Brasileiro, o atacante Ryan, apesar de ter apenas 24 anos, é um atleta que já defendeu sete equipes profissionais. Sua consagração, porém, chegou agora, vestindo as cores alcinianas. Em entrevista ao O IMPARCIAL, ontem (9), ele falou um pouco de sua história. "Sou do interior de São Paulo (Itapirapava), cidade de 40 mil habitantes, fiz minha base no Botafogo do Ito, depois fui para os Estados Unidos, e voltando de lá fui para o IAPF, onde fiz um Estadual, depois Moto, Athletic na Série C e agora no Maranhão". O site especial o gol.com faz ainda das passagens de Ryan pela Revolution (EUA), Nacional de São Paulo e Itapetininga, de Capão Bonito-SP, onde teve seu primeiro contrato.

Apesar de hoje ser um dos principais destaques do time alciniano, Ryan afirma que, por enquanto, ainda não apareceu nenhuma proposta oficial visando sua transferência. "Agora não chegou nada para mim. Deixo esse assunto para os meus empresários". Sobre seu atual momento no Maranhão, o atacante alciniano enfatizou: "Este é um ano bastante gratificante para mim. Primeiro o Estadual, depois o acesso, nada melhor do que coroar com mais um título", ou seja, ele já está de olho na conquista da Série D. Ryan também afirmou que realmente levou muito o acesso, mas agora está focado mesmo é no Santa Cruz, próximo adversário do MAC. "Dei uma olhadinha no jogo deles contra o América de Natal, sei que o lateral deis e o Natin", resumiu,

evitando maiores comentários sobre a equipe pernambucana.

Maranhenses

Serem um do talento de Ryan os maranhenses Jean (goleiro), Kevin (zagueiro), Vagabundo (meia), Rafael Teixeira (atacante), André Radjia (lateral-esquerdo), e Christian (atacante), revelados na Maubia, Cidade Olímpica, Coroadinho, Tuntum e Turiaçu. Foram seis titulares, mas no banco de reservas há muitos atletas maranhenses, entre os quais, Jorge, Capote, Raulson, Fernando e Mikeas. O técnico Marinho Gervasio também é maranhense de São Luís e conquistou seu segundo acesso no Brasileiro. O primeiro foi pelo Imperatriz em 2018. Também foi auxiliar de Scarpino no acesso à Série C, de 2016.

EDITAL Nº 001/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2025. PROCESSO ADM. Nº 001/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 001/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

EDITAL Nº 002/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2025. PROCESSO ADM. Nº 002/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 002/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

EDITAL Nº 003/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 003/2025. PROCESSO ADM. Nº 003/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 003/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

EDITAL Nº 004/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2025. PROCESSO ADM. Nº 004/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 004/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

EDITAL Nº 005/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 005/2025. PROCESSO ADM. Nº 005/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 005/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

FL Imobiliária S.A
CNPJ nº 02.000.000/0001-00
A FL Imobiliária S.A inscrita no CNPJ nº 02.000.000/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 006/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 007/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 007/2025. PROCESSO ADM. Nº 007/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 007/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 008/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 008/2025. PROCESSO ADM. Nº 008/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 008/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 009/2025. PROCESSO ADM. Nº 009/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 009/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 010/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 010/2025. PROCESSO ADM. Nº 010/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 010/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 011/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 011/2025. PROCESSO ADM. Nº 011/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 011/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 012/2025
CABANA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 012/2025. PROCESSO ADM. Nº 012/2025. A Prefeitura Municipal de Carolina-MA, inscrita no CNPJ nº 08.948.388/0001-00, torna público para conhecimento dos interessados que, no âmbito do processo de licitação, há interesse em contratar o fornecimento de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, sob a forma de prestação de serviços, para o período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, conforme especificações contidas no Edital nº 012/2025, disponível no site eletrônico de licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA, no endereço eletrônico: www.carolina.ma.gov.br.



Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

SRP N.º 041/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 041/2025. PROCESSO ADM. Nº 112/2025. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, CNPJ: 06.191.001/0001-47, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 24 de setembro de 2025, às 09:00hs (nove) horas, Licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, objetivando o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I – Tremo de Referência, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET através do site <https://www.licitasantaluziama.com.br/>.

Com fundamentação na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://www.licitasantaluziama.com.br/>; ou Portal da Transparência do Município ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Santa Luzia/MA, Herik James Silva Ramos, Secretário Municipal de Saúde.

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 998

Assinatura

Publicado por: Herik James Silva Ramos

Código identificador: 6hwr04sanmb20251013081024



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR
NEWTON BELLO - MA**

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 036/2025. ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NEWTON BELLO, AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 036/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2025. A Prefeitura Municipal de Governador Newton Bello - MA, por seu Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Gestão, torna público para conhecimento de todos que realizará licitação na MODALIDADE: Pregão Eletrônico. TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para pavimentação de vias públicas em blocos intertravados de concreto com guias de meio fio e sarjetas na sede e zona rural do Município de Governador Newton Bello-MA. Código UASG: 980166, no CRITÉRIO DE JULGAMENTO: "Por Item", BASE LEGAL: Pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e as condições do Edital, que anteriormente designada para ocorrer no dia 18/09/2025 às 9:00 horas (nove horas) horário de Brasília - DF, será ADIADA para o dia 25/09/2025 às 9:00 horas (nove horas) horário de Brasília - DF. O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da prefeitura (<https://www.governadornewtonbello.ma.gov.br/>), e COMPRAS GOV (www.gov.br/compras). Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados no Departamento de Licitações, no horário de expediente ou pelo COMPRAS GOV (www.gov.br/compras). Gov. Newton Bello MA, 05 de setembro de 2025, Eldamir Gomes da Silva, Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Gestão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA

AVISO DE SUSPENSÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - CPL. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Imperatriz - MA comunica, que em atendimento ao OFÍCIO Nº 1079/2025 - SEFAZGO/GAB, por ordem do Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária, Sr. Rafael Silva Lucena, docente de SUSPENDER o Pregão Eletrônico Nº 013/2025 - CPL, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no licenciamento do uso de Programas ou Sistemas para a Administração Pública Municipal, abrangendo o treinamento dos técnicos municipais para a execução dos seguintes serviços: Portal da Transparência, Sistema Integrado de Compras, Sistema Integrado de Patrimônio, Sistema Integrado de Pessoal, Sistema Integrado de Contabilidade, Sistema Integrado Financeiro, Sistema Integrado de Secretaria, Servidor em Nuvem com suporte técnico, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Orçamentária (SEFAZGO) do Município de Imperatriz/MA. Após análise foram identificados pontos que necessitam de ajustes e complementações no Termo de Referência e em dispositivos do edital. Reforçamos que tal medida tem como objetivo resguardar a legalidade e a regularidade do processo licitatório, garantindo maior segurança jurídica e eficiência na contratação. Christiane Fernandes Silva - Pregoeira.

AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 - SRP - CPL. A Comissão Permanente de Licitação de Imperatriz - MA, torna público o Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 - SRP - CPL. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores, serviços de manutenção, recarga e fornecimento de demais equipamentos de identificação, para uso em edificações públicas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA.

ABERTURA: 29 de setembro de 2025 às 09:00h (nove horas). **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço Por Item. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, no horário das 08h às 14h, na Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na Rua Urbano Santos, nº 1657, Bairro Juçara, Imperatriz (MA) para consulta gratuita, podendo ser obtido através do site www.imperatriz.ma.gov.br/licitacoes e www.gov.br/compras, ou mediante pagamento no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM (emitido pela Secretária de Planejamento, Fazenda e Gestão Orçamentária). Christiane Fernandes Silva - Pregoeira.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 - SRP - CPL. A Comissão Permanente de Licitação torna público aos interessados que em sessão realizada, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 - SRP - CPL tendo como OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de desentupimento, limpeza e esgotamento de fossas e esgotos para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA. Foi declarada vencedora do certame a empresa: VERSATIL LTDA. Christiane Fernandes Silva - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 041/2025. PROCESSO ADM. Nº 112/2025. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, CNPJ: 06.191.001/0001-47, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 24 de setembro de 2025, às 09:00hs (nove) horas, Licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, objetivando o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia - MA, conforme detalhamentos constantes no Anexo I - Trecho de Referência, em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do site <https://www.licitasantaluziam.com.br/>. Com fundamentação na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados por intermédio de sistema eletrônico, qual seja <https://www.licitasantaluziam.com.br/> ou Portal da Transparência do Município ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Santa Luzia/MA, Herik James Silva Ramos. Secretário Municipal de Saúde.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO
MARANHÃO**

AVISOS DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025 - O Município de São Mateus do Maranhão - MA, torna público aos interessados que, com base nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, fará realizar às 08h:00min (horário de Brasília) do dia 23 de setembro de 2025, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 023/2025, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, visando atender as demandas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA. A sessão pública acontecerá pelo site: <http://www.licitasaomateus.com.br>. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitasaomateus.com.br, <https://www.saomateus.ma.gov.br/>, através do e-mail: cplsaomateus2021@gmail.com, através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Públicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA), no Portal Nacional de Contratações Públicas - <https://pncp.gov.br/app/edital> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão

 > Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

Editais

[Acessar Contratação](#)

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 300
[Assinatura]
SIGNATURA

Última atualização 14/09/2025

Local: Santa Luzia/MA Órgão: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA Unidade compradora: 1977 - Fundo Municipal de Saúde

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Sim Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 14/09/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 10/09/2025 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 24/09/2025 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06191001000147-1-000169/2025 Fonte: STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia - MA

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

SIGILOSO

Itens Arquivos Histórico

Nome :

Data :

Tipo :

28 - Edital SPP-PF 041/2025 (MANUT. EQUIPAMENTOS HOSP)

14/09/2025

Edital

Exibir

5

11 de 1 itens

Página

1

<

>


[Voltar](#)



O Edital nº 041/2025 foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e está disponível para acesso público. A divulgação do Edital tem por objetivo permitir a participação de interessados no processo de contratação pública, conforme disposto no art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021.

O Edital nº 041/2025 foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e está disponível para acesso público. A divulgação do Edital tem por objetivo permitir a participação de interessados no processo de contratação pública, conforme disposto no art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021.


O Edital nº 041/2025 foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e está disponível para acesso público. A divulgação do Edital tem por objetivo permitir a participação de interessados no processo de contratação pública, conforme disposto no art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021.

Este documento é uma cópia eletrônica do documento original, assinado digitalmente, e pode ser utilizado para fins de comprovação e controle de gestão. A validade jurídica deste documento é garantida pela Lei nº 11.127/2021 e pela Lei nº 14.186/2021, que instituem o uso de assinaturas digitais em documentos eletrônicos.

 portal@pncp.gov.br

 0800 3030303

AGRADECIMENTOS AOS PARCEIROS

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 307

ASSINATURA

1. [Página 1 de 1](#) | 2. [Página 2 de 2](#) | 3. [Página 3 de 3](#) | 4. [Página 4 de 4](#) | 5. [Página 5 de 5](#)

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 302

ASSINATURA

PROPOSTAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	Serviço	25	R\$ 400,00	R\$ 10.000,00
16	MANUTENÇÃO DE MAQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	Serviço	300	R\$ 420,00	R\$ 12.600,00
57	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	Dentmed	200	R\$ 46,76	R\$ 9.352,00
60	SEPARADOR DE DETRITOS	UND	Dentmed	80	R\$ 47,00	R\$ 3.760,00
67	CABO DE ALTA TENÇÃO PARA AMPOLA DO RAO X	UND	ALT	8	R\$ 94,00	R\$ 752,00
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	UND	Axmed	20	R\$ 483,00	R\$ 9.660,00
77	PLACA PARA INALADOR	UND	Star	40	R\$ 170,00	R\$ 6.800,00
VALOR TOTAL						R\$ 52.924,00

2. PROPONENTE:

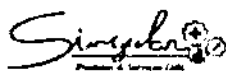
RAZÃO SOCIAL: SINGULAR PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 23.056.804/0001-08
ENDEREÇO: RUA 46, QD. 64, CASA 02 - BEQUIMÃO - SÃO LUÍS - MA
TELEFONE: (98) 3223-3933
E-MAIL: COMERCIAL@SINGULARPSL.COM

3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO

NOME: YNAÊ MARIA CORTEZ PEREIRA
CPF: 000.525.267-98
RG: 08003974-6 DETRAN/RJ
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
ESTADO CIVIL: DIVORCIADA
PROFISSÃO: SÓCIA-ADMINISTRADORA
E-MAIL: ynaepereira@singularpsl.com

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) DIAS**5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: Banco do Brasil-001. Agência: 3650-1. C/Corrente: 64.192-8**

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos



para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

São Luís/MA, 24 de setembro de 2025.

SINGULAR PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA
YNAÊ MARIA CORTEZ PEREIRA
Representante Legal
RG 08003974-6 DETRAN/RJ

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 304
ASSINATURA

PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025
PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 305
ASSINATURA

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	Serviço	serviço	80	R\$ 374,00	R\$ 29.920,00
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	Serviço	serviço	65	R\$ 248,20	R\$ 16.133,00
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	Serviço	serviço	50	R\$ 350,20	R\$ 17.510,00
4	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - KAVO	Serviço	serviço	100	R\$ 95,20	R\$ 9.520,00
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	Serviço	serviço	100	R\$ 105,06	R\$ 10.506,00
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	Serviço	serviço	50	R\$ 374,00	R\$ 18.700,00
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	Serviço	serviço	45	R\$ 275,40	R\$ 12.393,00
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	Serviço	serviço	50	R\$ 272,00	R\$ 13.600,00
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	Serviço	serviço	30	R\$ 227,80	R\$ 6.834,00
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	Serviço	serviço	30	R\$ 136,00	R\$ 4.080,00
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	Serviço	serviço	3	R\$ 238,00	R\$ 714,00
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	Serviço	serviço	12	R\$ 108,80	R\$ 1.305,60
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	Serviço	serviço	25	R\$ 295,12	R\$ 7.378,00
14	MANUTENÇÃO DO FOCO CIRÚRGICO DE TETO - IMPROMED	Serviço	serviço	25	R\$ 623,90	R\$ 15.597,50
15	MANUTENÇÃO PROCESSADORA DE RAIOS-X - CR	Serviço	serviço	30	R\$ 622,20	R\$ 18.666,00
16	MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	serviço	30	R\$ 622,20	R\$ 18.666,00
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	Serviço	serviço	20	R\$ 435,20	R\$ 8.704,00
18	MANUTENÇÃO DE DETECTOR HOSPITALAR - IMPROMED	Serviço	serviço	20	R\$ 111,18	R\$ 2.223,60
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	Serviço	serviço	30	R\$ 221,00	R\$ 6.630,00

E R DE SOUZA FILHO – ME – CNPJ 23.448.721/0001-64

- Rua D.Prdo II box16 – anexo: Praça José ferreira Leite 109 , centro

Santa Luzia MA – CEP 65 390-000 – contato 98 98473 – 3864 – e-mail odontomais112016@gmail.com



Odontomais

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 306

ASSINATURA

MANUTENÇÃO E VENDA DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS – ODONTOLÓGICO E HOSPITALAR

20	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	Serviço	serviço	20	R\$ 629,00	R\$ 12.580,00
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	Serviço	serviço	25	R\$ 414,80	R\$ 10.370,00
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	Serviço	serviço	10	R\$ 555,90	R\$ 5.559,00
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	Serviço	serviço	15	R\$ 318,92	R\$ 4.783,80
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	Serviço	serviço	20	R\$ 417,52	R\$ 8.350,40
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	Serviço	serviço	20	R\$ 496,40	R\$ 9.928,00
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	Serviço	serviço	20	R\$ 407,32	R\$ 8.146,40
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	Serviço	serviço	24	R\$ 318,92	R\$ 7.654,08
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	Serviço	serviço	10	R\$ 418,20	R\$ 4.182,00
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	Serviço	serviço	30	R\$ 261,80	R\$ 7.854,00
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	Serviço	serviço	12	R\$ 213,52	R\$ 2.562,24
31	MANUTENÇÃO GRUPO GERADOR COMPLETO - MWM	Serviço	serviço	10	R\$ 602,71	R\$ 6.027,10
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	Serviço	serviço	40	R\$ 300,90	R\$ 12.036,00
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	Serviço	serviço	20	R\$ 311,10	R\$ 6.222,00
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	Serviço	serviço	20	R\$ 491,53	R\$ 9.830,60
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	Serviço	serviço	12	R\$ 495,38	R\$ 5.944,56
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	Serviço	serviço	12	R\$ 516,80	R\$ 6.201,60
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	Serviço	serviço	9	R\$ 307,70	R\$ 2.769,30
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	Serviço	serviço	15	R\$ 397,00	R\$ 5.955,00
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	Serviço	serviço	18	R\$ 132,71	R\$ 2.388,78
40	MANUTENÇÃO DE HEMOGENIZADOR - INBRAS	Serviço	serviço	12	R\$ 139,40	R\$ 1.672,80
41	KIT - ANEL PISTÃO CAMISA JUNTAS COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	KIT	Cristofoli	60	R\$ 401,20	R\$ 24.072,00
42	CANETA ULTRASONICA	UND	Schuster	40	R\$ 698,70	R\$ 27.948,00
43	FILTRO DE AR PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COMPLETO	UND	Schuster	80	R\$ 74,80	R\$ 5.984,00
44	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 60L	UND	Stermax	40	R\$ 292,40	R\$ 11.696,00
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	UND	ALT	50	R\$ 334,22	R\$ 16.711,00
46	ROLAMENTO PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	UND	SKF	80	R\$ 73,06	R\$ 5.844,80
47	VALVULA SELENOIDE DE ALVIO COMPLETA	UND	Schuster	50	R\$ 326,40	R\$ 16.320,00
48	BOBINA SELENOIDE DE ALVIO	UND	Schuster	150	R\$ 119,34	R\$ 17.901,00
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	UND	Stermax	60	R\$ 819,40	R\$ 49.164,00
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	UND	Stermax	70	R\$ 244,12	R\$ 17.088,40

E R DE SOUZA FILHO – ME – CNPJ 23.448.721/0001-64

- Rua D. Prdrio II box16 – anexo: Praça José ferreira Leite 109 , centro

Santa Luzia MA – CEP 65 390-000 – contato 98 98473 – 3864 – e-mail odontomais112016@gmail.com



Odontomais

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 304

MANUTENÇÃO E VENDA DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS – ODONTOLÓGICO E HOSPITALAR

51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLÓGICO	UND	Dentermed	80	R\$ 230,86	R\$ 18.468,80
52	PINO TOMADA TRIPOLAR 10A	UND	Tramontina	60	R\$ 11,56	R\$ 693,60
53	PINO TOMADA TRIPOLAR 20A	UND	Tramontina	60	R\$ 13,94	R\$ 836,40
54	FILTRO PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	Cristofoli	100	R\$ 66,98	R\$ 6.698,00
55	RESISTENCIA PARA DESTILADORA CRISTOFOLI	UND	Cristofoli	60	R\$ 414,80	R\$ 24.888,00
56	LÂMPADA ALOGENIA PARA FOCO ODONTOLÓGICO	UND	Osran	100	R\$ 52,02	R\$ 5.202,00
57	MANGUEIRA TRIPLA 1,5mts	UND	3M	200	R\$ 69,36	R\$ 13.872,00
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLÓGICA	UND	Megatron	60	R\$ 384,20	R\$ 23.052,00
59	PLACA DE COMANDO CADEIRA ODONTOLÓGICA	UND	Dabi	30	R\$ 948,60	R\$ 28.458,00
60	SEPARADOR DE DETRITOS	UND	Gnatus	80	R\$ 92,82	R\$ 7.425,60
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	UND	3M	200	R\$ 48,62	R\$ 9.724,00
62	MANGUEIRA DUPLA PEDAL DE AR 1mt	UND	3M	200	R\$ 32,30	R\$ 6.460,00
63	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 10mm - 1mt	UND	3M	200	R\$ 11,22	R\$ 2.244,00
64	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 6mm - 1mt	UND	3M	25	R\$ 8,03	R\$ 200,75
65	AMPOLA DE RAO X ODONTOLÓGICO	UND	X Dente	10	R\$ 7.072,00	R\$ 70.720,00
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	UND	Socimed	40	R\$ 1.043,80	R\$ 41.752,00
67	CABO DE ALTA TENSÃO PARA AMPOLA DO RAO X	UND	WLG	8	R\$ 1.710,20	R\$ 13.681,60
68	PLACA MÃE PARA MONITOR CARDIACO	UND	Ultravox	20	R\$ 1.108,40	R\$ 22.168,00
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 21L	UND	Stermax	50	R\$ 210,46	R\$ 10.523,00
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	UND	Cristofoli	50	R\$ 172,72	R\$ 8.636,00
71	MONOMETRO	UND	WEG	80	R\$ 54,40	R\$ 4.352,00
72	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES	UND	WEG	80	R\$ 139,40	R\$ 11.152,00
73	REGULADOR DE PRESSÃO COM SEPARADOR DE AGUA E OLEO	UND	WEG	80	R\$ 188,02	R\$ 15.041,60
74	TECLADO PARA MONITOR CARDIACO	UND	WEG	40	R\$ 301,92	R\$ 12.076,80
75	PRESOSTATO PARA COMPRESSOR	UND	Schuster	50	R\$ 346,46	R\$ 17.323,00
76	VALVULA REGULADORA COM FLUXIMETRO	UND	Megatron	20	R\$ 904,40	R\$ 18.088,00
77	PLACA PARA INALADOR	UND	Nervone	40	R\$ 322,32	R\$ 12.892,80
78	VALVULA DE PONTAS	UND	Gnatus	35	R\$ 114,92	R\$ 4.022,20
79	VALVULA DE PONTAS	UND	Kavo	35	R\$ 130,22	R\$ 4.557,70
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	UND	Weg	30	R\$ 1.087,66	R\$ 32.629,80
Valor Total						R\$ 1.000.667,21

O valor total da proposta é de R\$ 1.000.667,21 (um milhão, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e um centavos)

E R DE SOUZA FILHO – ME – CNPJ 23.448.721/0001-64

- Rua D. Prdrio II box16 – anexo: Praça José ferreira Leite 109, centro

Santa Luzia MA – CEP 65 390-000 – contato 98 98473 – 3864 – e-mail odontomais112016@gmail.com



Odontomais

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 308

ASSINATURA

MANUTENÇÃO E VENDA DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS – ODONTOLÓGICO E HOSPITALAR

2. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: E R DE SOUZA FILHO

CNPJ: 23.448.721/0001-64

ENDEREÇO: Travessa Dom Pedro II, nº 16, Box 3, Centro, Santa Luzia – MA, CEP 65390-

00

TELEFONE: (98) 8125-0378

E-MAIL: odontomais112016@gmail.com

3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO

NOME: EZEQUIAS RIBEIRO DE SOUZA FILHO

CPF: 323.243.832-68

RG: 985911 SEJUSP MA

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

ESTADO CIVIL: CASADO

PROFISSÃO: EMPRESÁRIO

ENDEREÇO COMPLETO: PRAÇA JOSÉ LEITE FERREIRA, N 109, CENTRO, SANTA LUZIA – MA. CEP 65390-000

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE ACORDO COM O EDITAL

5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: BANCO BRADESCO, AGÊNCIA 1072, CONTA CORRENTE 15.325-7

6. NO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL, DECLAREI, EM CAMPO OBRIGATÓRIO DO SISTEMA, QUE:

☒ (X) MICROEMPRESA

☐ () EMPRESA DE PEQUENO PORTE

☐ () OUTRA

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Santa Luzia – MA, 18 de setembro de 2025.

gub

Documento assinado digitalmente
EZEQUIAS RIBEIRO DE SOUZA FILHO
Data: 23/09/2025 11:49:31 -0'00'
Verifique em: <https://validar.it.gov.br>

E R DE SOUZA FILHO
CNPJ 23.448.721/0001-64
EZEQUIAS RIBEIRO DE SOUZA FILHO
CPF: 323.243.832-68 e RG: 985911 SEJUSP MA

E R DE SOUZA FILHO – ME – CNPJ 23.448.721/0001-64
- Rua D. Pedro II box16 – anexo: Praça José ferreira Leite 109 , centro
Santa Luzia MA – CEP 65 390-000 – contato 98 98473 – 3864 – e-mail odontomais112016@gmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 309

ASSINATURA



CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)

PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

Prezados Senhores, a empresa ODONTOTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.626.067/0001-58, com sede localizada na Rua Padre Cícero, nº 417, Bairro Santa Rita, Imperatriz - MA, por meio de seu representante legal, Gean Carlos Silva Ferreira, portador do RG nº 000075507797 SSP-MA e CPF nº 007.951.813-37, que assina abaixo, propõe à Prefeitura Municipal de SAMBAIBA, MA os preços infra discriminados para a futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA.

- a) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua abertura;
- b) O objeto deverá ser executado IMEDIATAMENTE, a partir do recebimento da "Ordem de Fornecimento" expedida pela Secretaria Municipal;
- c) O valor total da proposta é de R\$ 326.163,50 (trezentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E / OU CONTRATO:

- GEAN CARLOS SILVA FERREIRA, Brasileiro, Solteiro, Empresário, Portador do RG: 000075507797 – SSP-MA e CPF: 007.951.813-37.

DADOS BANCÁRIOS:

- BANCO: SANTANDER - AG: 3611 - CC:13005392-6
- TITULAR: ODONTOTEC COM. E SERV. LTDA - CNPJ: 34.626.067/0001-58

CONDIÇÕES GERAIS:

- A PROPONENTE DECLARA CONHECER OS TERMOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE REGE A PRESENTE LICITAÇÃO

DECLARAÇÕES

Em atendimento às exigências do edital, a ODONTOTEC declara que:

1. Os valores apresentados incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais incidentes necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado.
2. Os preços apresentados permanecem válidos pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.
3. Os produtos/serviços ofertados atendem integralmente às especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
4. A empresa encontra-se em situação regular junto à Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal, FGTS e INSS, comprometendo-se a manter as condições de habilitação durante toda a execução do contrato.



Rua Padre Cícero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.



Whatsapp: (99) 99125-2775



E-mail: gean_odonto@hotmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
 PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
 Nº FL. 510
 ASSINATURA



CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
 (Proc. Adm. Nº 112/2025)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	FABRIC	MODELO	V. UNIT	V TOTAL
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	80	Serviço	serviço	serviço	serviço	240,00	19.200,00
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	65	Serviço	serviço	serviço	serviço	180,00	11.700,00
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	50	Serviço	serviço	serviço	serviço	150,00	7.500,00
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	100	Serviço	serviço	serviço	serviço	76,00	7.600,00
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	50	Serviço	serviço	serviço	serviço	270,00	13.500,00
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	45	Serviço	serviço	serviço	serviço	130,00	5.850,00
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	50	Serviço	serviço	serviço	serviço	90,00	4.500,00
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	30	Serviço	serviço	serviço	serviço	150,00	4.500,00
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	30	Serviço	serviço	serviço	serviço	80,00	2.400,00
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	3	Serviço	serviço	serviço	serviço	174,00	522,00
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	12	Serviço	serviço	serviço	serviço	216,00	2.592,00
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	25	Serviço	serviço	serviço	serviço	420,00	10.500,00
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	315,00	6.300,00
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	30	Serviço	serviço	serviço	serviço	161,00	4.830,00
20	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	460,00	9.200,00
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	25	Serviço	serviço	serviço	serviço	180,00	4.500,00
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	10	Serviço	serviço	serviço	serviço	330,00	3.300,00
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	15	Serviço	serviço	serviço	serviço	233,00	3.495,00
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	305,00	6.100,00
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	363,00	7.260,00
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	170,00	3.400,00
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	24	Serviço	serviço	serviço	serviço	150,00	3.600,00

ESTADO DO MARANHÃO
 PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
 Nº FL 311
 ASSINATURA



CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
 (Proc. Adm. Nº 112/2025)

28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	10	Serviço	serviço	serviço	serviço	306,00	3.060,00
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	30	Serviço	serviço	serviço	serviço	150,00	4.500,00
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	12	Serviço	serviço	serviço	serviço	155,00	1.860,00
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	40	Serviço	serviço	serviço	serviço	95,00	3.800,00
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	130,00	2.600,00
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	124,00	2.480,00
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	12	Serviço	serviço	serviço	serviço	300,00	3.600,00
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	12	Serviço	serviço	serviço	serviço	350,00	4.200,00
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	9	Serviço	serviço	serviço	serviço	225,00	2.025,00
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	15	Serviço	serviço	serviço	serviço	290,00	4.350,00
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	18	Serviço	serviço	serviço	serviço	96,50	1.737,00
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	50	UND	stermax	stermax	stermax	242,00	12.100,00
47	VALVULA SELENOIDE DE ALVIO COMPLETA	50	UND	dentmed	dentmed	dentmed	170,00	8.500,00
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	60	UND	cristofoli	cristofoli	cristofoli	450,00	27.000,00
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	70	UND	cristofoli	cristofoli	cristofoli	180,00	12.600,00
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLÓGICO	80	UND	dabi	dabi	dabi	168,00	13.440,00
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLÓGICA	60	UND	gnatus	gnatus	gnatus	180,00	10.800,00
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	200	UND	dentmed	dentmed	dentmed	35,00	7.000,00
64	MANGUEIRA PU ODONTOLÓGICA 6mm - 1mt	25	UND	dentmed	dentmed	dentmed	6,50	162,50
65	AMPOLA DE RAO X ODONTOLÓGICO	10	UND	procion	procion	procion	2.500,00	25.000,00
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	40	UND	ortosintese	ortosintese	ortosintese	450,00	18.000,00
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	50	UND	cristofoli	cristofoli	cristofoli	60,00	3.000,00
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	50	UND	cristofoli	cristofoli	cristofoli	60,00	3.000,00
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	30	UND	gnatus	gnatus	gnatus	300,00	9.000,00
TOTAL PROPOSTO								326.163,50
Trezentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos.								

Rua Padre Cicero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.
 Whatsapp: (99) 99125 2775 | E-mail: geon_odonto@hotmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 312
[assinatura]
ASSINATURA



CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Imperatriz (MA) – 24 de setembro de 2025.

Gean Carlos da Silva Ferreira

ODONTOTEC COMERCIO E SERVICOS LTDA
GEAN CARLOS SILVA FERREIRA
RG: 000075507797 - SOCIO ADM.

Assinado de forma digital por ODONTOTEC COMERCIO E SERVICOS

LTDA:34626067000158

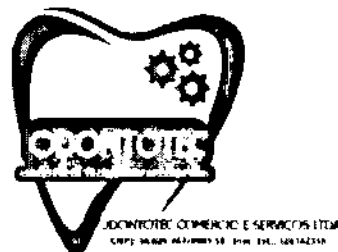
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PJ A1, ou=Videoconferencia,
ou=45452048000179, ou=AC SyngularID Multipla, cn=ODONTOTEC COMERCIO E

SERVICOS LTDA:34626067000158

'Dados: 2025.09.24 11:58:16 -03'00

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)



PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

Prezados Senhores, a empresa ODONTOTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.626.067/0001-58, com sede localizada na Rua Padre Cícero, nº 417, Bairro Santa Rita, Imperatriz - MA, por meio de seu representante legal, Gean Carlos Silva Ferreira, portador do RG nº 000075507797 SSP-MA e CPF nº 007.951.813-37, que assina abaixo, propõe à Prefeitura Municipal de SAMBAIBA, MA os preços infra discriminados para a futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia – MA.

- a) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua abertura;
- b) O objeto deverá ser executado IMEDIATAMENTE, a partir do recebimento da “Ordem de Fornecimento” expedida pela Secretaria Municipal;
- c) O valor total da proposta é de R\$ 326.163,50 (trezentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E / OU CONTRATO:

- **GEAN CARLOS SILVA FERREIRA**, Brasileiro, Solteiro, Empresário, Portador do RG: 000075507797 – SSP-MA e CPF: 007.951.813-37.

DADOS BANCÁRIOS:

- BANCO: SANTANDER - AG: 3611 - CC:13005392-6
- TITULAR: ODONTOTEC COM. E SERV. LTDA - CNPJ: 34.626.067/0001-58

CONDIÇÕES GERAIS:

- A PROPONENTE DECLARA CONHECER OS TERMOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE REGE A PRESENTE LICITAÇÃO

DECLARAÇÕES

Em atendimento às exigências do edital, a ODONTOTEC declara que:

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 313
ASSINATURA

 Rua Padre Cícero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.

 Whatsapp: (99) 99125-2775 |  E-mail: gean_odonto@hotmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)



1. Os valores apresentados incluem **todos os custos diretos e indiretos**, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais incidentes necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado.
2. Os preços apresentados permanecem válidos pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.
3. Os produtos/serviços ofertados atendem integralmente às especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
4. A empresa encontra-se em situação regular junto à Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal, FGTS e INSS, comprometendo-se a manter as condições de habilitação durante toda a execução do contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	FABRIC	MODELO	V. UNIT	V TOTAL
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	80	Serviço	serviço	serviço	serviço	240,00	19.200,00
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	65	Serviço	serviço	serviço	serviço	180,00	11.700,00
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	50	Serviço	serviço	serviço	serviço	150,00	7.500,00
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	100	Serviço	serviço	serviço	serviço	76,00	7.600,00
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	50	Serviço	serviço	serviço	serviço	270,00	13.500,00
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	45	Serviço	serviço	serviço	serviço	130,00	5.850,00
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	50	Serviço	serviço	serviço	serviço	90,00	4.500,00
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	30	Serviço	serviço	serviço	serviço	150,00	4.500,00
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	30	Serviço	serviço	serviço	serviço	80,00	2.400,00

 Rua Padre Cicero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.

 Whatsapp: (99) 99125-2775 |  E-mail: gean_odonto@hotmail.com

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 112/2025
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA - SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)



11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	3	Serviço	serviço	serviço	serviço	174,00	522,00
12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	12	Serviço	serviço	serviço	serviço	216,00	2.592,00
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	25	Serviço	serviço	serviço	serviço	420,00	10.500,00
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	315,00	6.300,00
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	30	Serviço	serviço	serviço	serviço	161,00	4.830,00
20	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	460,00	9.200,00
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	25	Serviço	serviço	serviço	serviço	180,00	4.500,00
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	10	Serviço	serviço	serviço	serviço	330,00	3.300,00
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	15	Serviço	serviço	serviço	serviço	233,00	3.495,00
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	305,00	6.100,00
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	363,00	7.260,00
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	170,00	3.400,00
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	24	Serviço	serviço	serviço	serviço	150,00	3.600,00
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	10	Serviço	serviço	serviço	serviço	306,00	3.060,00
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	30	Serviço	serviço	serviço	serviço	150,00	4.500,00
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	12	Serviço	serviço	serviço	serviço	155,00	1.860,00
32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	40	Serviço	serviço	serviço	serviço	95,00	3.800,00

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 313
ASSINATURA

Rua Padre Cicero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.

Whatsapp: (99) 99125-2775 | E-mail: gean_odonto@hotmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)



33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	serviço	130,00	2.600,00
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	20	Serviço	serviço	serviço	serviço	serviço	124,00	2.480,00
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	12	Serviço	serviço	serviço	serviço	serviço	300,00	3.600,00
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	12	Serviço	serviço	serviço	serviço	serviço	350,00	4.200,00
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	9	Serviço	serviço	serviço	serviço	serviço	225,00	2.025,00
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	15	Serviço	serviço	serviço	serviço	serviço	290,00	4.350,00
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	18	Serviço	serviço	serviço	serviço	serviço	96,50	1.737,00
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	50	UND	stermax	stermax	stermax	stermax	242,00	12.100,00
47	VALVULA SELENOIDE DE ALIVIO COMPLETA	50	UND	dentmed	dentmed	dentmed	dentmed	170,00	8.500,00
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	60	UND	cristofoli	cristofoli	cristofoli	cristofoli	450,00	27.000,00
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	70	UND	cristofoli	cristofoli	cristofoli	cristofoli	180,00	12.600,00
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLOGICO	80	UND	dabi	dabi	dabi	dabi	168,00	13.440,00
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLOGICA	60	UND	gnatus	gnatus	gnatus	gnatus	180,00	10.800,00
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	200	UND	dentmed	dentmed	dentmed	dentmed	35,00	7.000,00
64	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt	25	UND	dentmed	dentmed	dentmed	dentmed	6,50	162,50
65	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	10	UND	procion	procion	procion	procion	2.500,00	25.000,00
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	40	UND	ortosintese	ortosintese	ortosintese	ortosintese	450,00	18.000,00
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	50	UND	cristofoli	cristofoli	cristofoli	cristofoli	60,00	3.000,00
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	50	UND	cristofoli	cristofoli	cristofoli	cristofoli	60,00	3.000,00
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	30	UND	gnatus	gnatus	gnatus	gnatus	300,00	9.000,00
TOTAL PROPOSTO								326.163,50	

Rua Padre Cicero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.

Whatsapp: (99) 99125-2775 E-mail: geon_odonto@hotmail.com

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 5

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)



Trezentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos.

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Imperatriz (MA) – 24 de setembro de 2025.

ODONTOTEC COMERCIO E SERVICOS LTDA
GEAN CARLOS SILVA FERREIRA
RG: 000075507797 - SOCIO ADM.

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 319
Gean Carlos Silva Ferreira

ESTADO DO MARANHÃO
 PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA - SRP Nº 041/2025
 (Proc. Adm. Nº 112/2025)



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
 Nº FL. 318
 Assinatura

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS UNITARIOS

Em atendimento a solicitação via diligencia, segue abaixo nossa composição de custos unitários.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS																
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	V. UNIT	V TOTAL	V. REFERENCI	% DESCONT		P CUSTO UNIT	IMPOSTO 11%	ADM 4%	LOGIST 5%	DIVERSOS 5%	CUST TOT	LUCRO
1	0 - MANUTENÇÃO DE CADEIRAS ODONTOLÓGICAS - DENTEMED	80	Serviço	serviço	240,00	19.200,00	366,67	-34,55		R\$ 141,60	R\$ 15,58	R\$ 5,66	R\$ 7,08	R\$ 7,08	R\$ 177,00	R\$ 63,00
2	MANUTENÇÃO AUTOCLAVE - ALT	65	Serviço	serviço	180,00	11.700,00	243,33	-26,03		R\$ 106,20	R\$ 11,68	R\$ 4,25	R\$ 5,31	R\$ 5,31	R\$ 132,75	R\$ 47,25
3	MANUTENÇÃO COMPRESSOR DE AR - SCHUSTER	50	Serviço	serviço	150,00	7.500,00	343,33	-56,31		R\$ 88,50	R\$ 9,74	R\$ 3,54	R\$ 4,43	R\$ 4,43	R\$ 110,63	R\$ 39,38
5	MANUTENÇÃO DE CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICAS - SCHUSTER	100	Serviço	serviço	76,00	7.600,00	103,00	-26,21		R\$ 44,84	R\$ 4,93	R\$ 1,79	R\$ 2,24	R\$ 2,24	R\$ 56,05	R\$ 19,95
6	MANUTENÇÃO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO - PROCION	50	Serviço	serviço	270,00	13.500,00	366,67	-26,36		R\$ 159,30	R\$ 17,52	R\$ 6,37	R\$ 7,97	R\$ 7,97	R\$ 199,13	R\$ 70,88
7	MANUTENÇÃO DE BOMBA A VÁCUO ODONTOLÓGICO - DENTEMED	45	Serviço	serviço	130,00	5.850,00	270,00	-51,85		R\$ 76,70	R\$ 8,44	R\$ 3,07	R\$ 3,84	R\$ 3,84	R\$ 95,88	R\$ 34,13
8	MANUTENÇÃO DO ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - ALT	50	Serviço	serviço	90,00	4.500,00	266,67	-66,25		R\$ 53,10	R\$ 5,84	R\$ 2,12	R\$ 2,66	R\$ 2,66	R\$ 66,38	R\$ 23,63
9	MANUTENÇÃO BALANÇA DE COLUNA - WELMY	30	Serviço	serviço	150,00	4.500,00	223,33	-32,83		R\$ 88,50	R\$ 9,74	R\$ 3,54	R\$ 4,43	R\$ 4,43	R\$ 110,63	R\$ 39,38
10	MANUTENÇÃO DETECTOR FETAL - MARTEC	30	Serviço	serviço	80,00	2.400,00	133,33	-40,00		R\$ 47,20	R\$ 5,19	R\$ 1,89	R\$ 2,36	R\$ 2,36	R\$ 59,00	R\$ 21,00
11	MANUTENÇÃO MESA GINECOLÓGICA - IMPROMED	3	Serviço	serviço	174,00	522,00	233,33	-25,43		R\$ 102,66	R\$ 11,29	R\$ 4,11	R\$ 5,13	R\$ 5,13	R\$ 128,33	R\$ 45,68

Rua Padre Cicero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.

Whatsapp: (99) 99125-2775 E-mail: gean_odonto@hotmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 314
Assinatura: _____

12	MANUTENÇÃO CARRO COM CURATIVO - SALUTEM	12	Serviço	serviço	216,00	2.592,00	289,00	-25,26	R\$ 127,44	R\$ 14,02	R\$ 5,10	R\$ 6,37	R\$ 6,37	R\$ 159,30	R\$ 56,70
13	MANUTENÇÃO COLPOSCÓPIA - MARTEC	25	Serviço	serviço	420,00	10.500,00	610,00	-31,15	R\$ 247,80	R\$ 27,26	R\$ 9,91	R\$ 12,39	R\$ 12,39	R\$ 309,75	R\$ 110,25
17	MANUTENÇÃO DE SECADORA DE ROUPA - GUARÁ	20	Serviço	serviço	315,00	6.300,00	426,67	-26,17	R\$ 185,85	R\$ 20,44	R\$ 7,43	R\$ 9,29	R\$ 9,29	R\$ 232,31	R\$ 82,69
19	MANUTENÇÃO DE MESA CIRÚRGICA - SALUTEM	30	Serviço	serviço	161,00	4.830,00	216,67	-25,69	R\$ 94,99	R\$ 10,45	R\$ 3,80	R\$ 4,75	R\$ 4,75	R\$ 118,74	R\$ 42,26
20	MANUTENÇÃO CENTRIFUGA DE ROUPA HOSPITALAR - GUARÁ	20	Serviço	serviço	460,00	9.200,00	616,67	-25,41	R\$ 271,40	R\$ 29,85	R\$ 10,86	R\$ 13,57	R\$ 13,57	R\$ 339,25	R\$ 120,75
21	MANUTENÇÃO FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR - IMPROMED	25	Serviço	serviço	180,00	4.500,00	406,67	-55,74	R\$ 106,20	R\$ 11,68	R\$ 4,25	R\$ 5,31	R\$ 5,31	R\$ 132,75	R\$ 47,25
22	MANUTENÇÃO CARRO REANIMADOR - COMEM	10	Serviço	serviço	330,00	3.300,00	545,00	-39,45	R\$ 194,70	R\$ 21,42	R\$ 7,79	R\$ 9,74	R\$ 9,74	R\$ 243,38	R\$ 86,63
23	MANUTENÇÃO CADIOVERSOR - COMEM	15	Serviço	serviço	233,00	3.495,00	312,67	-25,48	R\$ 137,47	R\$ 15,12	R\$ 5,50	R\$ 6,87	R\$ 6,87	R\$ 171,84	R\$ 61,16
24	MANUTENÇÃO BISTURI ELÉTRICO - DELTRONIX	20	Serviço	serviço	305,00	6.100,00	409,33	-25,49	R\$ 179,95	R\$ 19,79	R\$ 7,20	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 224,94	R\$ 80,06
25	MANUTENÇÃO DESFIBRILADOR - DELTRONIX	20	Serviço	serviço	363,00	7.260,00	486,67	-25,41	R\$ 214,17	R\$ 23,56	R\$ 8,57	R\$ 10,71	R\$ 10,71	R\$ 267,71	R\$ 95,29
26	MANUTENÇÃO ASPIRADOR CIRÚRGICO - IMPROMED	20	Serviço	serviço	170,00	3.400,00	399,33	-57,43	R\$ 100,30	R\$ 11,03	R\$ 4,01	R\$ 5,02	R\$ 5,02	R\$ 125,38	R\$ 44,63
27	MANUTENÇÃO BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL - WELMY	24	Serviço	serviço	150,00	3.600,00	312,67	-52,03	R\$ 88,50	R\$ 9,74	R\$ 3,54	R\$ 4,43	R\$ 4,43	R\$ 110,63	R\$ 39,38
28	MANUTENÇÃO BERÇO AQUECIDO - OLIDEF	10	Serviço	serviço	306,00	3.060,00	410,00	-25,37	R\$ 180,54	R\$ 19,86	R\$ 7,22	R\$ 9,03	R\$ 9,03	R\$ 225,68	R\$ 80,33
29	MANUTENÇÃO CAMA FOWLER - FABMED	30	Serviço	serviço	150,00	4.500,00	256,67	-41,56	R\$ 88,50	R\$ 9,74	R\$ 3,54	R\$ 4,43	R\$ 4,43	R\$ 110,63	R\$ 39,38
30	MANUTENÇÃO OSMOSE REVERSO - DELTRONIX	12	Serviço	serviço	155,00	1.860,00	209,33	-25,95	R\$ 91,45	R\$ 10,06	R\$ 3,66	R\$ 4,57	R\$ 4,57	R\$ 114,31	R\$ 40,69

Rua Padre Cicero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.

Whatsapp: (99) 99125-2775 | E-mail: gean_odonto@hotmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA - SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 320
Assessoria Jurídica

32	MANUTENÇÃO NEBULIZADOR - INALAR	40	Serviço	serviço	95,00	3.800,00	295,00	-67,80	R\$ 56,05	R\$ 6,17	R\$ 2,24	R\$ 2,80	R\$ 2,80	R\$ 20,06	R\$ 24,94
33	MANUTENÇÃO MACA MÓVEL - FABMED	20	Serviço	serviço	130,00	2.600,00	305,00	57,38	R\$ 76,70	R\$ 8,44	R\$ 3,07	R\$ 3,84	R\$ 3,84	R\$ 95,88	R\$ 34,13
34	MANUTENÇÃO DO MICROSCÓPIO - OLEN	20	Serviço	serviço	124,00	2.480,00	481,89	-74,27	R\$ 73,16	R\$ 8,05	R\$ 2,93	R\$ 3,66	R\$ 3,66	R\$ 91,45	R\$ 32,55
35	MANUTENÇÃO DE CENTRIFUGA - OLEMAN	12	Serviço	serviço	300,00	3.600,00	485,67	-38,23	R\$ 177,00	R\$ 19,47	R\$ 7,08	R\$ 8,85	R\$ 8,85	R\$ 221,25	R\$ 78,75
36	MANUTENÇÃO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO - INBRAS	12	Serviço	serviço	350,00	4.200,00	506,67	-30,92	R\$ 206,50	R\$ 22,72	R\$ 8,26	R\$ 10,33	R\$ 10,33	R\$ 258,13	R\$ 91,88
37	MANUTENÇÃO DO CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS - INBRAS	9	Serviço	serviço	225,00	2.025,00	301,67	25,42	R\$ 132,75	R\$ 14,60	R\$ 5,31	R\$ 6,64	R\$ 6,64	R\$ 165,94	R\$ 59,06
38	MANUTENÇÃO DA ESTUFA - SEERCON	15	Serviço	serviço	290,00	4.350,00	389,22	-25,49	R\$ 171,10	R\$ 18,82	R\$ 6,84	R\$ 8,56	R\$ 8,56	R\$ 213,88	R\$ 76,13
39	MANUTENÇÃO DE BANHO MARIA - INBRAS	18	Serviço	serviço	96,50	1.737,00	130,11	-25,83	R\$ 56,94	R\$ 6,26	R\$ 2,28	R\$ 2,85	R\$ 2,85	R\$ 71,17	R\$ 25,33
45	RESISTÊNCIA PARA AUTOCLAVE 21L	50	UND	sternmax	242,00	12.100,00	327,67	-26,15	R\$ 142,78	R\$ 15,71	R\$ 5,71	R\$ 7,14	R\$ 7,14	R\$ 178,48	R\$ 63,53
47	VALVULA SELENOIDE DE ALVIO COMPLETA	50	UND	dentmed	170,00	8.500,00	320,00	-46,88	R\$ 100,30	R\$ 11,03	R\$ 4,01	R\$ 5,02	R\$ 5,02	R\$ 125,38	R\$ 44,63
49	PAINEL DE CONTROLE DIGITAL AUTOCLAVE 20L	60	UND	cristofoli	450,00	27.000,00	803,33	-43,98	R\$ 265,50	R\$ 29,21	R\$ 10,62	R\$ 13,28	R\$ 13,28	R\$ 331,88	R\$ 118,13
50	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE	70	UND	cristofoli	180,00	12.600,00	239,33	-24,79	R\$ 106,20	R\$ 11,68	R\$ 4,25	R\$ 5,31	R\$ 5,31	R\$ 132,75	R\$ 47,25
51	PEDAL DE COMANDO DE AR ODONTOLÓGICO	80	UND	dabi	168,00	13.440,00	226,33	-25,77	R\$ 99,12	R\$ 10,90	R\$ 3,96	R\$ 4,96	R\$ 4,96	R\$ 123,90	R\$ 44,10
58	RESISTENCIA PARA ESTUFA ODONTOLÓGICA	60	UND	gnatus	180,00	10.800,00	376,67	-52,21	R\$ 106,20	R\$ 11,68	R\$ 4,25	R\$ 5,31	R\$ 5,31	R\$ 132,75	R\$ 47,25
61	MANGUEIRA PARA SUGADOR 1,5MT	200	UND	dentmed	35,00	7.000,00	47,67	-26,58	R\$ 20,65	R\$ 2,27	R\$ 0,83	R\$ 1,03	R\$ 1,03	R\$ 25,81	R\$ 9,19

Rua Padre Cicero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.

Whatsapp: (99) 99125-2775 E-mail: gean_odonto@hotmail.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREF. MUN. DE SANTA LUZIA, MA

CONCORRENCIA ELETRONICA – SRP Nº 041/2025
(Proc. Adm. Nº 112/2025)



64	MANGUEIRA PU ODONTOLOGICA 6mm - 1mt	25	UND	dentmed	6,50	162,50	7,87	-17,41		R\$ 3,84	R\$ 0,42	R\$ 0,15	R\$ 0,19	R\$ 0,19	R\$ 4,79	R\$ 1,71
65	AMPOLA DE RAO X ODONTOLOGICO	10	UND	procion	2.500,00	25.000,00	6 933,33	-63,94		R\$ 1.475,00	R\$ 168,55	R\$ 59,00	R\$ 73,75	R\$ 73,75	1850,05	R\$ 649,95
66	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE DO CENTRO CIRURGICO	40	UND	ortosintese	450,00	18.000,00	1.023,33	-56,03		R\$ 265,50	R\$ 35,00	R\$ 10,62	R\$ 13,28	R\$ 13,28	R\$ 337,67	R\$ 112,33
69	GUARNIÇÃO PARA AUTOVLAVE 21L	50	UND	crstofoli	60,00	3.000,00	206,33	-70,92		R\$ 35,40	R\$ 4,00	R\$ 1,42	R\$ 1,77	R\$ 1,77	R\$ 44,36	R\$ 15,64
70	GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	50	UND	crstofoli	60,00	3.000,00	169,33	-64,57		R\$ 35,40	R\$ 4,00	R\$ 1,42	R\$ 1,77	R\$ 1,77	R\$ 44,36	R\$ 15,64
80	PLACA RETIFICADORA DO TRANSFORMADOR DO RAO X	30	UND	gnatus	300,00	9.000,00	1.066,33	-71,87		R\$ 177,00	R\$ 55,00	R\$ 7,08	R\$ 8,85	R\$ 8,85	R\$ 256,78	R\$ 43,22
TOTAL PROPOSTO						326.163,50										

Imperatriz (MA) – 24 de setembro de 2025.

Gean Carlos da Silva Ferreira
ODONTOTEC COMERCIO E SERVICOS LTDA
GEAN CARLOS SILVA FERREIRA
RG: 000075507797 - SOCIO ADM.

ODONTOTEC
COMERCIO E SERVICOS
LTDA:34626067000158

ODONTOTEC COMERCIO E SERVICOS
LTDA:34626067000158
c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PJA1,
ou=Videoconferencia, ou=45452048000179,
ou=AC SyngularID Multipla, cn=ODONTOTEC
COMERCIO E SERVICOS LTDA:34626067000158
2025.09.24 12:38:06 -03'00'

Rua Padre Cicero, 417, Santa Rita, CEP: 65.919-010, Imperatriz, MA.

Whatsapp: (99) 99125-2775 E-mail: gean_odonto@hotmail.com

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 394
ASSINATURA



A

São Luís, MA, 24 de setembro de 2025.

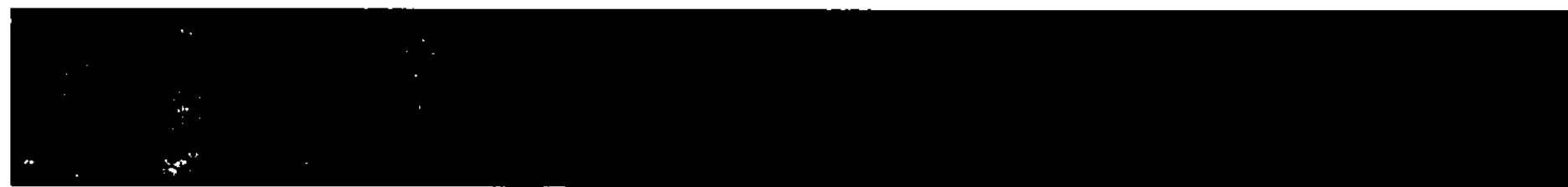
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - SRP Nº 041/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos hospitalares, odontológicos, com fornecimento de peças, para atender as necessidades do Município de Santa Luzia - MA

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITARIO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	Manutenção do foco cirúrgico de teto - Impromed		Serviço	25	R\$ 400,00	R\$ 10.000,00
16	Manutenção de máquina de lavar hospitalar - Guará		Serviço	30	R\$ 420,00	R\$ 12.600,00
57	Mangueira tripla 1,5mts	Dentmed	und.	200	R\$ 46,76	R\$ 9.352,00
60	Separador de detritos	Dentemed	und.	80	R\$ 47,00	R\$ 3.760,00
67	Cabo de alta tensão para ampola do raio X	ALT	und.	8	R\$ 94,00	R\$ 752,00
76	Válvula reguladora com fluxometro	Axmed	und.	20	R\$ 483,00	R\$ 9.660,00
77	Placa para inalador	Star	und.	40	R\$ 170,00	R\$ 6.800,00
VALOR TOTAL						R\$ 52.924,00

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL 322
ASSINATURA



M.O		Material/Insumos		Deslocamento		CUSTOS/INDIRETO		LUCRO		TRIBUTO		(%)
50,00%	R\$ 200,00	7,00%	R\$ 28,00	15,00%	R\$ 60,00	2,00%	R\$ 8,00	8,55%	R\$ 34,20	17,45%	R\$ 69,80	100,00%
50,00%	R\$ 210,00	7,00%	R\$ 29,40	15,00%	R\$ 63,00	2,00%	R\$ 8,40	8,55%	R\$ 35,91	17,45%	R\$ 73,29	100,00%
0,00%	R\$ 0,00	60,00%	R\$ 28,06	15,00%	R\$ 7,01	0,00%	R\$ 0,00	12,55%	R\$ 5,87	12,45%	R\$ 5,82	100,00%
0,00%	R\$ 0,00	60,00%	R\$ 28,20	15,00%	R\$ 7,05	0,00%	R\$ 0,00	12,55%	R\$ 5,90	12,45%	R\$ 5,85	100,00%
0,00%	R\$ 0,00	60,00%	R\$ 56,40	15,00%	R\$ 14,10	0,00%	R\$ 0,00	12,55%	R\$ 11,80	12,45%	R\$ 11,70	100,00%
0,00%	R\$ 0,00	60,00%	R\$ 289,80	15,00%	R\$ 72,45	0,00%	R\$ 0,00	12,55%	R\$ 60,62	12,45%	R\$ 60,13	100,00%
0,00%	R\$ 0,00	60,00%	R\$ 102,00	15,00%	R\$ 25,50	0,00%	R\$ 0,00	12,55%	R\$ 21,34	12,45%	R\$ 21,17	100,00%
0,00%	R\$ 0,00	60,00%	R\$ 0,00	15,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	12,55%	R\$ 0,00	12,45%	R\$ 0,00	100,00%

PREFEITURA DE SANTALUZIA
Nº FL. 323
Assinatura

Prof.

SINGULAR PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA
YNAE MARIA CORTEZ PEREIRA
Representante Legal
RG 08003974-6 DETRAN/RJ

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL 324

6
Assinatura